

**DO
INVISÍVEL**



**AO
INSURGENTE**

Planejamento da Paisagem a
partir da Experiência Territorial





Universidade Federal do Ceará
Centro de Tecnologia
Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design

Stelme Girão de Souza

DO INVISÍVEL AO INSURGENTE: PLANEJAMENTO DA PAISAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA TERRITORIAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

Orientação: Prof.^a Dra. Clarissa F. Sampaio Freitas

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S235i **Souza, Stelme Girão de.**

**Do invisível ao insurgente : Planejamento da paisagem a partir da experiência territorial /
Stelme Girão de Souza. - 2022.**

124 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro
de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio de Freitas.

1. Paisagem. 2. Planejamento Urbano. 3. Participação Social. I. Título.

CDD 720

Stelme Girão de Souza

DO INVISÍVEL AO INSURGENTE: PLANEJAMENTO DA PAISAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA TERRITORIAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas
ORIENTADORA | DAUD-UFC

Prof. Dr. José Almir Farias Filho
CONVIDADO | DAUD-UFC

Prof. Ms. Nággela Taissa Silva Frota
CONVIDADA | DAUD-UFC

Fortaleza, 18 de Julho de 2022

...

*À memória da minha avó Creuzinha,
que sonhou em ver seu neto formado,
mas precisou adiantar sua partida.*

amores eternos

RESUMO

Ao longo da história do desenvolvimento das cidades, o planejamento esteve muitas vezes representado como a voz da razão na sociedade moderna. Contudo, ao longo do tempo essa visão romantizada sobre o planejamento passou a ser confrontada, a partir da compreensão dos diferentes agentes invisíveis e fatores exógenos ao planejador na construção de paisagens urbanas democráticas. Neste sentido, o problema que norteia a pesquisa consiste no entendimento que os modelos tradicionais de planejamento não são capazes de por si só responderem de forma eficiente às demandas sociais territorializadas, por vezes devido ao desconhecimento real dos problemas e por outras por uma gestão territorial falha, especialmente em contextos de informalidade urbana. Como forma de compreender melhor esse cenário, buscou-se uma investigação sobre o papel que diferentes modelos de planejamento assumem na manutenção e reprodução de espaços urbanos subordinados. Além disso, como forma de comprovação da hipótese de pesquisa, o território do Pici foi definido como recorte analítico, sendo estudado o seu contexto de formação, entraves enfrentados ao longo dos últimos anos e experiências prévias de planejamento desenvolvidas no território. Por fim, como resultado o presente trabalho apresenta um quadro de diretrizes de ação para o assentamento trabalhado, relacionando as problemáticas territoriais levantadas às propostas de intervenção espacializadas na área de estudo, como forma de fortalecer lutas comunitárias ao reconhecer o papel do planejamento da paisagem como exercício para o empoderamento popular local.

Palavras-chave: Paisagem; Planejamento Urbano; Participação Social.

ABSTRACT

Throughout the history of city development, planning has often been represented as the voice of reason in modern society. However, over time, this romanticized view of planning began to be confronted, based on the understanding of different invisible agents and factors exogenous to the planner in the construction of democratic urban landscapes. In this sense, the problem that guides the research is the understanding that traditional planning models are not capable of responding efficiently to territorialized social demands, sometimes due to the real lack of knowledge of the problems and sometimes due to faulty territorial management, especially in urban informality contexts. As a way to better understand this scenario, an investigation was sought into the role that different planning models assume in the maintenance and reproduction of subordinate urban spaces. In addition, as a way of proving the research hypothesis, the Pici territory was defined as an analytical cut, being studied its formation context, obstacles faced over the last few years, and previous planning experiences developed in the territory. Finally, as a result, the present work presents a framework of action guidelines for the settlement worked on, relating the territorial issues raised to the spatialized intervention proposals in the study area, as a way of strengthening community struggles by recognizing the role of landscape planning as an exercise for local popular empowerment.

Keywords: Landscape; Urban Planning; Social Participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Armamento sendo transportado em Pici Field.....	41
Figura 02 - Três dirigíveis estacionados na década de 40.....	42
Figura 03 - Rachel de Queiroz em Açude no Sítio Pici.....	45
Figura 04 - Açude assoreado em terreno no Bairro Henrique Jorge.....	45
Figura 05 - Autódromo na antiga pista de Pouso do Pici.....	46
Figura 06 - Antigas ocupações no território do Pici.....	48
Figura 07 - Registro Fotográfico do CSU César Cals em 1971.....	48
Figura 08 - Urbanização do Planalto Pici na década de 90 (1).....	50
Figura 09 - Urbanização do Planalto Pici na década de 90 (2).....	50
Figura 10 - Urbanização do Planalto Pici na década de 90 (3).....	50
Figura 11 - Urbanização do Planalto Pici na década de 90 (4).....	50
Figura 12 - Urbanização do Planalto Pici na década de 90 (5).....	50
Figura 13 - Urbanização do Planalto Pici na década de 90 (6).....	50
Figura 14 - Equipe do PIRF no Escritório de Campo do Pici.....	62
Figura 15 - Vista Aérea do Pici - Rua Pernambuco.....	64
Figura 16 - Localização da obra do novo CUCA PICI.....	68
Figura 17 - Oficina com a Equipe Eng. Ambiental e moradores.....	79
Figura 18 - Atuação dos POUSOs e comunidades atendidas.....	88
Figura 19 - Proposta para calçada alternativa no Território.....	90
Figura 20 - Localização do Parque Pinheirinho D'água.....	91
Figura 21 - Oficina de Projetos com estudantes e moradores.....	92
Figura 22 - Dispositivos de Monitoramento de resíduos sólidos no Jardim Helena.....	94
Figura 23 - Sensores para medição de qualidade da água no Jardim Romano.....	95
Figura 24 - Localização do Mercado do Produtor.....	100
Figura 25 - Situação atual do terreno do DNOCS.....	110
Figura 26 . Propostas de intervenção no terreno do DNOCS.....	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Situação Geral da Área de Estudo.....	37
Mapa 02 - Delimitações ZEIS PICI.....	39
Mapa 03 - Carta de Fortaleza e Arredores (1945).....	43
Mapa 04 - Levantamentos realizados na ZEIS.....	58
Mapa 05 - Densidade ZEIS PICI (hab/ha).....	66
Mapa 06 - Delimitação do Território da Fumaça.....	70
Mapa 07 - Relação da ZEIS PICI com Parques Urbanos Municipais.....	72
Mapa 08 - Espaços Livres e Arborização ZEIS PICI.....	75
Mapas 09 - Espaços Livres remanescente na ZEIS PICI (1).....	76
Mapas 10 - Espaços Livres remanescente na ZEIS PICI (2).....	76
Mapas 11 - Espaços Livres remanescente na ZEIS PICI (3).....	76
Mapas 12 - Espaços Livres remanescente na ZEIS PICI (4).....	76
Mapas 13 - Espaços Livres remanescente na ZEIS PICI (5).....	76
Mapas 14 - Espaços Livres remanescente na ZEIS PICI (6).....	76
Mapa 15 - Pontos de alagamento na ZEIS PICI.....	78
Mapa 16 - Rede de abastecimento de água.....	81
Mapa 17 - Rede de Esgoto ZEIS PICI.....	83
Mapa 18 - Estações de Tratamento de Esgoto na ZEIS PICI.....	85
Mapas 19 - Ocupação das antigas Estações de Tratamento de Esgoto (1).....	86
Mapas 20 - Ocupação das antigas Estações de Tratamento de Esgoto (2).....	86
Mapas 21 - Ocupação das antigas Estações de Tratamento de Esgoto (3).....	86
Mapas 22 - Ocupação das antigas Estações de Tratamento de Esgoto (4).....	86
Mapas 23 - Ocupação das antigas Estações de Tratamento de Esgoto (5).....	86
Mapas 24 - Ocupação das antigas Estações de Tratamento de Esgoto (6).....	86
Mapa 25 - Limites do Vórtice na Zona Leste de São Paulo.....	93
Mapa 26 a 29 - Terrenos Vazios ou Subutilizados.....	105
Mapa 30 - escoamento pluvial na ZEIS PIC.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de domicílios e População na ZEIS PICI.....	65
Tabela 02 - Renda média mensal na ZEIS PICI.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Ocupação dos moradores da ZEIS PICI.....	67
Gráfico 02 - Qualidade das áreas verdes públicas da ZEIS PICI.....	74
Gráfico 03 - Qualidade dos serviços de Saneamento Básico na ZEIS PICI.....	82
Gráfico 04 - Segmentos Econômicos na ZEIS PICI.....	99

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01 - Relações entre as rugosidades x dinâmicas do território usado.....	25
Diagrama 02 - Relação entre Modelos de Planejamento e Tomada de Decisão.....	34
Diagrama 03 - Delimitação da Região de Análise.....	38
Diagrama 04 - Produtos do Plano Integrado de Regularização Fundiária.....	60
Diagrama 05 - Padrões de Urbanização presentes nas metrópoles brasileiras.....	77
Diagrama 06 - Parâmetros de Análise das Referências.....	87
Diagrama 07 - Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos aplicáveis à ZEIS PICI.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Apresentação e Justificativa	16
Objetivo Geral	18
Objetivos Específicos	18
Estrutura do Trabalho e Metodologia	19
VISUALIZAÇÃO	22
Entre Espaços Opacos e Cidades Invisíveis	22
Disposições sobre o Papel do Planejamento Urbano	28
Planejamento Moderno	29
Planejamento Estratégico (Neoliberal)	30
Planejamento Advocático (Advocacy Planning)	31
Planejamento Participativo	32
Planejamento Insurgente	33
APROXIMAÇÃO	36
Paisagem e Memória Perspectiva Temporal	40
Histórico das Ocupações Panorama Territorial	47
Situação Fundiária Disputas pela dominialidade da Terra	55
Experiências de Regularização Tentativas e Avanços	56
PIRF Plano Integrado de Regularização Fundiária	60
IMERSÃO	65
Quadro Sócio-Econômico	65
Quadro Físico-Ambiental	71
ORIENTAÇÃO	87
Parâmetros de Análise	87
POUSO Orientação Urbanística e Social	88
Parque Pinheirinho do D'agua	90
ZL VÓRTICE Várzea do Tietê	93
INTERVENÇÃO	96
Diretrizes de Intervenção	96
Regularização Fundiária	97
Geração de Renda e Fortalecimento Comunitário	99
Equipamentos Sociais e Espaços Livres	103
Infraestrutura e Saneamento Ambiental	106
CONCLUSÃO	116
BIBLIOGRAFIA	118



VISUALIZAÇÃO



APROXIMAÇÃO



IMERSÃO



ORIENTAÇÃO



INTERVENÇÃO



INTRODUÇÃO

Apresentação e Justificativa

Espaços livres e bens públicos urbanos sempre foram objetos de ampla discussão no universo do Planejamento. Muitas vezes representando lugares de exercício de poder de Estado e administração pública (HARVEY, 2014), raramente representam bens comuns, onde diferentes indivíduos podem ter a liberdade de se apropriar do espaço por meio de práticas cotidianas e comunitárias.

Leituras mais recentes apontam novas formas de compreender a relevância da manutenção desses espaços para o fortalecimento de dinâmicas não somente ambientais como de empoderamento de práticas sociais e produtivas (CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T. B., 2017). Reconhecer as práticas comunitárias cotidianas é um exercício fundamental para enxergar pautas que têm sido historicamente ignoradas pelas experiências de planejamento urbano convencionais (SANDERCOCK, 1998).

Em paralelo a essas reflexões, têm-se emergido nos últimos anos modelos e práticas de planejamento que parecem dissolver diversos obstáculos postos para uma verdadeira apropriação de espaços decisórios por indivíduos antes subordinados aos processos de planejamento tradicional (LIMONAD, 2015; FRIEDMANN, 2011; MIRAFITAB, 2004). Experiências como a produção de planos populares e práticas extensionistas com participação comunitária ativa revelam uma mudança significativa nos autores protagonistas dessas novas práticas e apresentam soluções inovadoras que as tornam dignas de serem analisadas mais atentamente.

A escolha de abordar temáticas como invisibilidade urbana, planejamento da paisagem e processos participativos em espaços subordinados vai além da compreensão de suas importâncias temáticas, pois partem também de um ciclo de experiências pessoais anteriores do autor por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão ao longo de sua formação. Entre essas experiências destacam-se:

- * A participação voluntária no Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFC - Canto, desenvolvendo atividades relacionadas a mobilização social e realizando projetos de assessoria técnica popular em comunidades de bairros periféricos da cidade de Fortaleza;
- * A experiência como bolsista do Programa de Ensino Tutorial (PET) do curso de Arquitetura, produzindo contribuições na conclusão do Plano Popular da ZEIS Bom Jardim e por meio do envolvimento em grupos de estudos na área do Planejamento Insurgente;
- * O envolvimento como membro da equipe de Arquitetura e Urbanismo nos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) da Zeis Pici, que se traduziu como uma experiência prática de planejamento e uma aproximação inicial da região que é foco de análise deste trabalho;
- * A contribuição mais recente como Bolsista CNPQ no projeto "Invisible Dwellers: producing data to fight spatial injustices" do PIBITI (2020/2021) que permitiu ao longo de parte da produção desse trabalho, além de um mergulho mais aprofundado nas discussões temáticas supracitadas, uma maior aproximação entre o autor e parte dos moradores da ZEIS por meio de uma experiência pesquisa-ação no território.

Assim, como forma de dar continuidade a esse ciclo de experiências, é proposta deste trabalho um exercício empírico de planejamento urbano com o intuito de contribuir com a produção de diretrizes de propostas para territorialidades invisibilizadas, como forma de fortalecer lutas locais, reconhecendo também o papel do planejamento como exercício para o empoderamento popular local.

Objetivo Geral

Desenvolver soluções de planejamento que respondam às demandas espaciais de grupos sociais vulnerabilizados no território do PICI.

Objetivos Específicos

São objetivos específicos deste trabalho:

1. Compreender o conceito de Invisibilidade Urbana utilizando definições e conceitos aplicáveis à realidade das metrópoles brasileiras;
2. Reconhecer o papel que diferentes modelos de planejamento urbano assumem na manutenção e reprodução de espaços urbanos subordinados;
3. Analisar um assentamento informal do município de Fortaleza, investigando o contexto de sua formação, entraves enfrentados ao longo dos últimos anos e experiências prévias de planejamento desenvolvidas no território;
4. Definir diretrizes de ação para o assentamento trabalhado relacionando as problemáticas territoriais levantadas às propostas de intervenção espacializadas na área de estudo;
5. Elaborar uma proposta de Parque de Urbano como proposição para o incremento de áreas verdes públicas no território do Pici, assim como solução para os problemas locais de Infraestrutura e Saneamento.

Estrutura do Trabalho e Metodologia

1. VISUALIZAÇÃO:

A primeira seção do trabalho refere-se a definição do referencial teórico onde pretende-se a partir da **revisão bibliográfica** definir conceitos chaves entre os quais estão os “*espaços opacos*” (SANTOS, 2008), o “*lugar fora das Ideias*” (MARICATO, 2000) e a “*invisibilidade urbana*” (SANDERCOCK, 1998; MAIA, 2018). A segunda parte deste capítulo tem como objetivo compreender o papel que diferentes modelos de planejamento assumem na reprodução de desigualdades e, a partir da avaliação de autores como Limonad (2015) produzir um quadro resumo que relacione diferentes modalidades de planejamento com o grau de participação social na tomada de decisão.

2. APROXIMAÇÃO:

A segunda e mais extensa parte do trabalho tem como objetivo a caracterização da área de análise que será foco da intervenção final deste trabalho - A ZEIS Pici. Para isso se tomará partido de diversos métodos entre os quais estão a **análise de documentos**, **fotografias históricas** e a **revisão de trabalhos** acadêmicos que tenham como foco a região em questão, entre os quais estão as dissertações de Mororó (2012), Cruz (2012) e a Tese de Braga (2013). A seguir, parte-se para a avaliação de experiências anteriores de regularização na região, entre as quais estão o projeto “*Regularização Cidadã*”, o “*PROEXT*” e o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), tomando partido de documentos oficiais produzidos no período, além de **relatos dos moradores** sobre os processos em questão.

3. IMERSÃO:

O terceiro capítulo encaminha-se para uma avaliação mais detalhada do quadro socioeconômico e ambiental da ZEIS. Para essa etapa os métodos escolhidos foram a **análise de dados** por meio de softwares de geoprocessamento. Além disso, uma importante fonte de informação para essa seção do trabalho são os **questionários**, **etnografias**, **entrevistas** e **cartografias sociais** aplicados pela equipe do curso de Ciências Sociais e Geografia, respectivamente, no ano de 2019 durante os processos de

elaboração dos PIRF's pela UFC. Ao longo do trabalho esses documentos ilustram o ponto de vista dos moradores sobre temáticas específicas, confrontando muitas vezes os dados oficiais existentes por meio do que chamaremos de "*Cartografias Críticas*". Esse capítulo se encerra com a elaboração de um **quadro resumo** que relaciona os principais problemas espaciais apresentados na seção com propostas de ação alternativas, sobre as quais se definirão posteriormente intervenções projetuais.

4. ORIENTAÇÃO:

A quarta seção do trabalho faz uma breve mudança na escala de análise do tema alterando o enfoque territorial ao apresentar **estudos de casos** que relacionam referências metodológicas e projetuais úteis para enfrentar os entraves urbanos conceituados nas sessões anteriores. Para isso, pretende-se estabelecer parâmetros de análise que avaliem intervenções em diferentes contextos urbanos segundo critérios como: a localização da intervenção, seu cenário sócio-político e o grau de envolvimento dos moradores na definição das propostas de ação territorial. Ao fim desse capítulo é proposta uma reflexão acerca de como as referências apresentadas estão correlacionadas e, sobretudo, quais os rebatimentos que podem ser feitos entre cada estudo de caso e o território-foco do trabalho.

5. INTERVENÇÃO:

O último capítulo do trabalho corresponde a elaboração da proposta projetual propriamente dita. Assim, a partir das reflexões posteriormente apresentadas e a definição das intervenções escolhidas para detalhamento, pretende-se desenvolver um desenho de parque urbano público para a região do Pici, tendo em vista o incremento das áreas verdes da região, além da promoção de alternativas para solucionar os problemas locais de absorção, manejo e abastecimento de água.



VISUALIZAÇÃO

“Para a cidade informal não há planos nem ordem. Aliás, não é conhecida em suas dimensões e características, trata-se de um lugar fora das ideias.”

Erminia Maricato

Entre Espaços Opacos e Cidadanias Invisíveis

Todo projeto é um texto e, como todo bom texto, pode ser lido, reproduzido e interpretado. Portanto o ato de projetar é como o de contar uma história, sendo preciso definir o seu contexto e revelar os seus personagens.

Novas teorias têm refletido sobre o ato de projetar e compreendido suas implicações dentro da história do planejamento das cidades. Não raramente é perceptível que os produtos gerados na história do planejamento das cidades não correspondem aos objetivos esperados inicialmente por seus idealizadores, possuindo consequências adversas daquelas pretendidas. Para compreendermos melhor de onde parte essa cisão precisamos entender que a história não é um espelho para o passado onde tudo aquilo que se reflete de volta pode ser tido como fato. Na verdade, contar histórias deve partir da percepção de que a transmissão de narrativas está diretamente relacionada com uma questão de representação (SANDERCOCK, 1998).

Que histórias não têm sido contadas? Em quais territórios elas se desenvolvem? Quais atores estão presentes nelas? São questionamentos que muitas vezes são ignorados pela reprodução das narrativas falsas de sucesso do planejamento urbano. Essas visões, por sua vez, tendem a enxergar o planejamento como atividade inerente a profissionais técnicos que prestam serviços sobretudo ao Estado, que por sua vez é o principal responsável por tornar factível propostas que supostamente contemplariam um desejo universal de uma considerável maioria.

É esse o pensamento que a urbanista Leonie Sandcock problematiza em seu livro “*Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*” ao destacar que “em outras palavras, planejamento pelo e por meio do Estado é apenas uma história entre muitas, ao invés de A História” (SANDERCOCK, 1998, p.28)¹. Sendo assim, pode-se encarar as narrativas apresentadas pela história do planejamento “oficial” como pontos de vista específicos de determinados grupos sobre determinados eventos do passado. Desse modo, a reprodução de narrativas hegemônicas tende a invisibilizar perspectivas reais, ocultando determinadas cidadanias em detrimento de outras.

A visibilidade é um conceito das ciências sociais que compreende tanto o visual - o que é dado para ser visto - e o invisível - como isso acontece (BRIGHENTI, 2010). A visibilidade, portanto, também é uma prática política. Segundo Maia (2018) nas formas ocidentais de governar as cidades, visão e poder são simbióticos e o exercício do poder é também uma prática de ativação de (in)visibilidades seletivas.

Ao descrever os fatores clássicos sobre os quais se edifica uma cidade, Otilia Arantes por sua vez afirma que entre essas formas de tratamento desigual está justamente a manipulação de linguagens simbólicas ora de exclusão e ora de habilitação. Em seu livro “*A cidade do Pensamento Único*” a autora dispõe que:

O visual de uma cidade, bem como a maneira pela qual ela se deixa por assim dizer manusear, seu aspecto 'tátil', podemos acrescentar, refletem decisões sobre o que, e quem, pode estar visível ou não, decisões em suma sobre ordem e desordem, o que acarreta algo como uma estetização do poder, da qual o desenho arquitetônico é um dos instrumentos mais aparatosos (ARANTES, 2000, p.33).

Nesse sentido, a representação, exemplificada pelo próprio desenho, é o reflexo daquilo que ora se deseja mostrar e ora ocultar. Sendo assim, determinadas parcelas da cidade são valorizadas, mantendo-se desconhecidos aqueles espaços que são considerados menos interessantes. Essa diferença de tratamento entre espaços da cidade são reflexos de uma visão de planejamento assimétrico, gerando ao mesmo tempo um fluxo de produção de conhecimento sobre certas frações da cidade em detrimento de outras.

¹No original: “ In other words, planning by and through the State is only one story among many, rather than The Story. ”

Acerca dessa desigualdade, Milton Santos distingue como “espaços luminosos” áreas que vão possuir uma grande densidade de informações, enquanto que os “espaços opacos” por outro lado seriam justamente aqueles cujo volume de informação permanece praticamente vazio, reconhecendo também a existência de uma infinidade de situações intermediárias entre elas (SANTOS, 2008, p.48).

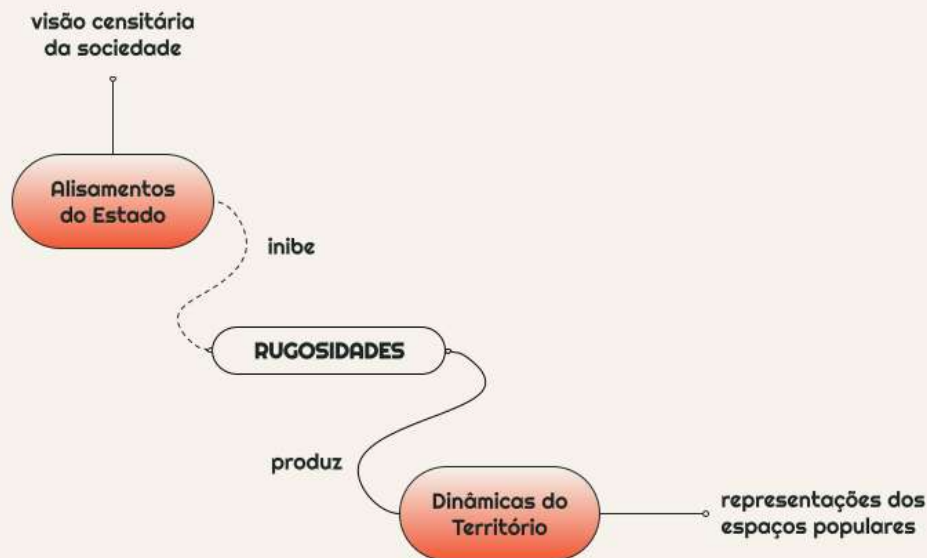
A luz nesse caso pode também ser compreendida em um sentido até mais filosófico a partir do entendimento de “iluminação” como sinônimo de conhecimento. Contudo, é possível também aplicar essa alegoria para a questão da habilitação e exclusão já mencionada. Dessa forma, entendida como metáfora física,

[...] a luz também escolhe, seleciona e oculta, engrandecendo espaços, transformados em espaços luminosos, e esmaecendo ou esquecendo outros, abandonados em sua opacidade. Uma opacidade que se aproxima da falta de importância, do desinteresse, do literal apagamento e do radicalmente negativo. Os espaços opacos seriam espaços da sobrevivência, enquanto os espaços luminosos seriam espaços de reconhecimento, da valorização (RIBEIRO, 2012, p.66).

Em outro sentido, o excesso de luz pode também levar à cegueira. Segundo Ribeiro (2012) a visão censitária da sociedade impede a percepção de possibilidades de ação alternativa e, assim, de racionalidades alternativas. Desse modo, diversas vezes os espaços opacos são representados como lugares de desinteresse, perigosos ou marcados pela marginalidade de acordo com o pensamento dominante. Pousar um novo olhar para esses espaços envolve um exercício de reconhecimento de dinâmicas particulares do território que vão de encontro com uma visão homogênea de cidade.

Segundo Santos (2008) o termo “rugosidade” refere-se às marcas impressas pelas sociedades ao longo da história por essas dinâmicas, e que com o passar do tempo modificam o arranjo social e espacial. Além disso, ainda segundo o autor é possível compreender que, na rugosidade, existem heranças de formas de organização social que possibilitam a emergência de movimentos socialmente transformadores. O diagrama a seguir apresenta a relação entre os modelos de representação da cidade e suas relações de produção e inibição de rugosidades.

Diagrama 01. Relações entre as rugosidades x dinâmicas do território usado.
Fonte: Elaborado pelo Autor com base em Ribeiro (2012).



Portanto, é de interesse investigativo deste aprofundamento a formulação de uma “*historiografia das opacidades*”. Seria, dessa maneira, de suma importância destacar quais dessas opacidades se busca iluminar: aquelas que estão relacionadas intrinsecamente a modelos de cidade que vêm se desenvolvendo às sombras da cidade formal.²

Segundo Maricato (2000), os conglomerados urbanos que formam a cidade informal representam dinâmicas urbanas que estão distantes da plena compreensão do Estado, conceituando o que a autora define como os “lugares fora das ideias”, ou seja, espaços que estão muitas vezes alheios ao conhecimento dos gestores públicos. Recupera-se assim a importância que a representação assume na validação desse argumento, ao reconhecer que “A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da 'cidade oficial' e mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência” (MARICATO, 2000, p. 122).

²Os conceitos de cidade “formal” e “informal” aqui apresentados se relacionam diretamente com a definição que Abramo (2009) define ao tratar de Assentamentos Populares informais como espaços resultantes de acesso ao solo via ocupação alimentadas pela lógica da necessidade.

Insights mais recentes revelam que a produção de mapas e cartografias perturbam a relações de poder-saber das cidades, provocando mudanças nos processos e relações de poder de criação e uso de dados territoriais. Essa dinâmica provoca reconfigurações em conjuntos de conhecimentos previamente delimitados sobre a territorialidade e produz transformações nas subjetividades e na configuração das relações sociais (MAIA, 2018).

Ao se considerar a realidade de comunidades localizadas em assentamentos informais populares, por exemplo, é perceptível a exclusão de grandes parcelas desses territórios nos registros públicos oficiais. Pois, mesmo ocupando grande parte do espaço urbano, a cidade informal ainda é invisibilizada perante aos espaços centrais, à medida que praticamente não há informações urbanísticas sobre ela (COSTA LIMA; FREITAS; CARDOSO, 2019).

É importante reconhecer que esse cenário é reflexo de uma invisibilidade muitas vezes intencional. De acordo com Costa Lima (2017, p.25) “ A cidade informal é opaca porque não interessa aos grupos dominantes que as carências desses moradores se coloquem como problema urbano. ” Essa falta de visibilidade é, portanto, funcional e pode constituir uma ferramenta de controle utilizada pelos detentores de poder na cidade para definir o que se priorizar em termos de direcionamento de políticas públicas.

Afinal, para o Estado parece muitas vezes confortável que o problema da informalidade seja de difícil mensuração, pois isso abre precedentes para não se priorizar aquilo que não se vê (FREITAS, 2013; FEITOSA, 2020). Dessa forma, tanto as gestões municipais sentem-se desobrigadas de cumprir a função de atender demandas locais da cidade informal, como abre-se um espaço para concentrar recursos e investimentos para as parcelas da cidade que são mais vistas, especialmente considerando a contribuição que esses espaços geram economicamente para o Estado.

Contudo, é importante reconhecer como essa desinformação representa um grande entrave para o atendimento das necessidades reais presentes nesses espaços da cidade, visto que, uma vez que o Estado não possui uma dimensão clara acerca dos problemas sociais e espaciais dessa parcela da cidade, qualquer ação intencional direcionada a esses territórios torna-se meramente especulativa.

Esse problema não repercute apenas na escala local, pois, sem registros oficiais ou diante de informações desatualizadas, parcelas consideráveis da cidade ficam de fora das estatísticas que informam políticas públicas de atendimento geral (FREITAS, 2020).

A falta de infraestruturas de saneamento básico em bairros populosos da cidade torna-se bastante reveladora nesse caso, pois muitas vezes nem mesmo há registros oficiais das ruas ou

número das casas - tornando difícil o acesso aos serviços de atendimento básico. Além disso, essa desinformação acaba sobrecarregando o atendimento dos equipamentos públicos existentes, já que não se sabe ao certo mensurar a população atendida por esses serviços.

Além disso, é importante também reconhecer que o desconhecimento da cidade real muitas vezes facilita a implementação de políticas regressivas carregadas de percepções estigmatizadas sobre a cidade informal. Críticas aos certos modelos de planejamento urbano têm avançado na compreensão de que a visibilidade deve ser entendida também como uma dimensão social e reflexo de um exercício de poder (MAIA, 2018).

Seguindo o pensamento de Foucault sobre as dinâmicas do poder, as formas como certos elementos se tornam visíveis no espaço em detrimento de outros é uma estratégia crucial nas formas como governamos e somos governados (FOUCAULT, 1978 apud MAIA, 2018). O conhecimento sobre esses espaços assume, portanto, o papel de um antídoto necessário para o desmonte dessas falsas percepções, fornecendo uma base crítica para uma ação mais efetiva e correspondente à realidade.

Sendo assim, a produção de cartografias do invisível revela-se como uma estratégia capaz de desafiar as narrativas “oficiais” questionando sua precisão significa explorar dinâmicas encobertas, revelando as relações de poder inerentes a elas. Tomar partido dessa estratégia significa ao mesmo tempo compreender o passado e imaginar futuros alternativos para o planejamento urbano. Dessa forma, ao decidir visibilizar determinadas histórias ignoradas, uma nova relação de identidade profissional também é forjada, investida de significados e defendida.

Disposições sobre o Papel do Planejamento Urbano

Dando continuidade às discussões relacionadas ao apagamento de narrativas invisíveis ao longo da história, é importante compreender mais profundamente qual o papel que o planejamento assume na manutenção dessas dinâmicas de exclusão.

Como Sandercock (1998) bem resume na história oficial do planejamento os planejadores, aqui entendidos como os técnicos responsáveis pelo papel de idealizar propostas de intervenção para problemas urbanos, são vistos como "heróis locais", se não sempre triunfando, pelo menos sempre com as mais nobres intenções. Segundo a autora, o planejamento tem sido sempre apresentado como a voz da razão na sociedade moderna, como o portador da missão de progresso material por meio da racionalidade científica (SANDERCOCK, 1998).

Contudo, ao longo do tempo essa visão romantizada sobre o planejamento como solucionador de mazelas sociais começou a ser questionada, a partir da compreensão das limitações dessa disciplina além do reconhecimento de todos os fatores exógenos ao planejador que interferem diretamente na sua prática. Como defende Limonad (2015) diferente de um médico, especialista buscado por um enfermo ao apresentar sintomas de uma doença, o planejador como especialista não tem o que é necessário para sozinho solucionar os problemas de uma cidade. Pois, como afirma a autora, os problemas que "se apresentam nas cidades contemporâneas possuem um caráter estrutural e estruturante, que demandam soluções complexas." (LIMONAD, 2015, p. 71)

Segundo Sandercock (1998, p. 20) “ os limites que traçamos em torno do objeto da história do planejamento são determinados em primeiro lugar por como definimos o planejamento.³ ” Portanto, para melhor compreender essa questão propõe-se uma avaliação de algumas das principais modalidades em que o planejamento urbano se desenvolveu ao longo da história, compreendendo o contexto do seu surgimento, características principais e a missão assumida por seus seguidores.

³ No original: “ The boundaries we draw around the object of planning history are determined in the first place by how we define planning. That is, and always will be, a political and strategic decision. ”

Planejamento Moderno

O planejamento moderno emerge a partir de uma preocupação reformadora de higienizar e de sanear os ambientes ‘hostis’ gerados pós revolução industrial pelo afluxo de grandes levas de trabalhadores nas cidades por volta dos séculos XVIII e XIX (Limonad, 2015). Por trazer como enfoque principal a forma urbana, o escopo de trabalho desse modelo de planejamento pode ser mais associado a um embelezamento das cidades, enquanto que solucionar problemáticas sociais locais assumem um papel secundário.

Surgem nessa época projetos de cidade-modelo como exemplo do movimento *City Beautiful*⁴ e as propostas urbanas de Le Corbusier e a cidade de Brasília. Esses projetos de cidade eram realizados geralmente sob encomenda e contrato para atender uma demanda específica de agentes públicos ou privados em um horizonte de tempo específico. Desse modo, os espaços eram minuciosamente planejados e configuraram também como espécies de centros de controle, atribuindo ao estado um protagonismo essencial para garantir as condições de domínio e reprodução dos ideais modernos.

Para o planejador moderno o contexto socioeconômico funcionava apenas como base de informações para possíveis modificações no projeto, já que o foco principal era a forma urbana. As decisões, portanto, eram tomadas de cima para baixo sem nenhuma interferência dos grupos sociais envolvidos, produzindo propostas de intervenção deslocadas da realidade social.

Outro grande exemplo dessa modalidade de planejamento foram as propostas de concursos e congressos internacionais de arquitetura moderna (CHOAY, 1983 apud LIMONAD, 2015). Mesmo tendo ocorrido a décadas atrás, muitos dos princípios do desses concursos de ideias-modelo de cidade foram absorvidos e se mantêm presentes na implementação de planos diretores e planos de desenvolvimento local atuais.

⁴ O movimento *City Beautiful* nasceu nas décadas de 1890 e 1900 tendo como premissas o embelezamento e a grandeza monumental das cidades. Seus defensores acreditavam que tal embelezamento poderia, assim, promover uma ordem social harmoniosa, que aumentaria a qualidade de vida (COLIN, 2000).

Planejamento Estratégico (Neoliberal)

A partir da segunda metade do século XX, com a emergência do neoliberalismo, a lógica do planejamento urbano como proposição de um desenho de cidade dá lugar a uma ideia de planejamento como uma série contínua de controles sobre o desenvolvimento de uma área (HALL, 2014). Os planos passam então a ser guiados pela lógica processual do mercado para produzir uma atmosfera de modernidade mais global, como forma de atender as necessidades de acumulação do capital (Harvey, 1989 apud Limonad, 2015).

Fernandes (2019) resume as principais características dessa modalidade de planejamento ao apresentá-lo mediante a quatro características principais: competitividade, criação da paisagem (como consequência direta da gentrificação), flexibilização e globalização. A competitividade é vista como pilar desse modelo pois, para além de focar nos problemas urbanos, o foco do planejamento neoliberal está na tentativa de explorar o potencial competitivo das cidades no cenário global. O caráter gentrificador de suas propostas por sua vez se relaciona ao fato de que esse tipo de planejamento dá ênfase às parcerias público-privadas e abre espaço para processos de revitalização e renovação urbana (LIMONAD, 2015).

Há, portanto, uma mudança da visão das cidades pelos planejadores ao assumirem o espaço urbano como uma mercadoria e um agente econômico regulado pelo mercado. A respeito da visão do planejamento neoliberal, entende-se

“A cidade é como mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado 'marketing urbano' se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades”

(VAINER, C., 2000, p. 78)

Planejamento Advocatício (Advocacy Planning)

Como alternativa aos modelos de planejamento mais tradicionais, sobretudo o Moderno, que possui um caráter mais centralizador no que tange o poder de decisão, surgem alternativas de modalidades de planejamento que buscam intermediar os diferentes interesses presentes na cidade. Entre elas está o planejamento advocatício, ou “*advocacy planning*”.

Davidoff (1965) define o planejamento advocatício como modelo de planejamento onde os planejadores atuam como advogados dos interesses governamentais e de outros grupos. Para o autor, planejadores devem atuar como defensores, articulando os interesses desses e de outros grupos, da mesma forma que um advogado representa um cliente. Nessa modalidade mais representativa, a tomada de decisões parte de levantamento de um conjunto múltiplo de alternativas e não possui uma sequência de etapas definidas, pois as soluções passam a ser negociadas entre os grupos envolvidos tendo o planejador como mediador.

No entanto, críticas ao Planejamento Advocatício surgem a partir da dificuldade de representar interesses coletivos difusos (grupos sociais heterogêneos). Além disso, é necessário reconhecer que apenas fornecer uma plataforma de expressão não é suficiente, é necessário fomentar uma autonomia da população para que não se crie uma dependência entre sociedade e profissionais técnicos representativos.

Como afirma Alinsky (1989), ao criticar o planejamento advocatício, o papel do planejador deve ir além de fornecer assistência no desenvolvimento de um plano apropriado, mas também encorajar as pessoas a serem livres, informadas, participando ao máximo, trabalhando juntas e cooperativamente, por meio de uma compreensão clara de seus problemas e de seus semelhantes.

Planejamento Participativo

A partir da virada do século, a busca constante pela construção de espaços de decisão mais democráticos e horizontais se torna uma pauta cada vez mais importante para os movimentos sociais. Como afirma Lefebvre (1968, p. 102) “ a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade e excluídos da cidade às portas do urbano. ”

Nesse sentido, a crítica de Friedmann (2011) a modelos anteriores de planejamento avança em reconhecer que os esforços de comunicação entre diferentes agentes do planejamento se tornam irracionais se não se busca falar uma mesma língua, demandando uma disposição mútua em se estabelecer um diálogo continuado e compreensível.

A partir disso, modelos participativos de planejamento surgem como modalidades onde os grupos sociais possuem um papel mais ativo na gestão e contribuição central, uma vez que o processo é colaborativo, de mútua aprendizagem e de troca de experiências entre planejadores e sociedade envolvida. Assim, diferente do planejamento advocatício, aqui o planejador atua lado a lado como coparticipantes no processo de negociação entre os diferentes agentes e atores envolvidos, onde a tomada de decisão parte de baixo para cima.

Contudo, um dos principais entraves dessa modalidade está na demanda de tempo para a tomada de decisões, uma vez que instrumentalizar os diferentes agentes para a discussão de propostas compromete o processo de deliberações a curto prazo (Limonad, 2015).

Além disso, na prática, o planejamento participativo apresenta certas contradições por muitas vezes se tornar mais um caminho de cooptação do que um caminho em direção a um planejamento mais autônomo no que se refere às demandas sociais propriamente ditas (BALTAZAR e KAPP, 2012 apud FERNANDES, 2019).

Planejamento Insurgente

A partir do início do século XXI uma série de práticas e modalidades de planejamento com base no Direito à Cidade surgem e ganham forma por meio de movimentos distintos que buscam reconquistar a cidade para os cidadãos e se antepõem à produção do espaço direcionada exclusivamente ao aumento da acumulação capitalista (Limonad, 2015).

Por se rebelarem contra a ordem vigente, essas modalidades insurgentes representam um avanço significativo em relação às abordagens previamente apresentadas por conferir um papel mais autônomo aos movimentos sociais propriamente ditos. Segundo Baltazar e Kapp (2012), ser autônomo significa ser governado por normas auto definidas e o planejamento autônomo é aquele cujas estruturas são definidas, diretamente, pelas pessoas envolvidas.

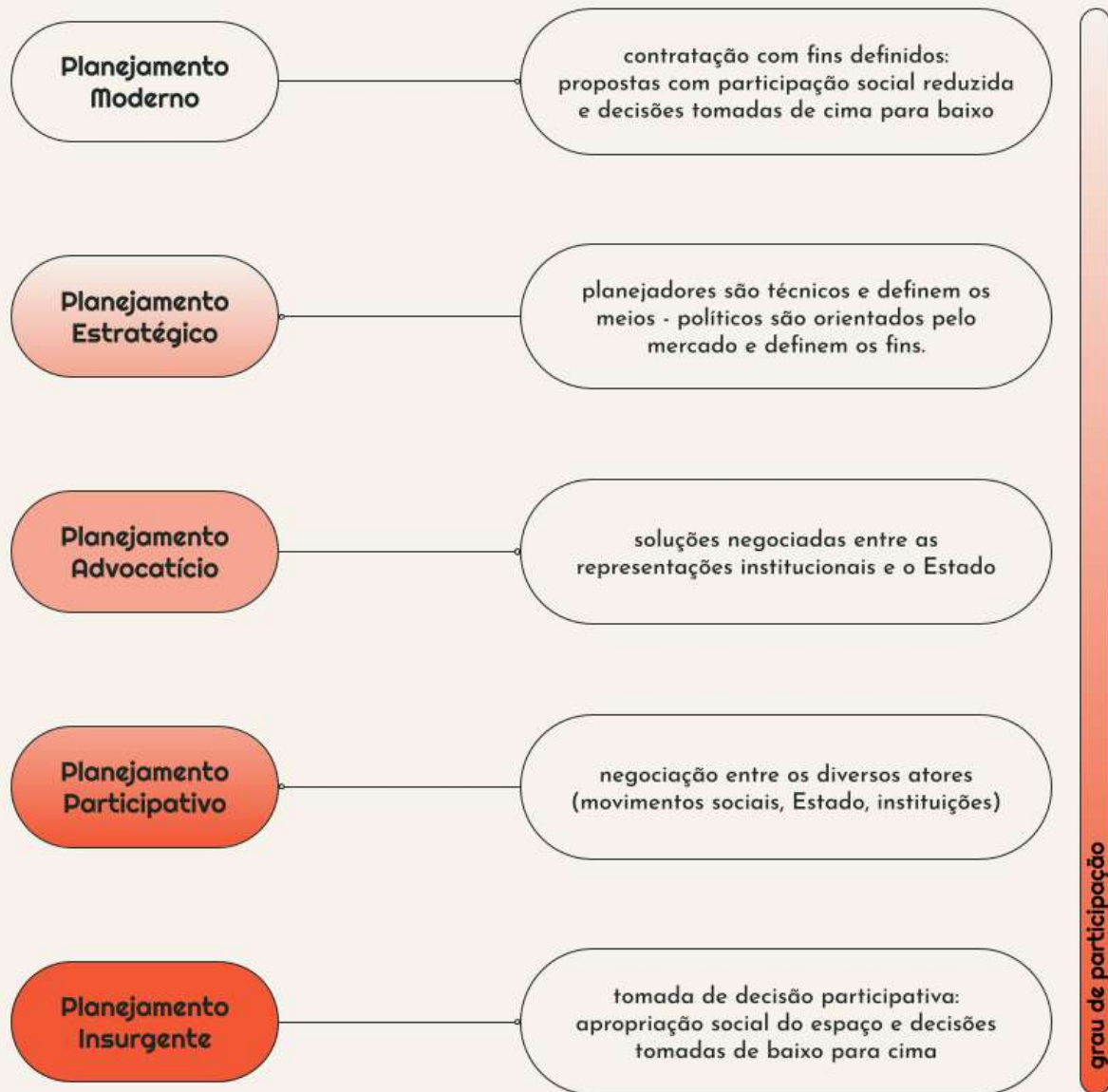
Como define Maricato (2004) o Planejamento Insurgente é aquele que é capaz de incentivar um exercício de cidadania autônomo no processo decisório. Essa modalidade permite a evolução de uma simples participação em espaços institucionais consultivos, denominados pela autora como *Espaços Convidados*, para um patamar transformador da estrutura e autônomo, o que a autora reconhece como *Espaços Inventados*, onde moradores e movimentos sociais podem se articular para confrontar decisões hegemônicas.

Assim, o planejamento insurgente se configura como uma contra-alternativa aos modelos tecnicistas do planejamento tradicional, que acabam se submetendo às demandas mercadológicas.

O quadro a seguir é uma adaptação das classificações de planejamento apresentadas por Limonad (2015) e resume as modalidades supracitadas destacando o papel que a tomada de decisão assume em cada tipo de planejamento comentado. Contudo, é importante reconhecer que, mesmo podendo ser distinguidos sequencialmente, não devem ser interpretados como uma evolução cronológica. Visto que, como anteriormente dito, modelos tradicionais permanecem presentes e muitas são as vezes onde coexistem diferentes processos de planejamento em um mesmo processo decisório.

Com base nessa disposição, parte-se ao desafio de reconhecer como esses diferentes modelos de planejamento refletem-se nas dinâmicas do território, representadas pelos diferentes papéis assumidos por Estado, técnicos e movimentos sociais na disposição de proposição de planos e projetos urbanos a partir de uma análise mais aproximada do contexto local e de Estudos de Caso posteriormente definidos

Diagrama 02. Relação entre Modelos de Planejamento e Tomada de Decisão.
Fonte: Elaborado pelo Autor adaptado de Limonad (2015) e Fernandes (2019).





APROXIMAÇÃO

*“Nosso modo de tomar parte nos gemidos da criação consiste em inscrever
nossa esperança numa leitura atenta e numa ação inovadora.”*

Paul Ricoeur

Como forma de dar continuidade às discussões abordadas, considerou-se necessária a escolha de uma região de análise onde as discussões anteriormente apresentadas pudessem ser interpretadas empiricamente. Nesse sentido a região do Pici foi escolhida como foco de estudo tendo em vista não somente a aproximação entre o pesquisador e a comunidade em questão por meio de experiências anteriores de planejamento, como também a potencialidade desse território no que diz respeito a observações de fenômenos de alteração do meio natural provocados por uma urbanização recente, além da forte presença de organizações populares no território, pré-requisito essencial para qualquer foco de trabalho que tenha como objetivo à visibilização de demandas locais.

Para contextualizar melhor o bairro Pici é necessário reconhecer a sua condição de centro-periferia. O Mapa 01 apresenta a relação entre a área em questão e alguns pontos dos principais pontos de referência da Cidade. Localizado na região oeste de Fortaleza, o bairro é conhecido principalmente por abrigar o Campus da Universidade Federal do Ceará (UFC).

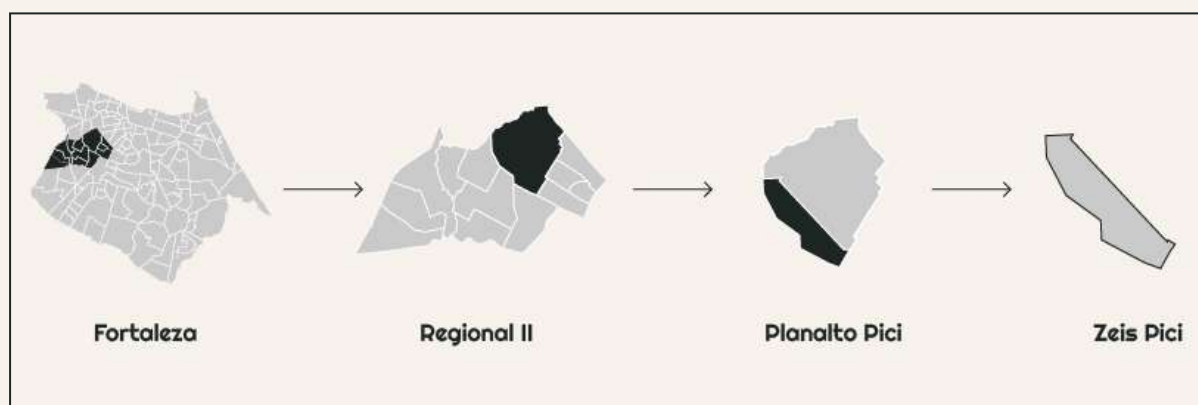
Inserido na Regional 11⁵, a região do Pici está delimitada ao norte por uma área industrial próxima à Avenida Bezerra de Menezes. A leste, ao longo da Avenida Humberto Monte, por uma área comercial com quadras regulares, de padrão de classe média, contando com alguns condomínios verticais. Ao sul do bairro, por trás dos muros da Universidade, um cenário distinto se apresenta por sua vez, caracterizado por um traçado irregular e moradias mais discretas, ali encontra-se uma região reconhecida como Zona Especial de Interesse Social - a ZEIS Pici.

⁵ O Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal de Fortaleza em 18 de dezembro de 2019 e regulamentado pelo Decreto Nº14,899 de 31 de dezembro de 2020 determina o reordenamento do Município em 12 Regionais segundo as determinações do IPLANFOR através do Plano Fortaleza 2040.



Mapa 01. Situação Geral da Área de Estudo. Fonte: Google Earth | PMF (2021)

Diagrama 03. Delimitação da Região de Análise. Fonte: IBGE (2010) e SEUMA (2021).



A ZEIS Planalto Pici é uma Zona Especial do Tipo 1⁶ e possui uma área de aproximadamente 86,5 hectares e uma população de 26.302 habitantes distribuída em 7.524 domicílios, segundo os dados do último Censo (IBGE, 2010). Segundo os dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS FOR, 2011) a ZEIS Pici acolhe um total de 4 assentamentos precários que ocupam boa parte do território, denominados Futuro Melhor - Planalto Pici, Fumaça - Planalto Pici, Entrada da Lua e Conjunto Planalto Pici (Mapa 02). Contudo, essa demarcação não corresponde precisamente ao reconhecimento que os próprios moradores têm a respeito dos limites do território, como posteriormente será aprofundado.

Para além disso, é importante a compreensão de que existe uma imagem da cidade correspondente à realidade do território que é escondida pela imagem da pobreza estampada nas capas de jornais, ruas irregulares e violência aparente. Dessa maneira, a escolha da ZEIS como recorte está intimamente relacionada com o conceito de “espaço opaco” mencionado no capítulo anterior enquanto espaço marginalizado, em que as buscas pelas rugosidades desse lugar se revelam como estratégica para a compreensão das dinâmicas que afetam o território.

⁶ As ZEIS são um dos principais instrumentos urbanos que se propõe a reconhecer as particularidades dos diversos assentamentos precários presentes no espaço urbano brasileiro. Essas zonas são definidas no âmbito da competência dos municípios por meio dos Planos Diretores. Além de permitir a flexibilização das normas e parâmetros de uso e ocupação do solo, esses territórios devem ser alvo de investimentos públicos para as áreas habitadas pela população de baixa renda. No caso de Fortaleza, as Zonas Especiais do Tipo 1 referem-se a ZEIS de Ocupação (FORTALEZA, 2009).



Mapa 02. Delimitações ZEIS PICI. Fonte: Google Earth (2021) e PLHIS FOR (2012)

Portanto, é proposta uma leitura mais detalhada a respeito do processo histórico que configurou as mudanças espaciais decorridas do processo de ocupação da paisagem do território⁷. Esse exercício tem como objetivo apresentar pontos de vista locais a partir da perspectiva dos próprios moradores, tomando como referência além das análises de mapas e documentos históricos, bibliografias recentes sobre a região estudada e, sempre que possível, relatos e opiniões colhidas por meio de entrevistas e questionários aplicados nos últimos anos.

Paisagem e Memória | Perspectiva Temporal

Anteriormente pertencente ao território da Parangaba, a região do Pici era denominada por antigos moradores como “Sítio Pery”, que fora batizado a partir da aglutinação dos nomes Pery e Cecy, personagens da obra “O Guarani” de José de Alencar (SALGUEIRO, 2014). É possível resgatar a memória da região como no século XIX e início do século XX como um reduto de sítios e chácaras. A área passou a ser constituída de sítios de recreio e chácaras nos quais as famílias mais abastadas construía casarões para estadias de fins de semana.

É importante ressaltar que, nessa etapa de pré-urbanização, a região era um vasto campo de vegetação nativa, por vezes frondosa, e que hoje corresponde a uma área que não se restringe apenas ao bairro Pici, espalhando-se pelos bairros vizinhos Henrique Jorge, Autran Nunes, Jóquei Clube, João XXIII e, até mesmo, Parangaba.

Contudo, durante a II Guerra Mundial o cenário local sofreu uma importante modificação devido à aliança brasileira firmada com os Estados Unidos da América, quando então desenvolveu-se um interesse geoestratégico em algumas capitais do norte e nordeste, dentro delas Fortaleza. É a partir desse interesse que se instala na região uma base aérea americana, o que inclusive levantou por muito tempo o boato de que o nome de origem do bairro vinha da pronúncia em inglês das letras P e C, abreviatura de “*Post of Command*”, fazendo referência ao Centro de Comando instalado na Região (Figuras 01 e 02).

⁷ O conceito de paisagem aqui apresentado refere-se não somente aos elementos naturais do espaço, mas como objeto cultural compreendido como herança e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de ação de suas comunidades (SILVA, 2016).

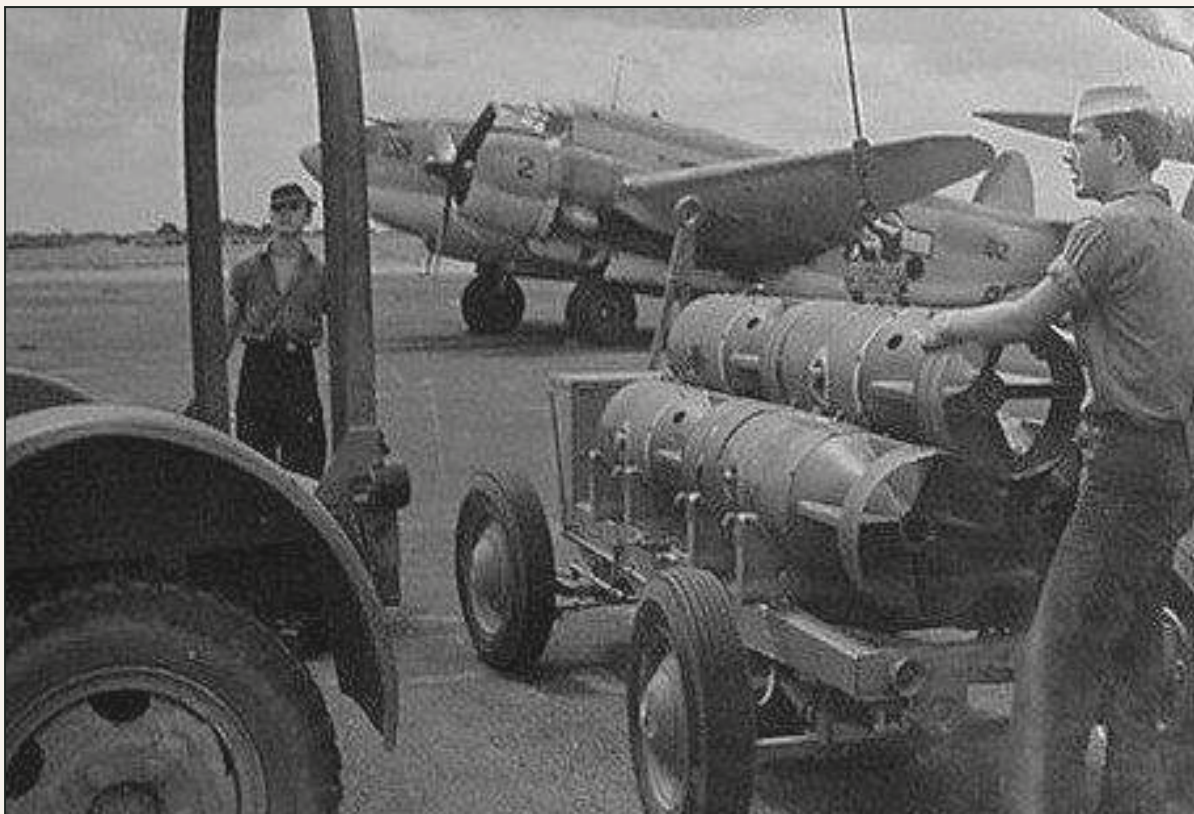


Figura 01. Armamento sendo transportado em Pici Field. Fonte: Acervo Castro Cascais.

A empresa Panair do Brasil S.A. foi autorizada a construir, melhorar e aparelhar o aeroporto de Fortaleza, dentre outros. A Base Aérea do Pici foi construída por sua vez pela empresa Campelo & Gentil, com uma pista para pouso e decolagens de aviões e pequenos alojamentos (CRUZ, 2012). Essa base não teve um papel de destaque devido às dificuldades de transporte de combustível, de armamento e de munições nos veículos pesados. Contudo essa memória histórica ainda permanece viva em diversas partes do Bairro.

A escritora Rachel de Queiroz, reconhecida como uma das mais conhecidas moradoras da antiga região do Pici traz em parte de suas obras relatos acerca das transformações geradas pela chegada dos Americanos no Território. No livro de “*Memórias, escrito a quatro mãos*” a autora descreve que:

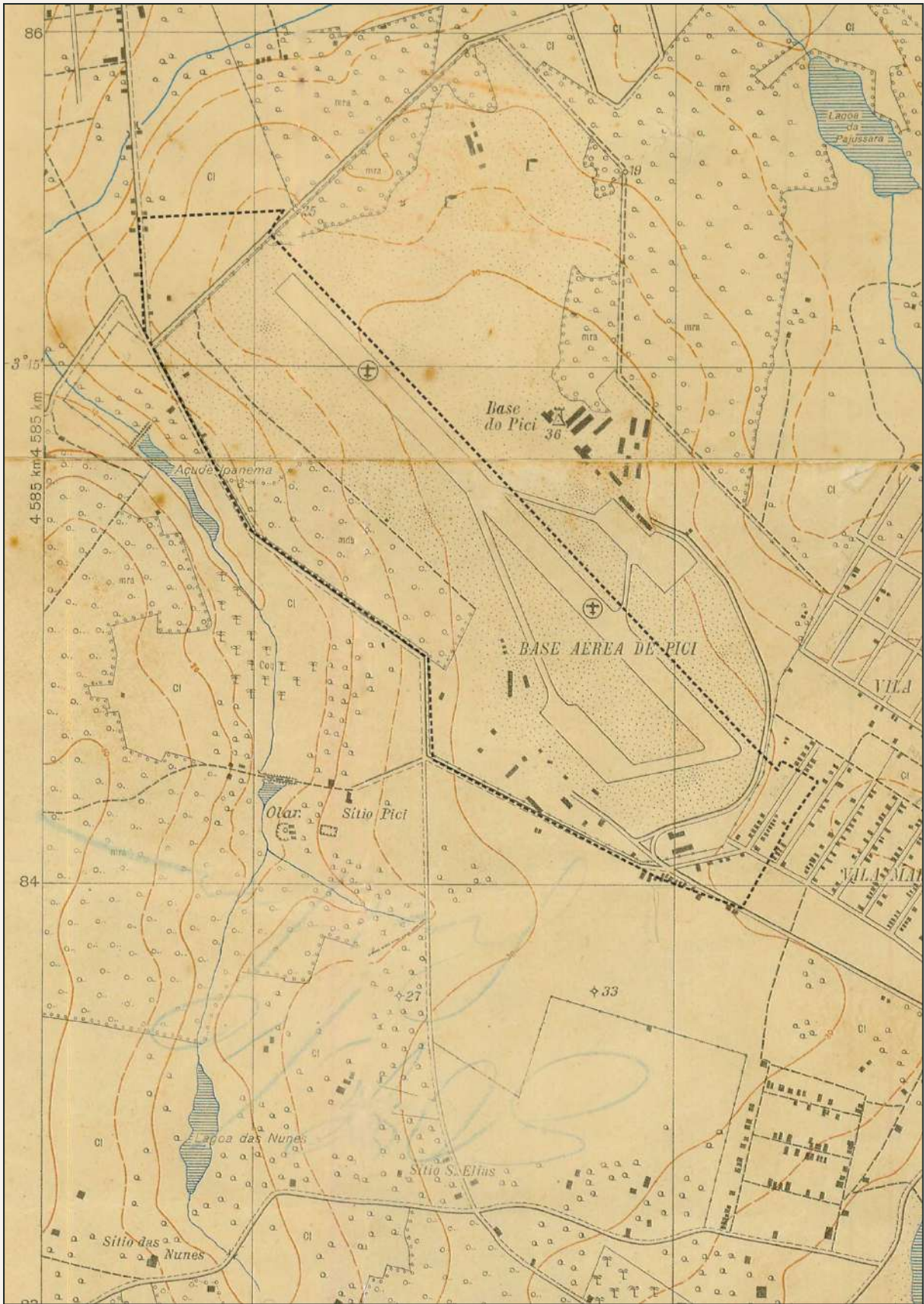
“ O contingente de soldados ia aumentando. Fortaleza parecia estar no centro de operações de guerra. Aliás, estava mesmo, pois de lá, da nossa base, é que partiam os cargueiros, os bombardeiros, os Catalinas, num pouso intermediário entre os Estados Unidos e as frentes de batalha na África e Europa. ” (QUEIROZ; QUEIROZ, 2010 apud SALGUEIRO, 2014, p.21).



Figura 02. Três dirigíveis estacionados na década de 40. *Fonte: (ESPINOLA, 2007).*

Atualmente alguns vestígios desse momento da História ainda podem ser encontrados no Pici. Da antiga base além da pista de pouso asfaltada nota-se a presença dos paióis onde guardavam armas e munições e de abrigos subterrâneos, que serviram de depósitos de armas e munições e que se chamavam “casamatas” ou “bunkers”. Após a Guerra boa parte dessas construções foram abandonadas e adaptadas (muito embora se conservem quase como antes) por moradores da região como residências ou cômodos da casa (SALGUEIRO, 2008, p.80).

O Mapa 03 apresentado adiante representa um trecho de cartografia da cidade de Fortaleza datada de 1945. Nele foi delimitado o perímetro da atual ZEIS, apenas com a intenção de facilitar a interpretação da imagem. Como documento histórico essa cartografia mostra, além da localização da base militar do Pici, a presença de uma natureza ainda pouco alterada pelo tempo, com grandes parcelas de terra ainda não afetadas pela urbanização, chamando atenção para a presença de corpos hídricos como o “Açude Ipanema” que hoje se resume a um pequeno córrego a céu aberto.



Mapa 03. Carta de Fortaleza e Arredores (1945). Fonte: Serviço Geográfico do Exército.

A respeito da alteração do meio natural sentida a partir desse momento da história, um trecho retirado do blog pessoal de um dos moradores da região apresenta, a partir de uma leitura crítica da sua própria vivência no território, as perdas que a paisagem do Pici e arredores vem sofrendo (Figuras 03 e 04):

Lendo a memória da escritora Rachel de Queiroz sobre o Sítio Pici, identifiquei em uma foto, ela caminhando sobre a parede do Açude do Sítio, quando ali morou e escreveu o Livro O Quinze. Aquela foto me surpreendeu e fortaleceu um afeto muito forte em defesa daquela área verde, última da memória histórica do Sítio Pici. Até me emocionei quando lembrei que em 1966 quando cheguei a Fortaleza também caminhei naquela parede do Açude, apesar de estar quebrada um trecho, mas ainda acumulava água e juntava animais naquela paisagem, muito verde, cheia de árvores, frutíferas e mata virgem. Para minha surpresa, dia 13 de setembro de 2008 passava ao lado da Praça da Igreja do Henrique Jorge e avistei uma placa num poste da avenida com os dizeres VENDE-SE e a seta apontando para o “açude”. Só falta dizerem “vende-se um açude”. Pelo visto, não basta só se indignar, é necessário gritar, ou até acampar exigindo atitudes dos gestores públicos na preservação do verde, a serviço do bem-estar e da qualidade de vida dos seus municípios

Leonardo Sampaio (2008).⁸

Anos depois da desocupação do local pelos americanos, por volta dos anos 60, ocorre um processo de aquisição de grande parte das terras pertencentes à Panair pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Nessa época a antiga pista de pousos era utilizada como autódromo para corridas de carro (Figura 05).

⁸ Esse depoimento foi retirado do Blog Pessoal de Leonardo Sampaio, morador do bairro Pici e representante do Espaço de Cultura Frei Tito de Alencar (ESCUA). Disponível em: <http://leonardofsampaio.blogspot.com>

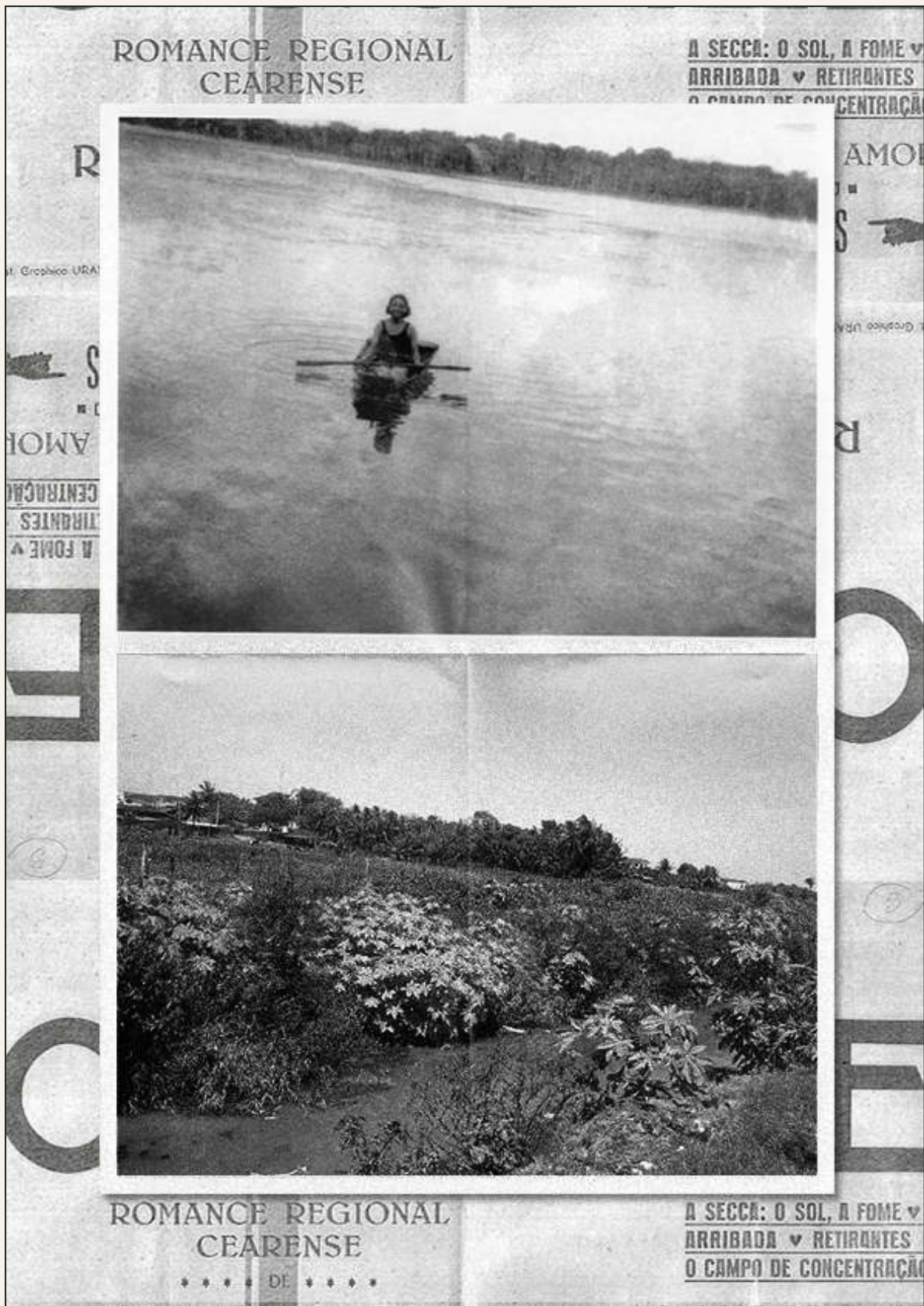


Figura 03. Rachel de Queiroz em Açude no Sítio Pici. *Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles*

Figura 04. Açude assoreado em terreno no Bairro Henrique Jorge. *Fonte: Leonardo Sampaio*



Figura 05. Autódromo na antiga pista de Pouso do Pici. *Fonte: ESPINOLA, 2007.*

Por volta desse período o DNOCS estava pleiteando com o Presidente da República a cessão da antiga Base Aérea do Pici. Ao saber disto, Martins Filho fez planos para expandir a Universidade e conseguiu obter do então presidente Jânio Quadros a metade da área da base, isto é, toda a parte situada ao leste da antiga pista de pouso. Pedro Salgueiro (2014) destaca que o Governo Federal não tinha como comprovar que era proprietário da Base, pois as terras haviam sido compradas pela Panair do Brasil, empresa subsidiária da Pan American, por meio de operação imobiliária que não podia ser registrada em cartório, devida à guerra.

“ Assim, concluído o conflito e retiradas as tropas dos Estados Unidos, o terreno ficou sem dono, embora vigiado pela Aeronáutica. Martins Filho, é claro, imediatamente tratou de mandar ocupar a parte que cabia à Universidade, mas a legalização definitiva da posse somente foi obtida muito e muito tempo depois, registrada como usucapião.” (SALGUEIRO, 2014, p.33).

Toda essa complicação acerca da dominialidade do território ao longo dos anos posteriores à desativação da Base Militar americana continuam sendo até hoje o cerne de muitas discussões que envolvem a regularização da região. Tendo isso em vista, se faz importante a análise do processo de ocupação da região para em seguida compreender os principais entraves e desafios enfrentados atualmente.

É difícil afirmar com precisão quando exatamente o território do Pici começou a ser mais densamente povoado. Registros cartográficos mencionam já em 1937 um loteamento popular, o que indica que, de modo concomitante à chegada dos norte-americanos, iniciou-se um processo de parcelamento e venda de lotes para populações de baixa renda. Acredita-se que parte significativa desses moradores vinham para Fortaleza, fugindo dos ciclos de estiagem. No Pici, as populações foram se localizando nos limites da antiga base aérea e sua ocupação coincidiu com aquela das famílias dos trabalhadores do DNOCS. O depoimento de Leonardo Sampaio, morador do Pici, descreve bem esse momento:

“Os americanos construíram isso aqui em 1941 para 1942. Quando eles saíram, as terras eram da Fundação Rockefeller, mas ficaram sem cuidado. A base aérea trouxe os funcionários, botaram para morar aqui. O período depois o DNOCS também trouxe funcionários, porque eles botaram a oficina para consertar os tratores, caminhões, essas coisas. E aqui eles foram ocupando também um pouco desse espaço. A Escola Adroaldo Teixeira era conhecida como a escolinha do DNOCS, porque foram os funcionários do DNOCS que criaram para os filhos deles estudarem, e depois abriram para a comunidade.”

Leonardo Sampaio (2019)⁹

Durante oficinas realizadas com os moradores do assentamento, foi apontado que o processo de ocupação informal da região se iniciou particularmente em 1962, quando uma família tentou habitar uma área pertencente à companhia férrea (RFFSA) e, removida, terminou ocupando a região que agora é chamada de Fumaça (Figura 06). Sobre o território da Fumaça, Leonardo Sampaio no mesmo depoimento descreve os antecedentes dessa ocupação:

“Era um grupo de missionários que começaram a fazer um trabalho aqui, nessa comunidade, que era a favela da Fumaça. Os primeiros moradores no período depois da base aérea dos americanos, isso em 1958, começou a chegar esses moradores. Ai tinha o Papoco, estava do outro lado também, era outra grande favela aqui, e estava no entorno da base velha. A base era cercada de arame, a vegetação era um pouco já crescida aqui. Um bairro de muitas vacarias, que eu até chamo num artigo meu, “uma mistura do urbano com o rural.”

⁹ Esse depoimento assim como os seguintes foram retirados da transcrição de entrevistas realizadas em 2019 pela Equipe da Sociologia com representantes locais para elaboração do PIRF da ZEIS Pici.



Figura 06. Antigas ocupações no território do Pici . *Fonte: Arquivo Mayra Soares.*

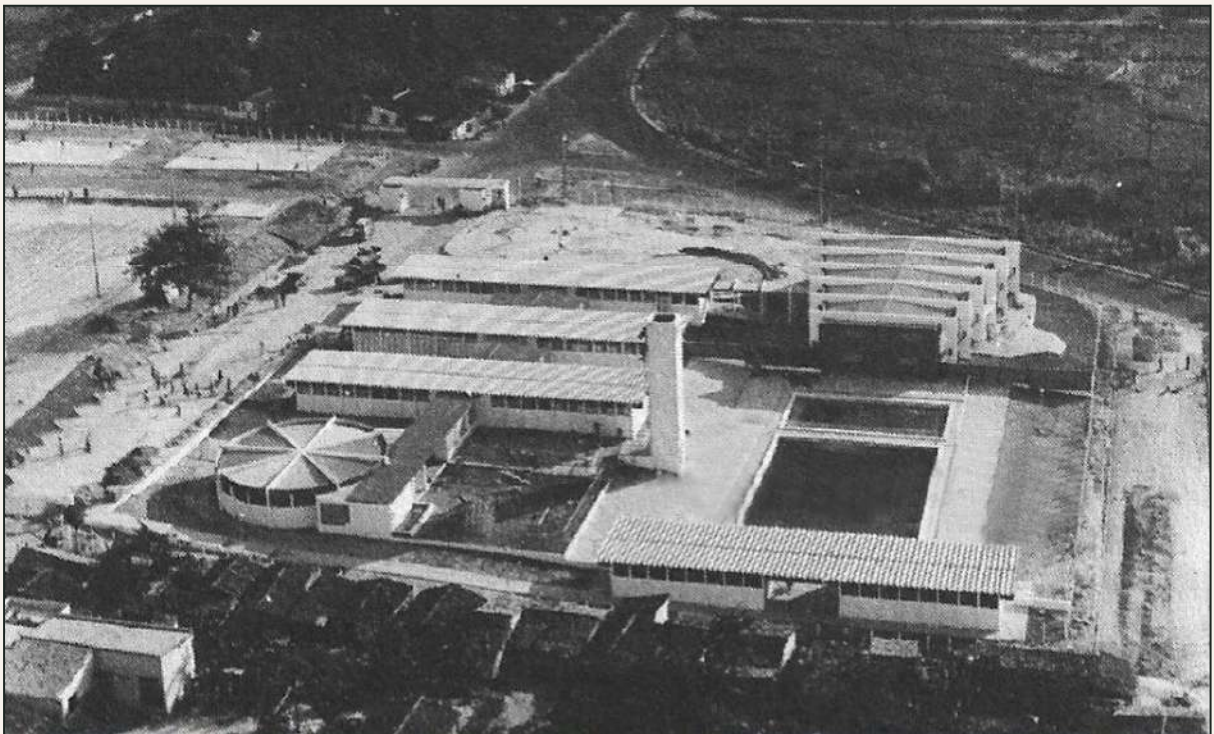


Figura 07. Registro Fotográfico do CSU César Cals em 1971. *Fonte: Fortaleza em Fotos.*

Nos anos 70, com a crescente urbanização do bairro, foi construído, também pela Prefeitura, o Centro Social Urbano (CSU) César Cals, equipamento social de grande importância para o assentamento (Figura 07). A partir disso as famílias de vendedores ambulantes que trabalhavam no entorno do CSU passaram também a ocupar o terreno nas proximidades.

No fim dos anos 80, a ocupação de outro terreno da antiga base foi motivo de conflitos com a polícia durante a gestão do então prefeito Ciro de Gomes. A maior parte por pessoas oriundas do bairro Jôquei Clube, que, sem organização comunitária, foram expulsas pela Polícia Federal de terrenos pertencentes à União. As diversas tentativas de barrar as ocupações nesse momento também são descritas pelos moradores, que relacionam as ocupações que aconteciam no território com uma série de acontecimentos históricos do período e articulações populares repercutiam diretamente na escala local:

“ Houve outras tentativas de ocupação, mas a Polícia Federal vinha e tirava. Mas houve um movimento que era o Movimento dos Sem Teto, que vinha com a Jornada de Luta Contra a Fome [...] nós fizemos isso num período de seca no Ceará, que foi de 1979 a 1984. Foram cinco anos de seca, muita extensa, e muita gente vindo do interior do trem. Vinha de trem, pagava passagem não. Juntava um bocado de gente e entrava dentro de Fortaleza, e andava pelas ruas, peregrinando. ”

Leonardo Sampaio (2019)

Esse, assim como outros relatos apresentados até aqui, contesta um senso comum a respeito das ocupações urbanas como produtos de invasões recentes na cidade. O processo de compreensão dessas antigas lutas travadas para a conquista da terra no Pici contribui para uma visão menos estigmatizada do território e reconhecimento da sua legitimidade.

Dando continuidade a essa leitura temporal sob a perspectiva das ocupações, a década de 90 representa um importante marco para o território. Pois é nesse período que se intensifica a ocupação dos espaços vazios remanescentes dando destaque para o surgimento do Planalto Pici. É também na década de 90 que Ciro Gomes se torna governador do Ceará e passa a receber os representantes das ocupações que reivindicavam saneamento básico de modo que essas não se tornassem favelas “desorganizadas” (Figuras 08 a 13).



Figuras 08 a 13. Urbanização do Planalto Pici na década de 90.

Os registros fotográficos da época revelam a intensa participação social e organização popular no processo na chegada dos serviços urbanos básicos como energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário. Fonte: Arquivo Grupo de Desenvolvimento Familiar (GDFAM).

Ainda tomando como norte o depoimento dos moradores o trecho seguinte destaca uma visão de quem nesse período já participava ativamente da ocupação, destacando também o papel que a mobilização social assumiu nesse contexto de reivindicações:

“Quando Ciro vai para o Governo do Estado o movimento vai atrás dele para fazer a urbanização. Aí a gente dizia: “Nós não queremos que vire favela. Tem que ter organização, saneamento, iluminação, né”. Aí a partir daí o Movimento dos Sem Teto foi para cima do Governo do Estado, que era ele. Então, todas as conquistas dependeram das organizações populares, nada chegou por boa vontade dos governantes e sim pela luta do povo, por isso que chegou o saneamento e o Planalto do Pici é o que é hoje.”

Leonardo Sampaio (2019)

Nessa época Ciro, como governador do Estado, autoriza informalmente a população a permanecer na área. Assim, as habitações que inicialmente eram de palha, lonas, madeira, foram sendo melhoradas e consolidadas ao longo dos anos, passando para construção de barro e, por fim, alvenaria. Nesse período o território começa a passar por grandes transformações, como aponta Mororó (2012, p.87):

“ Para garantir a posse de seus lotes na ocasião da ocupação, os moradores iniciaram algumas construções precárias, em geral barracos de um cômodo construídos em madeira, papelão ou taipa e cobertos com palha. Com a consolidação da comunidade e a segurança adquirida com a chegada de infraestrutura a ocupação tem se intensificado e os barracos foram sendo substituídos por construções em alvenaria que durante os últimos 20 anos.”

Entretanto, vale destacar que essas melhorias acompanhadas da autorização do Estado para ocupar não correspondem à regularização da situação jurídica, pois não houve a legalização do domínio ou da posse da terra (CRUZ, 2012). Mesmo assim, o registro desse momento é simbólico e seu registro reafirma a legitimidade dos moradores no que diz respeito ao longo processo de lutas e mobilizações para a segurança de posse. Nesse sentido, é de suma importância destacar agentes que, já nesse momento, possuíam grande protagonismo no processo de negociação com os entes públicos locais e de organização popular. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por exemplo, destacam-se por um importante papel na orientação dos movimentos de ocupação, inclusive fazendo referência à reflexão bíblica sobre a Terra Prometida no livro de Êxodo.

Cabe também dar destaque ao papel que as irmãs missionárias de Nossa Senhora desempenharam ao longo da formação do assentamento popular. Essas religiosas canadenses contribuíram desde do início da ocupação em 1990, ajudando na organização e luta pela garantia e posse do terreno da comunidade. Elas estiveram atuantes na comunidade do Planalto do Pici até o ano de 2012 quando regressaram para o Canadá. Dentre os feitos comunitários realizados pelas religiosas destaca-se também a fundação do Grupo de Desenvolvimento Familiar (GDFAM) em articulação com um grupo de mulheres voluntárias que funciona até hoje como uma Biblioteca Comunitária. Em seu depoimento Francisco Fernando, que se mudou para a região por volta desse período, pontua o papel das Irmãs:

“ Assim, a história do Pici tem tudo a ver com elas porque elas que apoiaram a primeira associação de moradores do Pici. Eram na casa delas, irmãs missionárias de Nossa Senhora do Canadá - a irmã Mona, a irmã Clarice, a irmã Lucy e aí nós se envolvemos por essa luta comunitária, não só pela moradia, foi fruto da organização das irmãs um grupo de mulheres que resolveram criar, associar com as moradoras. ”

Seu Francisco (2019)

Foi também nesse período da ocupação, que a Associação de Organizadores Sociais e Serviços (AMORA) foi convidada pelo Estado para representar os interesses da ocupação nas negociações com o Poder Público. Criaram assim uma associação para a própria ocupação, a Associação de Moradores do Campus do Pici (AMOCAP). Essa entidade organizou a ocupação definindo os lotes, a largura das ruas, fazendo o cadastramento das famílias que chegavam ao bairro. Uma importante liderança nesse processo foi Toinha, ex-presidente da AMOCAP, que teve papel relevante nos movimentos por moradia em Fortaleza, na década de 90, se envolvendo também no trabalho de organização das CEBs.

O ano 2000 é marcado pela construção de conjuntos habitacionais pela Prefeitura de Fortaleza na ZEIS. Uma grande contradição desse projeto foi o fato desses equipamentos terem sido construídos na região sem dar direito à posse da terra para os novos destinatários, incrementando o número de moradores e residências provenientes de outros bairros populares. A linha do tempo mais adiante apresenta o marco temporal do surgimento desse e de demais equipamentos relevantes para a história do Pici.

Ainda no final da primeira década de 2000, após uma série de articulações em conjunto com outras comunidades populares de Fortaleza, parte do território do Pici recebe o status de Zona Especial de Interesse Social - a ZEIS Pici é assim institucionalizada. As ZEIS representam um dos principais instrumentos urbanos que se propõe a reconhecer as particularidades dos diversos assentamentos precários presentes no espaço urbano brasileiro. Essas zonas foram definidas no âmbito da competência dos municípios por meio dos Planos Diretores, no caso de Fortaleza essa demarcação acontece no processo de articulação do Plano Diretor Participativo (PDPFor) de 2009.

Além de permitir a flexibilização das normas e parâmetros de uso e ocupação do solo, a instituição da ZEIS no território se torna relevante pois estimula que a região seja alvo de investimentos públicos especialmente para as áreas habitadas pela população de baixa renda.

No momento presente, a ZEIS Pici passa por uma série de negociações com o Estado no que se refere a melhorias emergenciais para a região. O Conselho Gestor da ZEIS, disposto no art. 268 do PDPFor e fundamentado oficialmente pelo Decreto nº 14.211, publicado em 21 de maio de 2018, coloca-se dessa forma como organização de destaque, assumindo um importante papel na retomada de questões históricas que integram o processo organizativo comunitário do PICI. Além disso, enfatiza-se a sua relevância como instância representativa, sendo um agente protagonista nas deliberações recentes pactuadas no território.

Como instituição articulada pelos próprios moradores, a instituição do Conselho Gestor¹⁰ representa um espaço de discussão onde moradores podem assumir uma postura autônoma no que diz respeito à definição de pautas prioritárias e organização de articulações comunitárias para reivindicação de ações por parte do poder público, quando esse se faz presente.

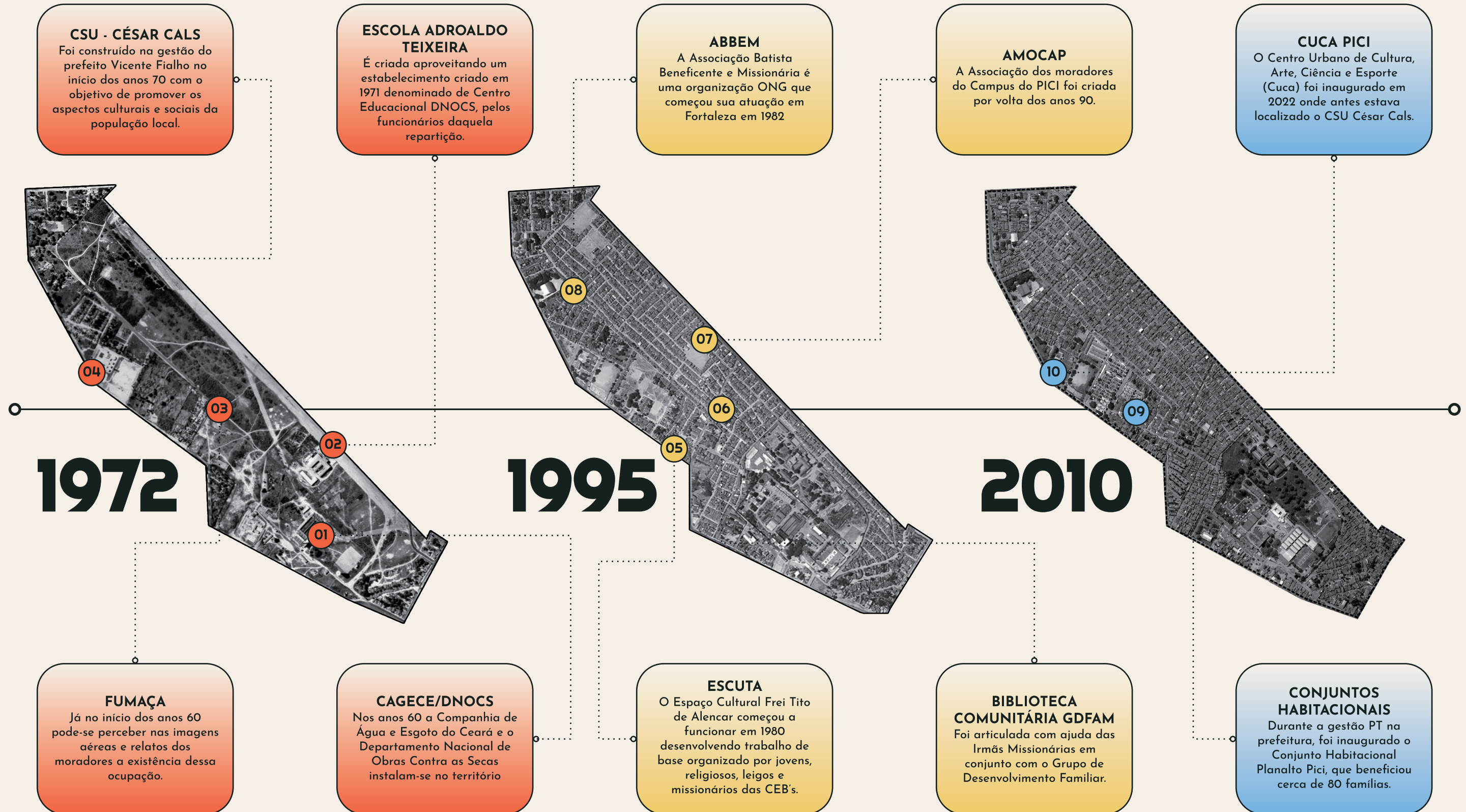
Por esse motivo, a presença nesse espaço de construção popular se mostrou como experiência imensurável para a produção deste trabalho. Ora como observador participante e ora cumprindo o papel de assessoria conduzindo debates sobre diversos assuntos de interesse dos moradores, a presença de técnicos e da universidade nesse ambiente permite uma experiência de planejamento onde a troca de saberes se faz prioritária.

¹⁰ Os Conselhos Gestores são compostos por 10 representantes, sendo 5 da sociedade civil, distribuídos entre moradores das ZEIS, entidades e movimentos populares do território, e outros 5 do Município.

LINHA DO TEMPO

ZEIS PICI (1972 - 2022)

A seguir são apresentados alguns dos principais equipamentos urbanos do território e suas respectivas localizações divididos de acordo com seu surgimento. Como referência foram utilizados Imagens Ortofotogramétricas dos anos 1972, 1995 e 2010.



Situação Fundiária | Disputas pela dominialidade da Terra

Um dos principais desafios atuais na área da ZEIS Pici diz respeito à patrimonialidade do território. Mesmo sendo uma comunidade histórica, a não conformidade legal das ocupações confere ao território um status de ilegalidade. Segundo Maricato (2000), o padrão de ocupação ilegal da terra urbana no País é não somente perceptível como parte essencial do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro. Ainda segundo a autora, “ a desatualização de cadastros fundiários e imobiliários e a confusão reinante, em torno dos limites das propriedades, são a regra geral dos municípios em todo o Brasil. ”(MARICATO, 2000, p.186)

Conforme o Relatório das ZEIS (2015, p.48), “o terreno ocupado pela ZEIS 1 é de propriedade da União e possui, aproximadamente, 88 hectares de extensão”. Porém, atualmente não existe registro formal de lotes ou imóveis de patrimônio do Poder Público federal. De acordo com as informações fornecidas pela Superintendência do Patrimônio da União no Ceará - SPU, há um processo de incorporação ao patrimônio da União de área que faz interseção com a poligonal da ZEIS Pici.

Contudo, ocorre que o referido imóvel também é objeto de Ação Judicial entre a PANAIR do Brasil S/A e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). No processo judicial, a empresa requer indenização por desapropriação indireta da União. Contudo a ação foi julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal. Segundo Cruz (2012, p. 210):

" A Secretaria do Patrimônio da União [...] enfrenta dificuldades para efetuar o registro da propriedade das áreas desapropriadas. Isto se dá pelo fato de que a empresa PANAIR, durante o processo de desapropriação, registrou irregularmente a área em seu nome e entrou com ações judiciais solicitando indenização pelas terras. Apesar de ter ganho (sic) a causa, a SPU ainda está adotando as medidas necessárias para retificar o registro da propriedade junto ao cartório de registro de imóveis, o que inviabiliza o início do processo de regularização, inclusive, a regularização administrativa. ”

Em outros termos, ainda há uma série de empecilhos à incorporação da área ao patrimônio da União, o que acabou levando à ausência de registros formais nesse sentido. O depoimento a seguir apresenta um relato das tentativas frustradas dos moradores de tomar ciência do status jurídico do território:

“ A gente ia de vez em quando na SPU pra saber como é que tava, como é que não tava, aí foi que lá deram uma notícia de que como esse terreno aqui era da base aérea, ela pertencia a uma empresa Norte Americana chamada “Panair” e que ela tinha entrado contra o governo na questão da reivindicação de posse, aí por isso o processo parou e tá parado até hoje [...] Aí a gente já foi lá, no SPU, só que com o Ceará Periferia... e eu acho que a AMOCAP, ela é a associação né, desde o início é como se ela fosse a responsável legal, ela é a titular e a GDFAM é a suplente, aí eu penso que ela ficou com o número do processo, né, mas a gente pediu, até hoje a gente não teve... ... quando a gente chegou lá a gente não teve acesso porque nós não sabíamos o número do processo, isso e aquilo, aí nisso a gente também perdeu né. ”

Dona Cícera (2019)

Atualmente o Conselho Gestor da Zeis Pici segue em negociações com o Poder Público contando com o auxílio da Defensoria Pública e de assessorias jurídicas representadas por profissionais do poder público e de assessorias populares (NAJUC e CAJU). Apesar desse suporte técnico o processo ainda segue lento devido há uma série de burocracias próprias da municipalidade e dos entes federais envolvidos. Diante disso, caberia abordar algumas experiências anteriores que revelam os principais entraves na disputa popular para a Regularização da ZEIS.

Experiências de Regularização | Tentativas e Avanços

Uma das principais tentativas de regularização fundiária do Pici iniciou-se em 2005 antes mesmo do processo de instituição da ZEIS, através do “Projeto de Regularização Cidadã”, realizado pela ONG Cearah Periferia com financiamento do Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal (CEF), e parceria com o Conselho Gestor, formado pelas associações do bairro: AMOCAP, AMORA (ESCUTA), GDFAM e ABBEM. Que contribuíram na articulação social, e com outros órgãos públicos, como a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, que participou de mutirões para autenticação dos documentos, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE e a Companhia Energética do Ceará - COELCE, que expediram documentos para a comprovação do tempo de posse. Posteriormente, esta ação também contou com a colaboração da Universidade Federal do Ceará, que, por meio do Projeto PROEXT, disponibilizou estudantes de arquitetura para realizar os levantamentos físicos na área.

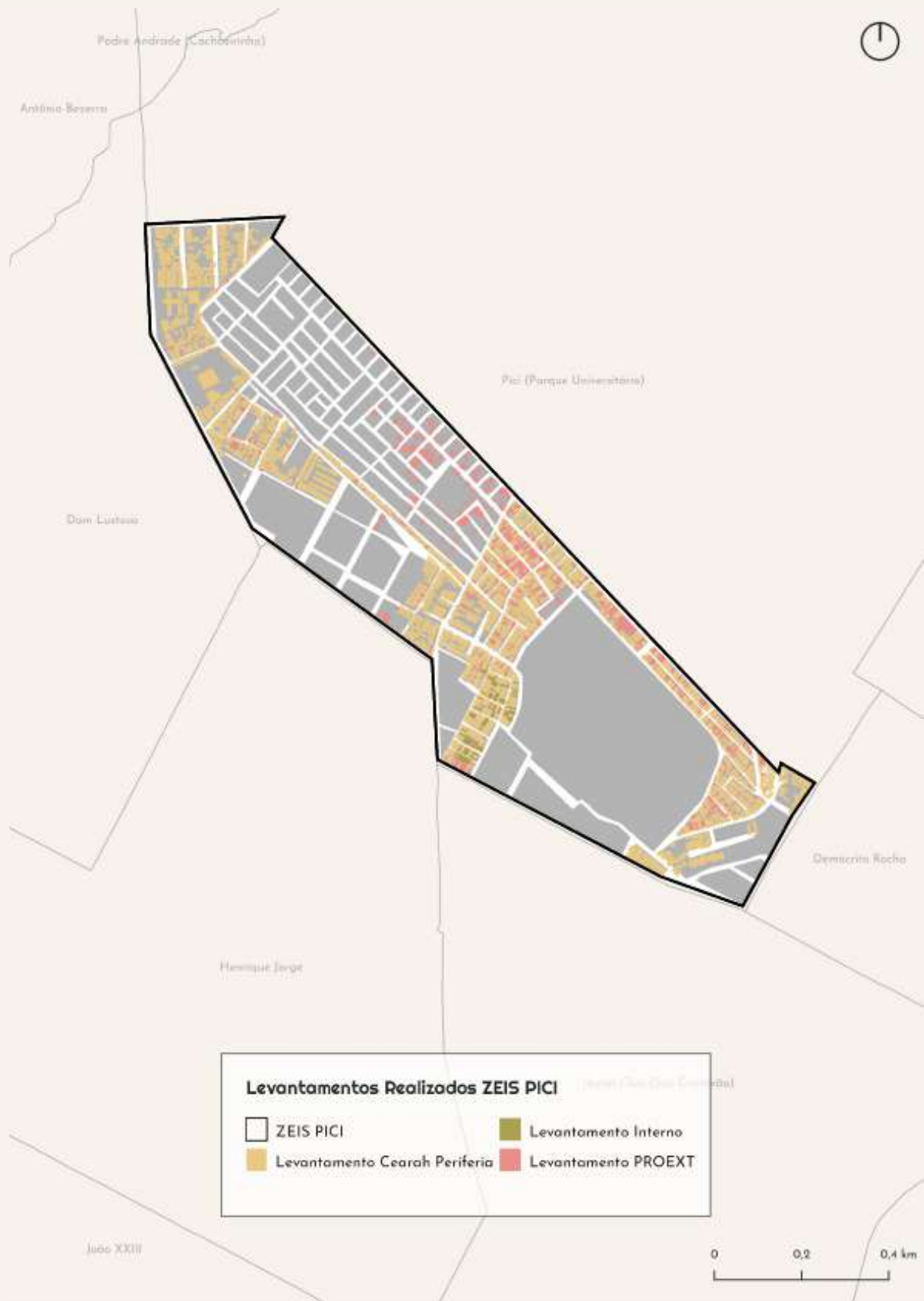
O relato abaixo apresenta um trecho da entrevista conduzida em 2019 onde uma das moradoras que participaram do projeto em questão detalha como o processo de cadastramento aconteceu em 2005:

“As pessoas traziam seus documentos aí era tirado xerox e tudo e todo esse processo era pra ser encaminhado para a SPU que é a secretária de patrimônio da União né, aí nessas discussões foi que a gente ouviu falar de ZEIS, dos tipos de documentos que nós íamos ter, que eles, ela já começaram a explicar que a gente mora num terreno da União, então a posse de fato, nós nunca vamos ter, nós vamos ter, assim, como se diz, um documento que diz que eu moro aqui, né, mas o terreno que eles chamam até de CUEM, né, que a gente até achou engraçado que é o choro do neném, né [risos] e eu me lembro o nome... é... Certidão de Uso Especial de Moradia, que é isso que a gente vai receber, que a gente ficou sabendo, a gente não vai receber a escritura, a gente vai receber esse documento, que é um documento da União, então esse processo todo, em 2005, 2006, 2007, 2008, só sei que teve um tempo que juntou todos os documentos dessas pessoas, a gente tem até a lista das pessoas que a gente mandou”

Dona Cícera (2019)

Uma das principais conquistas alcançadas pelo Cearah Periferia foi o Projeto Pró-ZEIS, com o apoio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), em parceria com o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Conselho Gestor, representado pelas citadas organizações (AMOCAP, ABBEM, AMORA, GDFAM). Nesse momento uma série de oficinas e momentos de formação no território acontecem para instrumentalizar os moradores acerca do conhecimento sobre a temática da regularização, o que revela uma preocupação no processo que empoderou os moradores criando espaços de participação social (CRUZ, 2012).

Em 2011, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC desenvolveu um programa de extensão universitária intitulado DAU: Direito à Arquitetura e Urbanismo, Zonas Especiais de Interesse Social e Assistência técnica para Habitação de Interesse Social (DAU PROEXT). O projeto elaborou croquis dos imóveis de cada posseiro cadastrado que eram plantas descritivas dos limites das parcelas passíveis de regularização fundiária e incluíam informações das coordenadas dos vértices das parcelas na planta do levantamento aerofotogramétrico disponível para a cidade de Fortaleza. Dessa forma, dos 1450 imóveis cadastrados o DAU PROEXT elaborou 666 croquis (FREITAS; LIMA, 2012).



Mapa 04. Levantamentos realizados na ZEIS. Fonte: Freitas e Lima (2012) e SEFIN (2005).

Para além do registro, a atividade mobilizou os indivíduos para a necessidade de elaboração de um plano de desenvolvimento local, bem como a constituição de um Conselho Gestor, que hoje, auxilia o desenvolvimento das ações. Mesmo não alcançando o objetivo final da regulamentação prevista para a comunidade, todo esse trabalho com o envolvimento da ONG Cearah Periferia e da Universidade fomentou um processo de mobilização para a regularização fundiária do bairro Pici e incitou um forte processo de fortalecimento comunitário (Mapa 04). O relato a seguir de uma das moradoras diretamente envolvidas no processo revela como o projeto “Regularização Cidadã” colaborou para que parte do bairro fosse considerada ZEIS no Plano Diretor de Fortaleza (PDPFor/2009)

São 45 ZEIS em Fortaleza, mas 10 são prioritárias, né que foram esses que começaram essa luta, como a gente aqui no Pici na época a gente tava forte, né, por causa dessa história do Cearah Periferia, dessa regularização, a gente foi para as plenárias, e a gente conseguiu

[...]

Dona Cícera (2019)

A inclusão da ZEIS Pici como zona especial e ZEIS prioritária é um marco relevante que deve ser celebrado por diversas razões. Há hoje uma extensa bibliografia que apresenta a importância da ZEIS como instrumento jurídico para a asseguarção de direitos básicos em territórios populares. Como Alfonsin apresenta:

“As ZEIS conseguem garantir igualdade e diferença às populações moradoras dos assentamentos informais. Garantem à igualdade, na medida em que busca a permanência das famílias no território, buscando o direito à cidade, independente de outros interesses locais, mas garante a diferença ‘na medida em que reconhecem o processo histórico da produção social e cultural do habitat que redundou em usos, tipologias e padrões irregulares segundo a legislação urbanística do município para a região, fazendo nascer o direito de utilizar padrões que, ainda que distintos dos estabelecidos pela lei, garantam dignidade e habitabilidade aos assentamentos”

(ALFONSIN, 2006, p.64)

O plano diretor de Fortaleza (PDPFor, 2009) determinou que para cada ZEIS demarcada que seja elaborado, de forma participativa, um Plano Integrado de Regularização Fundiária, com o objetivo não somente de regulamentar juridicamente a comunidade com a titularidade de posse, como também promover desenvolvimento social, econômico e ambiental. Contudo, mesmo diante de um cenário político, jurídico e institucional relativamente favorável à implementação de políticas urbanas, somente após quase uma década de mobilização comunitária em 2018 deu-se início o desenvolvimento dos PIRF's de 10 ZEIS prioritárias de Fortaleza.¹¹

O PIRF da ZEIS Planalto Pici foi um dos três planos¹² elaborados pela Universidade Federal do Ceará sob coordenação do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor). Os PIRFs conduzidos pela UFC, previstos para serem elaborados em 6 meses, foram compostos por 8 produtos multidisciplinares pensados em sequência:

Diagrama 04. Produtos do Plano Integrado de Regularização Fundiária.
Fonte: Elaborado pelo Autor com base em PIRF (2019)



¹¹ Segundo Frota et al. (2021) a “prioridade não tem relação com nível de precariedade, facilidade urbanística ou jurídica para regularização, e sim com a capacidade política de pressão e negociação dos territórios”. São determinadas como ZEIS prioritárias de Fortaleza: Pirambu, Moura Brasil, Poço da Draga, Serviluz, Praia do Futuro, Mucuripe, Lagamar, Pici, Dionísio Torres e Bom Jardim.

¹² A Universidade Federal do Ceará foi responsável pela elaboração dos PIRFs das ZEIS do Bom Jardim, Poço da Draga e Planalto Pici.

Parte significativa dos dados elaborados pelos 8 cadernos PIRF servirão como fontes analisadas posteriormente por esse trabalho, entre eles estão as Cartografias Sociais, a Etnografia Rua-a-rua, os Questionários e as Entrevistas. Esses e outros produtos foram frutos de colaborações interdisciplinares entre técnicos e estudantes das áreas das Ciências Sociais, Geografia, Economia, Políticas Públicas, Direito e Arquitetura, o que revela o caráter interdisciplinar da experiência.

Além disso, um diferencial da construção do Plano está na execução de todo o trabalho com a participação direta dos moradores pertencentes à ZEIS, dessa maneira, pode-se dizer que o PIRF foi conduzido dando voz e escuta para demandas comunitárias na tentativa de construção de estratégias de planejamento colaborativas. O PIRF também considerou a importância da produção de informações atualizadas sobre os territórios trabalhados para a elaboração de propostas embasadas na realidade urbana. Como um todo, os processos de levantamento de dados e transformação destes em informação possibilitou novas interpretações sobre a área. Sobretudo manifestado pela preocupação sensível em levantar potencialidades do território que, diversas vezes, é analisado somente sob a luz de seus problemas e precariedades (FROTA, N. T.; MAFALDO, J. B.; FREITAS, C. F. S., 2021).

Entre os elementos de natureza participativa do PIRF destacam-se: o papel deliberativo assumido pelo Conselho Gestor da ZEIS, que garantiu a gestão democrática ao longo do desenvolvimento do Plano; a instalação do Escritório de Campo na própria comunidade; e a contratação dos Mobilizadores Sociais (Figura 14). Estes dois últimos elementos, apesar de anteriormente pactuados no Comitê da ZEIS, foram suprimidos na proposta do Iplanfor para contratação do trabalho junto às universidades, mas foram mantidos graças às pressões das comunidades e dos técnicos envolvidos no processo de pactuação do Plano de Trabalho (FUNDAÇÃO CETREDE; UFC; IPLANFOR/ PMF, 2019).

Esse modelo de organização dos PIRF por meio de espaços para discussão do plano permitiu uma melhor apropriação e possibilidade de manipulação dos dados levantados por parte dos moradores, que por sua vez garantiu que esses tivessem maior compreensão e segurança de proposição na elaboração das propostas apresentadas pelos produtos do Plano. Nesse processo, os diversos profissionais envolvidos não foram a campo só para coletar informações, mas para dar informações também, em uma troca de saberes.



Figura 14. Equipe do PIRF no Escritório de Campo do Pici. Fonte: Acervo do Autor (2019).

Assim, já não se considera o profissional de planejamento como alguém que vai apenas captar as necessidades da comunidade, senão que ele vai participar de uma relação muito mais dinâmica, entre diferentes pessoas que, num dado momento, entrecruzam seus olhares, seus saberes, suas visões de mundo. Segundo Dobry (2002), se nessa relação arquitetos e urbanistas não se transformam em mestres dos demais integrantes, eles também não se anulam, pois saberes específicos são importantes e, tal como as experiências de vida, devem ser valorizadas.

O relato apresentado a seguir evidencia a opinião de uma das moradoras acerca dessa aproximação entre a comunidade e os técnicos da universidade envolvidos no processo do plano:

“É uma troca né, mas a gente fala do conhecimento técnico, da questão de padronização, de urbanização, nós não sabemos, né, e é importante a gente saber isso, principalmente nós lideranças porque às vezes a gente vai pra um embate com o Estado, Prefeitura, Governo, a gente tem que saber do que a gente tá falando, a gente não pode ser leigo em relação a isso. É “eu quero isso”, e pra quê isso? Precisa a gente conhecer, precisa ter formação em relação a isso, quem pode fazer isso? São as pessoas que estão dentro das universidades que podem ajudar a questão das periferias em relação a essa questão, né?!”

Dona Cícera (2019)

Essa compreensão dos diferentes papéis assumidos pelos agentes do processo é reveladora e enfatiza o argumento de que, mais importante do que as próprias decisões tomadas durante um processo participativo, é o sentimento de que os moradores foram ouvidos e respeitados, e que suas opiniões foram devidamente levadas em consideração. Como considera Sanoff (1990), as experiências em projetos que envolvem processos participativos têm demonstrado que o principal motivo de ratificação do usuário, não é tanto o grau de resolução das suas necessidades, mas o sentimento de poder influir nas decisões.

Por outro lado, apesar dessas conquistas e dos avanços na produção de novas informações sobre o território, o processo de condução do PIRF apresentou certos entraves. Entre eles cabe destacar o cronograma estabelecido pelo Plano de Trabalho que previa oficinas e atividades no território com bastante frequência e seguindo agendas que nem sempre correspondiam à disponibilidade dos moradores. De certa maneira, pode-se afirmar que, apesar de se buscarem diferentes estratégias para participação dos moradores, a insuficiente autonomia desses durante o processo impediria o reconhecimento efetivo do PIRF como exemplo de planejamento insurgente.

Além disso, durante o processo de construção dos cadernos, diversas vezes pôde ser percebido que importantes eventos, anteriormente previstos em territórios específicos da comunidade, não contemplavam parte significativa da população, sendo exigido por parte dos mobilizadores sociais e demais moradores reposições de oficinas ou atividades simultâneas.

É possível afirmar, entretanto, que a aproximação da equipe técnica, mobilizadores e moradores de uma forma geral possibilitou diversas vezes que adaptações e ajustes nas atividades planejadas se adaptassem às adversidades apresentadas. Essa construção de relação de confiança entre os agentes envolvidos é um dos principais produtos do Plano. Como enfatiza Frota et al. (2021, p. 86) “essa postura resultou na construção de uma relação de parceria selada pela percepção do desejo comum de avançar na democratização dos processos de planejamento urbano e na promoção de justiça socioespacial, materializados na possibilidade futura de melhorias para a ZEIS Pici”.

Atualmente os PIRF's já foram concluídos e tem sido conteúdo de discussão entre as Secretarias executoras como referência para as intervenções vindouras no território das ZEIS. A principal estratégia definida pelo poder público para pôr em ação as diretrizes dos cadernos do plano tem sido a busca de conciliar os projetos prioritários apresentados no PIRF com iniciativas compatíveis de intervenção nas ZEIS já em plano de se desenvolver pelas agências executoras (secretarias, regionais, etc.).



Figura 15. Vista Aérea do Pici - Rua Pernambuco. Fonte: Acervo Pessoal do Autor (2020).



IMERSÃO

“ A lição é clara: enquanto nós arquitetos rebeldes não conhecermos a coragem de nossa mente e estivermos preparados para dar um mergulho igualmente especulativo em algum desconhecido, também nós continuaremos a ser objetos da geografia histórica em vez de sujeitos ativos que levem conscientemente ao limite as possibilidades humanas. ”

David Harvey

Quadro Sócio-Econômico

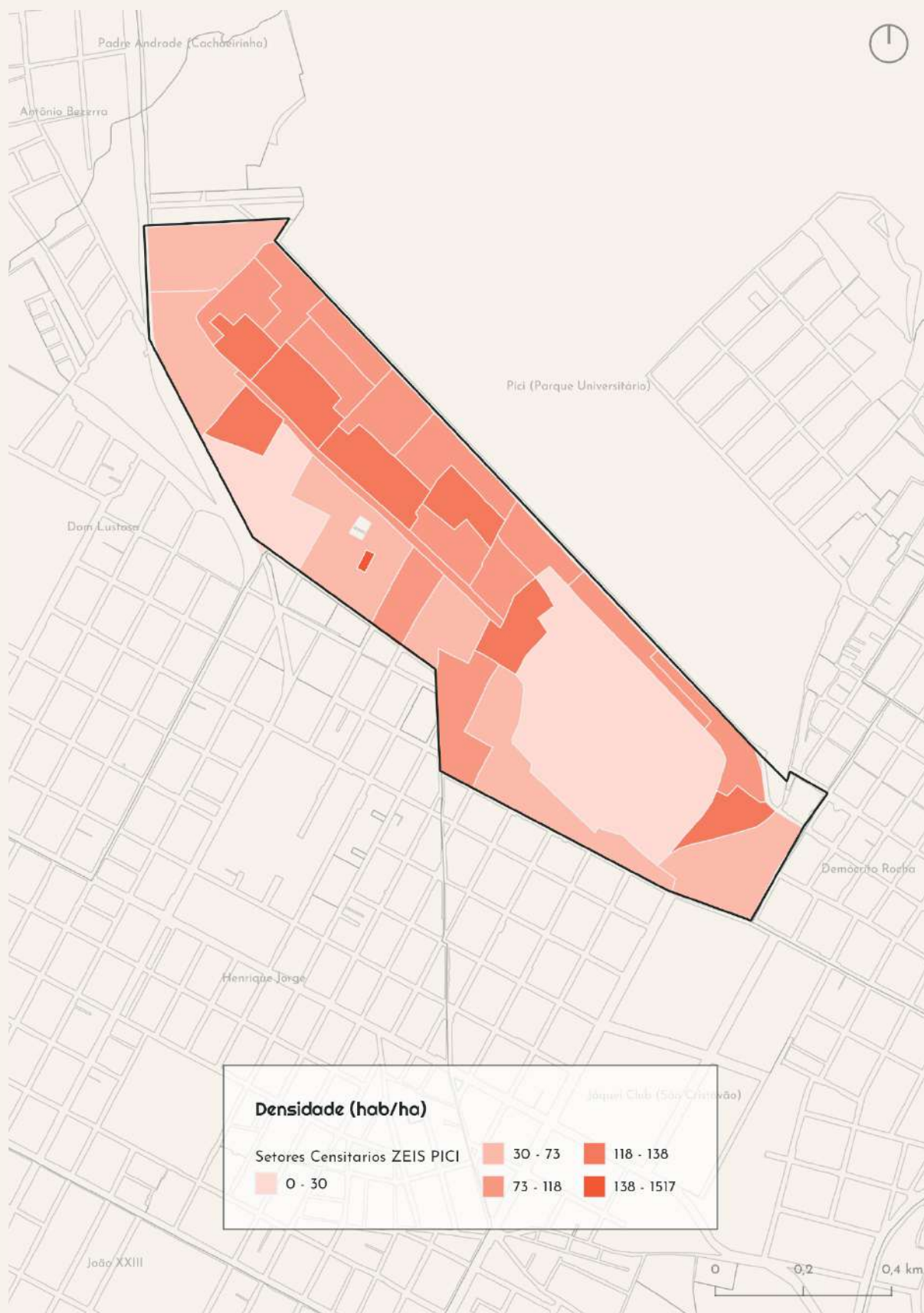
Tendo em vista o resgate histórico feito da ZEIS, se faz necessário agora espacializar uma série de indicadores sociais, econômicos e ambientais capazes de esclarecer as principais demandas e potencialidades do território antes de qualquer desenho propositivo.

Segundo o CENSO de 2000, na ZEIS Planalto do Pici, estavam contabilizados 22595 habitantes, distribuídos em 5.359 imóveis, ocupando uma área de 604.112 m². Enquanto que para 2010 esses valores sobem para 26.595 habitantes em 7.524 domicílios, o que representa um incremento de 40,4% e 16,4% respectivamente (Tabela 01). No que se refere a densidade a média em 2010 estava em torno de 146 hab/ha o que representa mais ou menos a população de 1 quarteirão. O Mapa 05 apresenta como essa população está distribuída no território segundo o parâmetro da densidade. Ressalta-se que, nessa área, existem poucas localidades com habitações verticalizadas (3 a 45 andares). Portanto, o adensamento se dá sobretudo pelo uso intensivo do solo na horizontal, com ocupação de quintais e antigos campos de futebol.

Tabela 01. Número de domicílios e População na ZEIS PICI.

Fonte: IBGE (2000; 2010)

Variáveis	Censo 2000	Censo 2010	Variação
Domicílio	5359	7524	40,4%
População Total	22595	26302	16,4%



Mapa 05. Densidade ZEIS PICI (hab/ha). Fonte: IBGE (2010).

A tabela a seguir diz respeito à renda média da população residente na ZEIS. Em 2010, foi de R\$ 348,32, equivalente a 68,29% do salário-mínimo (na época R\$ 510,00). Destaca-se que 12,28% dos domicílios tinham renda inferior a meio salário mínimo e eram considerados pobres e extremamente pobres, um valor que apesar de elevado se assemelha ao padrão de Fortaleza na época, com 12,14% da população pertencentes a essa faixa (IBGE, 2010).

Tabela 02. Renda média mensal na ZEIS PICI.

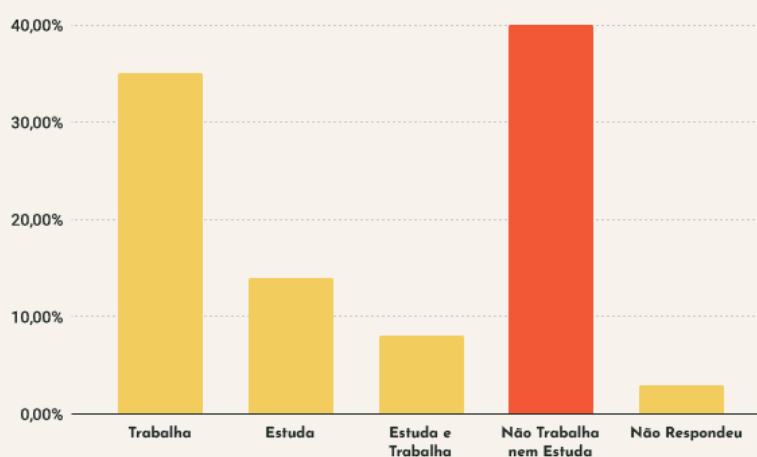
Fonte: IBGE (2010)

Total de Moradores em domicílios particulares permanentes	Renda média mensal domiciliar R\$	Domicílios com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário-mínimo
26292	R\$ 348,32	12,28%

Ainda acerca das atividades produtivas no território, analisando dados preocupantes como os apresentados pelo questionário aplicados em 2019, entendeu-se que, entre um universo dos 180 moradores entrevistados, uma porcentagem de 40% afirmavam que nem trabalham nem estudam (Gráfico 01). Além disso, o mesmo questionário apontou que mais de 70% não possuem acesso a equipamentos relacionados ao setor de trabalho e serviço social, já que não há nenhum CRAS¹³ no bairro.

Gráfico 01. Ocupação dos moradores da ZEIS PICI.

Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF-UFC (2019)



¹³ Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são equipamentos públicos onde são oferecidos serviços, programas e benefícios com o objetivo de prevenir situações de risco e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Entretanto, é importante salientar que o antigo Centro Social Urbano (CSU) existente no território cumpria a finalidade de fornecer espaço de suporte social semelhante a um CRAS. Contudo ele foi recentemente desativado para a construção do atual Centro Urbano de Cultura e Arte - Cuca do Pici (Figura 16). Além disso, diferente do CSU César Cals, o atual CUCA não atenderia as populações mais velhas já que esse é um equipamento mais direcionado à juventude. Junto a desativação do antigo CSU os moradores também sofreram a perda da Unidade Básica de Saúde existente no local, além de uma creche que funcionava próxima ao equipamento e que, até o momento, não foi reativada. Isso tem provocado durante todo o processo de construção do novo CUCA uma série de inseguranças nos moradores, mesmo esses reconhecendo a importância do equipamento.

Essa situação revela como muitas vezes políticas de planejamento e desenvolvimento urbano orientadas pelo Estado, mesmo quando bem intencionadas, podem provocar tensões locais. Afinal, muitas dessas iniciativas da municipalidade são apresentadas apenas como “fórmulas prontas” de intervenção, não sendo acompanhadas por uma verdadeira aproximação do território por meio do acompanhamento dos impactos que essa transformação pode trazer para a comunidade local.



Figura 16. Localização da obra do novo CUCA PICI. Fonte: Google Earth (2020).

Esse distanciamento entre os agentes de planejamento e o território colabora para uma série de falsas percepções sobre a comunidade. Como já se discutiu na primeira seção deste trabalho, a falta de informações sobre os territórios informais provoca tomadas de decisão desconectadas com a realidade, podendo inclusive alimentar visões negativas sobre o território.

Os limites estabelecidos entre os assentamentos precários¹⁴ estabelecidos pela ZEIS PICI segundo o PLHIS-FOR de 2012 é um exemplo dessa divergência entre os dados oficiais e a realidade local. O PLHIS delimita quatro assentamentos precários totalmente localizados dentro da poligonal da ZEIS Pici, dos quais três são classificados como favelas (Futuro Melhor, Entrada da Lua e Fumaça) e um é classificado como conjunto habitacional (Conjunto Planalto Pici). Contudo, durante a participação de oficinas no território foi identificado por um dos moradores presentes que a demarcação da comunidade da Fumaça não corresponde a delimitação real, ou seja, aquela reconhecida pelos moradores (Mapa 06).

Em termos gerais, apesar de ter avançado bastante ao produzir uma certa quantidade de informações sobre os assentamentos em questão, identificando inclusive questões relacionadas à vulnerabilidade e desigualdade ambiental e social, o PLHIS não avançou o suficiente na produção de conhecimentos desses assentamentos no que se refere à suas histórias, culturas e produções sociais. Além disso, a própria decisão de chamar esses territórios de “precários” alimenta uma visão de territórios inadequados. Como afirma Furtado e Renski (2019, p. 7):

"Esses assentamentos são quase desenhados a falhar, uma vez que o viés de risco e precariedade é incorporado ao conjunto de dados e provavelmente se transformará em ações de erradicação e deslocamento."

¹⁴ Assentamentos precários podem ser definidos como áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda, marcadas por precariedade das condições de moradia e por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte, equipamentos sociais e deficiências construtivas nas unidades habitacionais.



Mapa 06. Delimitação do Território da Fumaça. Fonte: PLHIS FOR (2012)

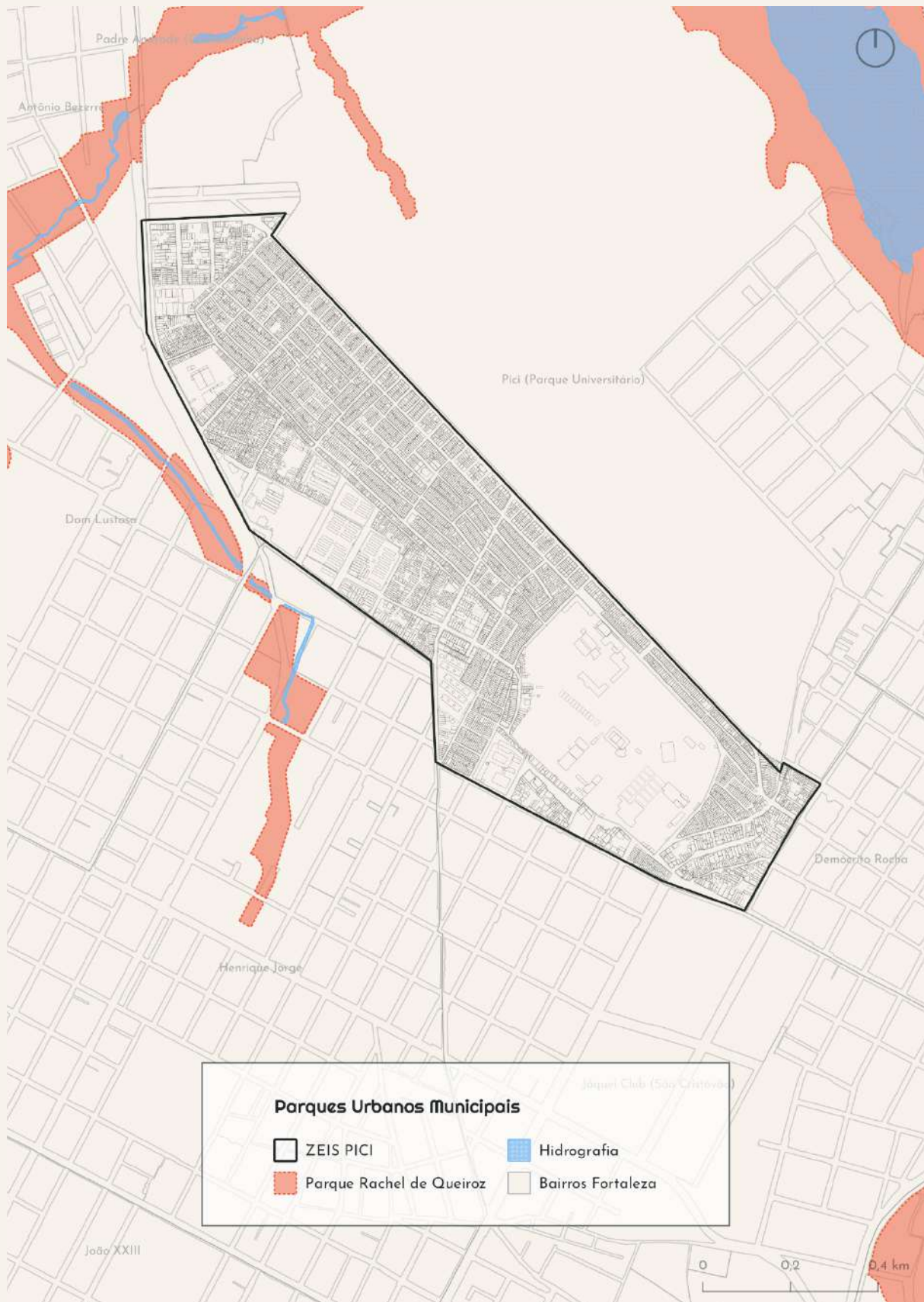
É de suma importância assumir que territórios populares e periféricos não devem ser reduzidos a espaços de carência de equipamentos públicos básicos ou mesmo da violência, mesmo ambas sendo muitas vezes reais. Devem, contudo, ser interpretados para além de suas precariedades como lugares de interações afetivas e simbólicas, carregados de sentidos. Portanto, a cidade informal deve ser lida não apenas ou exclusivamente como espaços e realidades de privação – mas como um conjunto que engloba bens sociais, econômicos, culturais, simbólicos, políticos, afetivos, etc (BRAGA, 2013, p. 145).

É também compreensível que a falsa percepção e identificação dos problemas em assentamentos informais condiciona necessariamente a definição de propostas para esses territórios. Assim, para o alcance de políticas de planejamento urbano verdadeiramente eficientes se faz necessário conhecimento das dimensões e limitações da realidade local, tornando necessário o contato direto de seus idealizadores com aqueles que de fato têm o domínio da informação real como vivenciadores do espaço.

Quadro Físico-Ambiental

Conforme descrito no capítulo anterior, ao se resgatar o início das ocupações do território do Pici, a região já foi reconhecida por suas chácaras e vacarias constituindo uma paisagem que por muito tempo misturou características urbanas e rurais. Hoje muito pouco dessa paisagem natural se mantém preservada. Como o foco deste trabalho envolve a idealização de estratégias de ação que envolvam o planejamento da paisagem, é importante reconhecer quais dessas estruturas são remanescentes e qual o papel que as infraestruturas ambientais existentes na ZEIS exercem sobre a qualidade física do ambiente.

O Mapa 07 apresenta a aproximação do território aos parques urbanos regulamentados pela prefeitura de Fortaleza. Entre esses, o único que de fato apresenta relevante aproximação do território é o Parque Rachel de Queiroz, que chega a fazer fronteira com determinadas partes da delimitação da ZEIS PICI. Contudo, apesar da relativa proximidade, muito pouco se tem discutido acerca da relação desse equipamento com o território, tendo em vista que após finalizadas as obras atuais de recuperação se tornará o maior parque urbano linear de Fortaleza.



Mapa 07. Relação da ZEIS PICI com Parques Urbanos Municipais. Fonte: SEUMA (2018)

Para melhor entender a relação do futuro parque com a ZEIS primeiramente é necessário entender o desenvolvimento do projeto como carro chefe do programa “*Fortaleza Cidade Sustentável*”. O programa em questão visa a valorização socioambiental e econômica das áreas de entorno do parque com o objetivo de alavancar investimentos municipais existentes e futuros na região. Com o financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a própria municipalidade deixa claro no próprio site da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) o foco do programa em impulsionar o desenvolvimento econômico da cidade.

Além disso, a SEUMA faz menção da perspectiva de envolvimento do setor privado na implantação de contrapartidas da obra, por meio de Operações Urbanas Consorciadas. Por outro lado, não fica claro em nenhum dos pontos de apresentação do programa a intenção de promoção da participação ativa das comunidades que porventura seriam beneficiadas pela elaboração do projeto em questão, o que demonstra características claras de um planejamento estratégico e neoliberal onde as decisões foram tomadas de cima para baixo, o que ao médio e longo prazo pode oferecer graves ameaças para o território da ZEIS, sobretudo perante ao seu atual status de irregularidade.

Não é foco deste trabalho analisar os pormenores das estratégias de recuperação ambiental atuais da cidade de Fortaleza dentro da agenda de planejamento municipal, contudo essa pequena apresentação ilustrada pelo projeto do Parque Rachel de Queiroz é suficiente para reconhecer um padrão de planejamento muito característico das cidades brasileiras atuais onde muitas vezes o discurso de promoção das áreas verdes e do espaço público são utilizados como forma de segregação sócio-espacial decorrente da criação desses espaços ou da legislação ambiental que utiliza como argumento para a remoção de ocupação irregular (CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T. B., 2017).

Ainda em relação às políticas ambientais incidentes no bairro é possível afirmar que os processos de formação sócio-espaciais relacionados ao meio natural são “resultantes da ineficiência, ou mesmo inexistência, de um planejamento ambiental que pregasse a conservação dos recursos naturais e da qualidade ambiental na região” (PEREIRA FILHO; FERREIRA et al, 2010, p. 06). Cruz (2012) por sua vez destaca a relevância dos recursos hídricos remanescentes no entorno do Bairro como importantes recursos naturais que atualmente vêm sendo explorados, devido aos atrativos paisagísticos, pelos empreendedores imobiliários.

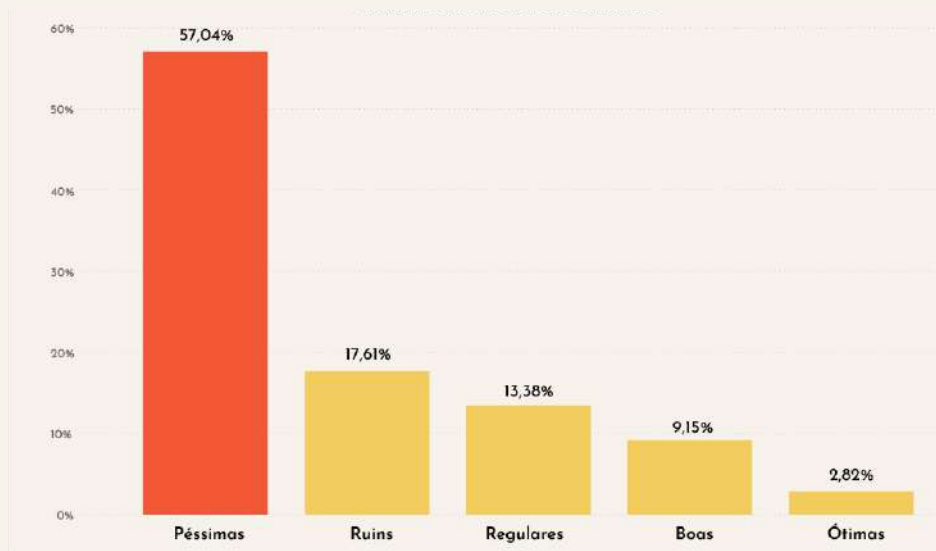
Dessa forma, as áreas verdes (protegidas ou não) remanescentes no território podem funcionar como um banco de terras para o avanço do mercado imobiliário. Afinal, não raramente o mercado tem associado as áreas verdes urbanas à publicidade de seus empreendimentos como forma de valorização imobiliária (EUCLYDES, 2016).

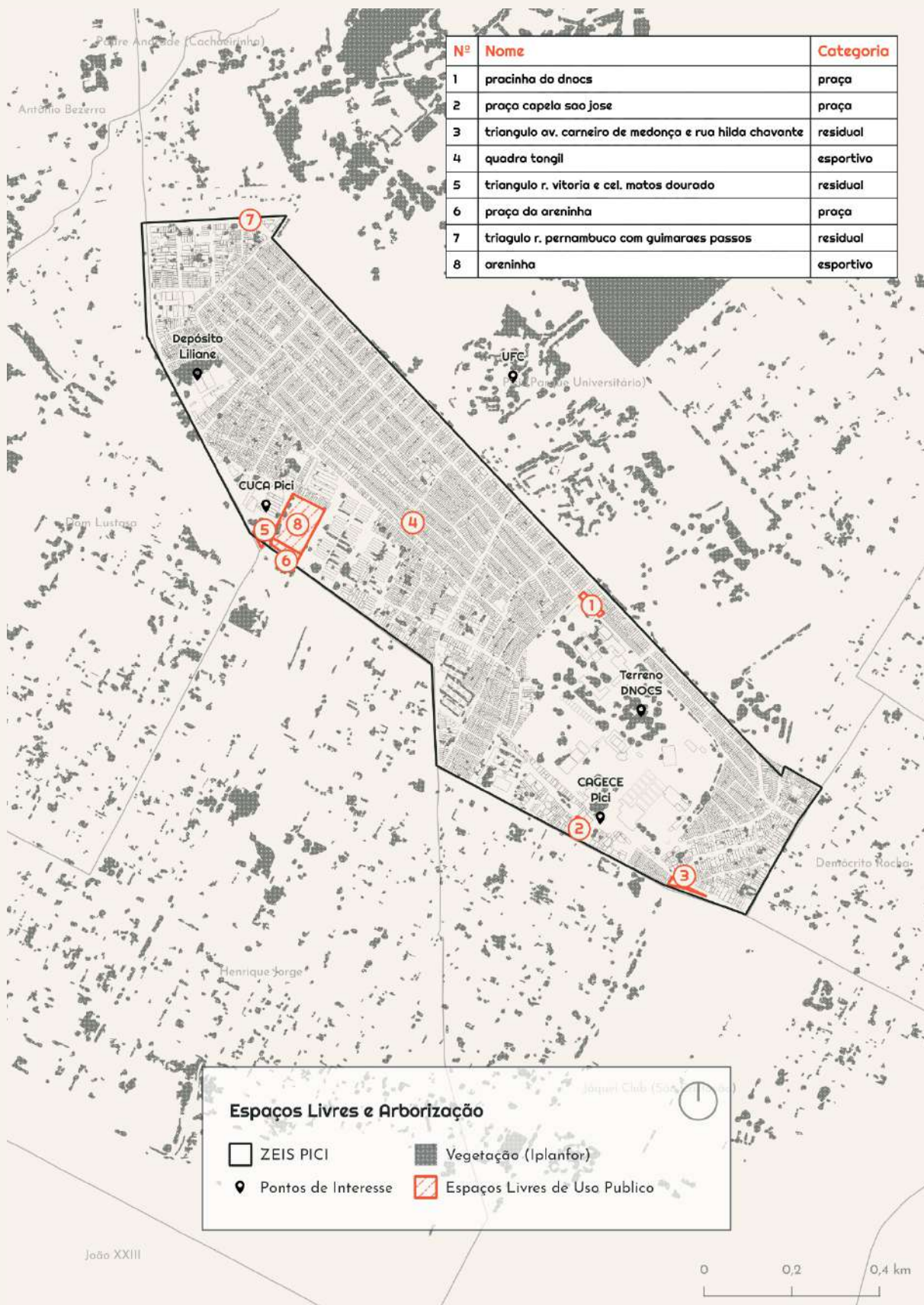
O Mapa 08 apresenta a distribuição dos Espaços Livres remanescentes na ZEIS PICI além da mancha de arborização no território. A partir da interpretação do mapa é possível avaliar a região como carente em relação às áreas verdes e espaços livres (Mapas 09 a 14), devido à alta concentração de áreas edificadas e impermeabilizadas, o que potencializa os efeitos negativos da ocupação humana recente.

As áreas mais arborizadas do território por sua vez ficam limitadas aos afastamentos, quando existentes, e a principal área permeável dentro da ZEIS está parcialmente murada nos terrenos pertencentes ao DNOCS e CAGECE. O Gráfico 02 foi elaborado a partir do questionário já mencionado realizado em 2019 pela equipe do PIRF da UFC e revela o ponto de vista dos moradores acerca da qualidade das áreas verdes remanescentes no bairro.

Gráfico 02. Qualidade das áreas verdes públicas da ZEIS PICI

Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF-UFC (2019)





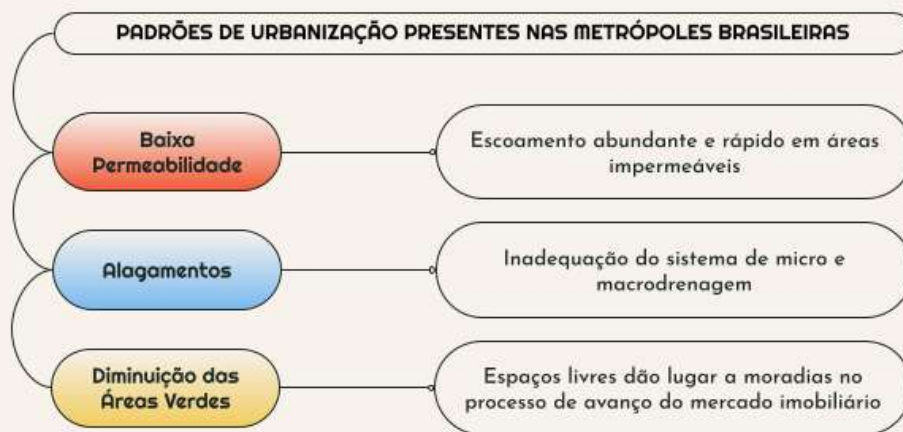
Mapa 08. Espaços Livres e Arborização ZEIS PICI. Fonte: IPLANFOR (2015) e PIRF (2019)



Mapas 09 a 14. Espaços Livres remanescente na ZEIS PICI. Fonte: PIRF (2019)

Dando continuidade a leitura espacial da ZEIS PICI, a compreensão sobre infraestruturas voltadas à promoção do Saneamento Ambiental se faz relevante. Acerca disso, o diagrama abaixo resume os padrões de urbanização das novas metrópoles brasileiras segundo Cardoso e Miranda (2018):

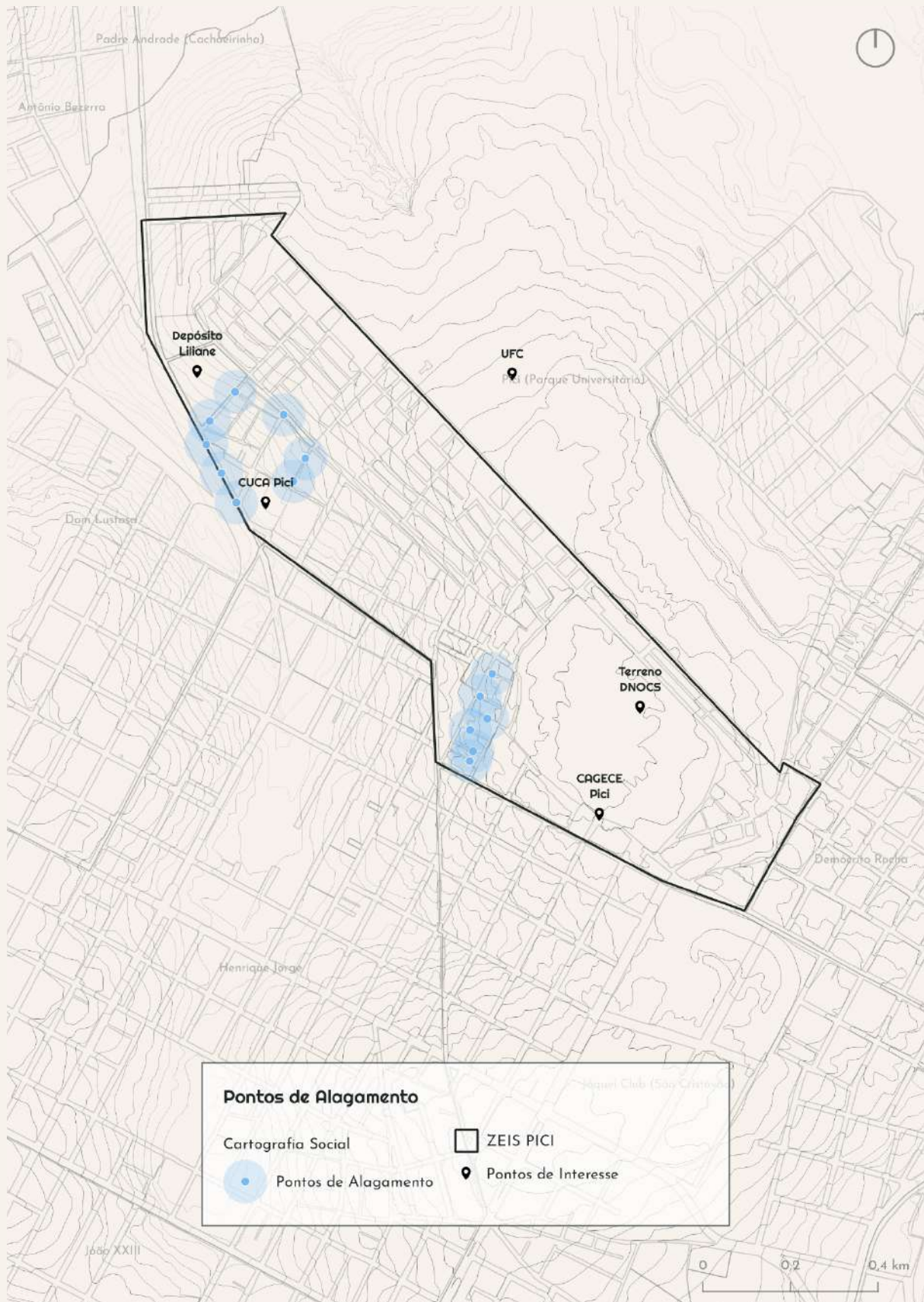
Diagrama 05. Padrões de Urbanização presentes nas metrópoles brasileiras.
Fonte: Elaborado pelo Autor com base em Cardoso e Miranda (2018)



Esse panorama apresentado pelos autores possui um rebatimento direto com as informações que o PIRF apresenta sobre a ZEIS PICI ao se referenciar os Indicadores de Infraestrutura e Saneamento (FUNDAÇÃO CETREDE; UFC; IPLANFOR/ PMF, 2019). Foram identificados, além da insuficiência de áreas verdes, outros problemas relacionados à infraestrutura; destacando-se: fossa estourada ou inexistente; esgoto a céu aberto; alagamentos; buraco nas ruas; saneamento básico a desejar em algumas áreas e falta de iluminação pública.

No que se refere a questão dos alagamentos, durante as oficinas da cartografia social moradores de diferentes regiões da ZEIS apontaram as principais regiões que apresentam problemas relacionados ao acúmulo de água nas vias em períodos chuvosos (Mapa 15).

As prováveis causas dos alagamentos correspondem ao mau funcionamento dos sistemas de infraestrutura de drenagem existentes, tanto superficiais quanto subterrâneas. Tais eventos evidenciam-se na porção sudeste da ZEIS próximo a construção do novo CUCA do Pici. No período chuvoso, percebem-se também alagamentos nas vias de cotas mais baixas da ZEIS.



Mapa 15. Pontos de alagamento na ZEIS PICI. Fonte: CARTOGRAFIA SOCIAL (PIRF, 2019)

É importante mencionar que essa constatação só pôde ser feita a partir da visita de técnicos no território que, durante as oficinas e por meio do diálogo com moradores da região, conseguiram reconhecer a origem real dos problemas de drenagem do território (Figura 17).

Durante as visitas na ZEIS foi tomado a consciência de que, mesmo possuindo sistema de drenagem satisfatório, a região possuía boa parte dos bueiros e bocas de lobo vedados por argamassa e cal. O que de fato acontecia era que, incomodados com o mau cheiro provocado pela emissão clandestina de efluentes provenientes dos esgotos domiciliares na rede geral de captação de águas fluviais, os próprios moradores passaram a concretar as infraestruturas de drenagem. Assim, nos dias de maior precipitação, as águas da chuva não conseguiam seguir o escoamento planejado, provocando o acúmulo de água nas cotas mais baixas.

Essa informação jamais poderia ser confirmada sem a presença física no território e a conversa com os moradores afetados pelo problema. Pois, ao se analisar os mapas com a distribuição da rede pública de drenagem urbana, a região do Pici parecia apresentar a infraestrutura necessária para enfrentar o problema.



Figura 17. Oficina com a Equipe Eng. Ambiental e moradores. Fonte: Acervo do Autor (2019)

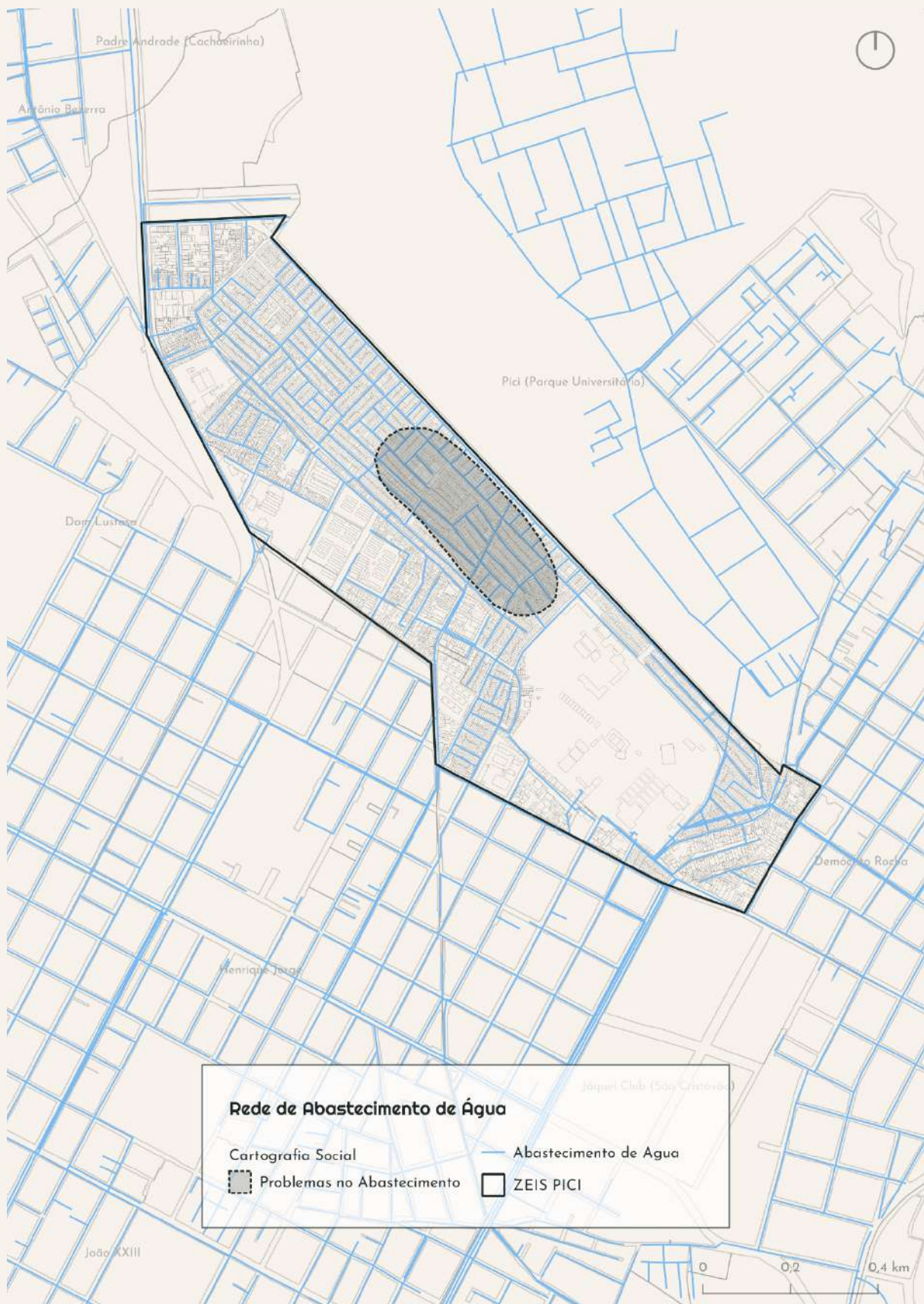
Esse caso revelou a necessidade de se questionar os dados oficiais disponíveis, reconhecendo suas limitações e compreendendo os múltiplos fatores que podem provocar falsas percepções do território. Como metodologia de análise, as cartografias críticas tencionam dados oficiais disponibilizados pelo poder público e dados reais igualmente espacializados em campo sobre o mesmo tema.

O Mapa 16, por exemplo, confronta a informação acerca das vias que supostamente recebem o abastecimento de água da CAGECE referente ao ano de 2015 com a informação da localização na ZEIS da região onde esse serviço não tem sido oferecido de forma efetiva. A fonte dessa informação também partiu das cartografias sociais. Esse diagnóstico apontou regiões onde, segundo os relatos dos moradores dessas regiões, a água da rede pública não teria força para subir para as caixas d'água particulares.

A causa identificada pelos engenheiros ambientais da UFC presentes durante as visitas ao território foi que, muito provavelmente, devido à elevação vertical de algumas residências (não previsto), e pelo território se tratar de um planalto, a pressão da água na rede não seria suficiente para o abastecimento dos reservatórios nas casas localizadas em cotas elevadas.

Para solucionar esse problema seria necessário a elaboração de um reservatório de água (torre de abastecimento) mais elevado que as casas nas cotas mais altas da região. Dessa maneira, ao elevar a cota piezométrica, se atenderia o condicionamento de pressões adequadas na rede de distribuição de águas da CAGECE.

Na tentativa de atender as necessidades de abastecimento a longo prazo, o relatório elaborado pela equipe técnica de engenheiros durante o PIRF propôs também a definição de um limite de crescimento vertical nas casas da ZEIS, caso contrário a intermitência no fornecimento devido a falta de pressão da água voltará a ocorrer. Essa proposta foi incorporada pelo caderno do Plano Urbanístico do PIRF relacionando a temática em questão com as definições de altura máxima das edificações estabelecidas pelo Plano de Normatização Especial da ZEIS (CETREDE; UFC; IPLANFOR/ PMF, 2019).



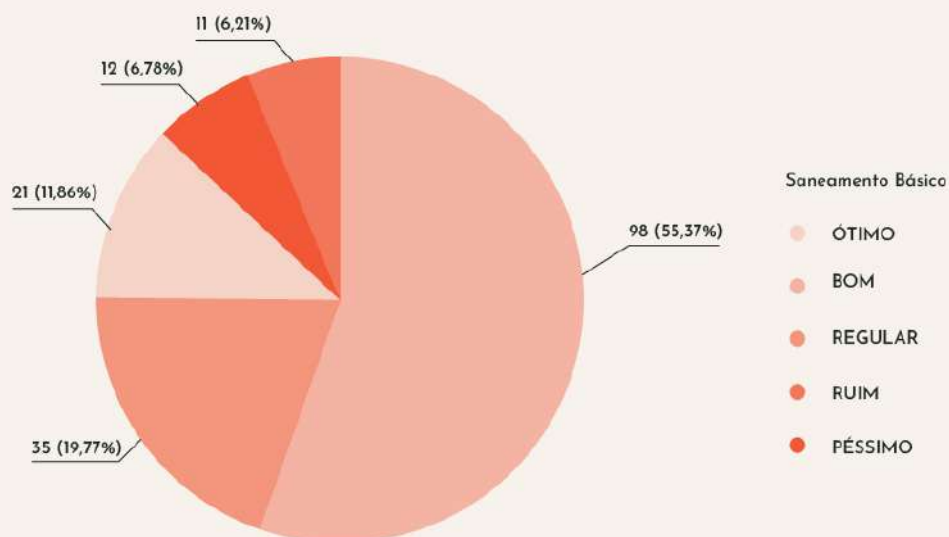
Mapa 16. Rede de abastecimento de água. Fonte: CAGECE (2015) e PIRF (2019)

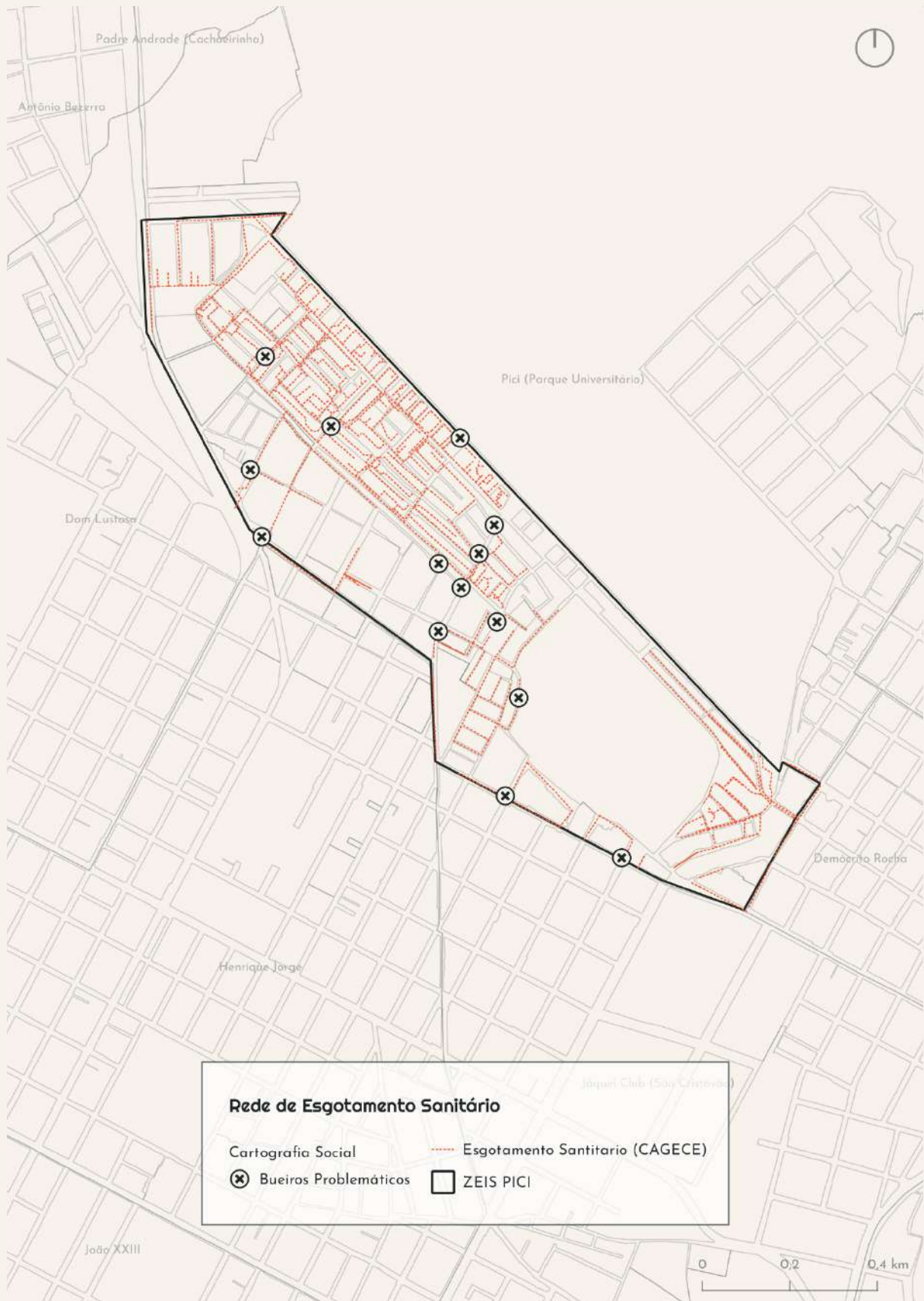
Ainda seguindo a mesma lógica de questionar a confiabilidade dos dados “oficiais”, o Mapa 17 apresenta o confronto de dois dados elaborados sobre a temática da infraestrutura de saneamento. Enquanto o dado fornecido pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) de 2015 apresenta as vias que possuem rede pública de esgotamento sanitário, o dado retirado das cartografias sociais elaboradas na ZEIS PICI em 2019 aponta as regiões onde bueiros problemáticos se fazem presente.

Por sua vez, o gráfico a seguir representa sobre o mesmo tema o ponto de vista dos moradores da ZEIS acerca da qualidade dos serviços de saneamento na região. Analisando o contexto local e as respostas dos questionários, apesar de se reconhecer a regularidade da rede de saneamento, é perceptível uma insatisfação com a qualidade dos serviços tendo em vista que cerca de 13% dos entrevistados consideram os serviços de Saneamento da ZEIS ruins ou péssimos que, provavelmente devem residir próximo a locais com bueiros interditados ou em regiões onde a rede de esgoto não chega.

Gráfico 03. Qualidade dos serviços de Saneamento Básico na ZEIS PICI.

Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF-UFC (2019)





Mapa 17. Rede de Esgoto. Fonte: CAGECE (2015) e CARTOGRAFIA SOCIAL (PIRF, 2019)

Acerca das Estações de Tratamento de Esgoto presentes no território, os dados disponibilizados pela CAGECE referentes ao ano de 2018 por sua vez apontam que, dentro da ZEIS PICI, podem ser localizadas 04 ETE 's (Mapa 18). Contudo, após conversas com os moradores durante visitas e reuniões presenciais foi alertado que há muito tempo essas estações estariam desativadas e sem funcionamento.

Com uma breve pesquisa por meio de imagens de satélite do Google pôde ser confirmado que três dos quatro terrenos direcionados para esse equipamento já foram completamente tomados por habitações populares (Mapas 19 a 24). O que denuncia não somente a desatualização da informação urbanística, mas sobretudo a falta de gestão territorial por parte do Estado na disposição de novos usos para os espaços anteriormente ocupados pelas Estações de Tratamento.

Com efeito, se dados oficiais atualizados sobre regiões mais frágeis da cidade fossem priorizados pela gestão pública, as intervenções do estado poderiam ser muito mais fundadas. Dados como o levantamento das casas sem banheiro no território ou que não possuem ligação domiciliar com a rede pública de esgoto poderiam ser muito mais efetivos para direcionar ações específicas e mitigar os principais problemas relacionados à temática.

Tendo em vista o panorama de discussões e os quadros socioeconômico e físico-ambiental apresentados até aqui é proposto a seguir, uma tentativa de orientação para futuras intervenções com base em exemplos brasileiros de projetos que se relacionam de forma sistemática com os principais temas abordados.

Essa mudança repentina na escala de análise se justifica pela busca não somente de referências projetuais como de respostas metodológicas de intervenção em contextos de informalidade/invisibilidade urbana. Com isso, se pretende ao fim desse trabalho produzir uma série de proposições e perspectivas de intervenção que de alguma forma forneçam horizontes de ações possíveis (espacializáveis ou não) para o território do Pici.



Mapa 18. Estações de Tratamento de Esgoto na ZEIS PICI. Fonte: CAGECE (2018)

ETE 01 - R. 07 de Novembro com Tv. Paula Rodrigues



ETE 02 - R. Padre Sá Leitão com R. Paranapanema



ETE 03 - R. Tibúrcio Albano com R. Iguatu



Mapas 19 a 24. Ocupação das antigas Estações de Tratamento de Esgoto da CAGECE.

Fonte: Elaborado pelo Autor com base em Google Earth (2010 e 2020)



ORIENTAÇÃO

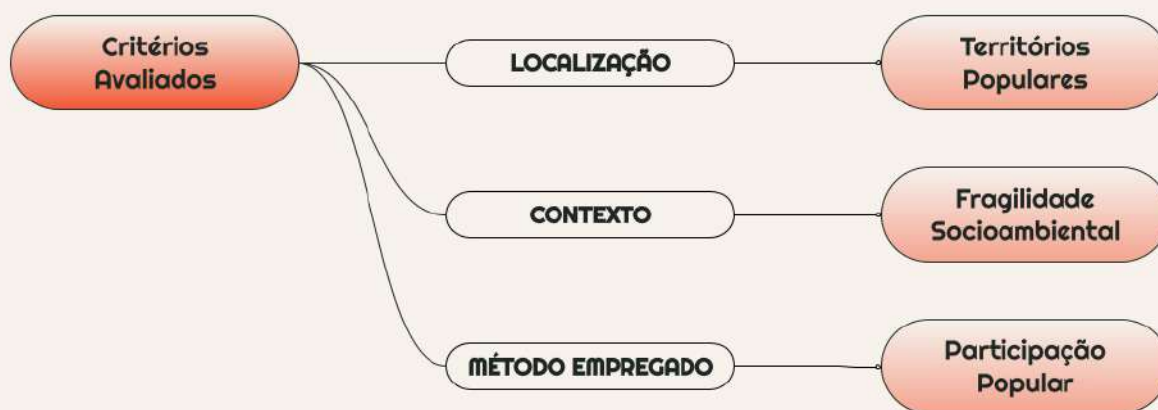
Parâmetros de Análise

Mediante a vasta possibilidade de escolha de estudos de caso e intervenções projetuais em cidades do Brasil e Mundo, para orientar as decisões projetuais deste trabalho, foi decidido abordar somente casos que possuíssem contextos urbanos relacionados à realidade do Pici. O diagrama a seguir apresenta os principais critérios considerados pelo autor na definição dos casos estudados, sendo eles: Localização, Contexto e Metodologia empregada.

Dessa maneira, a escolha de intervenções se restringiu a cidades brasileiras que, preferencialmente, fossem especializadas em territórios populares. Todos os Estudos de Caso envolveram também contextos urbanos onde, de alguma maneira, fragilidades socioambientais impactam diretamente o território apresentado.

Além disso, houve um esforço particular de procurar intervenções onde necessariamente a metodologia de trabalho dos atores responsáveis pela elaboração dos projetos finais envolvessem, em alguma escala, a comunidade de moradores das regiões que receberam as intervenções propostas. Esse exercício resultou na definição final de três Estudos de Caso, cada um deles detalhados a seguir individualmente e em ordem cronológica.

Diagrama 06. Parâmetros de Análise das Referências. *Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)*



Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo¹⁶ do Rio de Janeiro entre os anos de 1997 e 2012 cerca de 30 Pontos de Orientação foram instalados na cidade, atendendo cerca de 58 mil domicílios, o que equivale a aproximadamente 250 mil moradores (Figura 18).

Uma das dimensões do trabalho desse órgão mais fortemente enfatizadas pelos servidores públicos envolvidos, que também comparece nos documentos oficiais da Prefeitura relativos os programas de urbanização de favelas, diz respeito ao que definem como o trabalho "socioeducativo" que os POUSOs realizaram, que corresponde ao seu projeto inicial de ação social. Segundo Magalhães (2013, p. 104):

“ No papel do POUSO tem a parte social, que é a de levar às pessoas, conhecimento do que é a cidadania, o conhecimento de como ela deve fazer as instalações elétricas e hidráulicas. Informar o que é drenagem, que a água pluvial é uma e de esgoto é outra, que existe uma legislação feita para a área [...] ”

Este trabalho se desenvolvia por meio de conversas informais, reuniões de rua, panfletagens, convocações, feiras da cidadania, bem como através de ações de capacitação, realizadas com o objetivo de transformar as lideranças em agentes multiplicadores das ideias difundidas no trabalho socioeducativo, tornando-os capazes de transmitir todas as explicações sobre o trabalho da Prefeitura os seus vizinhos.

Além dessa presença marcante do Estado, representados pelos técnicos do POUSO, é interessante mencionar a contratação dos agentes comunitários para o funcionamento efetivo deste equipamento, uma vez que se trata de agentes recrutados entre os moradores da própria favela onde cada POUSO se instalou, e que desempenham o papel de "ponte entre o poder público e os moradores de cada área trabalhada".

É necessário também destacar a natureza temporária desse equipamento nas comunidades. Afinal, Os POUSOs foram feitos para ser uma presença temporária em comunidades, aparecendo nas favelas durante o tempo necessário para atingir a formalidade, e completar a transição de condições para bairros regulamentados.

Dessa forma, compreende-se que dada a natureza orgânica e flexível dos territórios informais, a orientação de práticas de construção e manutenção dos equipamentos sociais realizada pelos POUSOs tiveram papel fundamental na garantia de segurança e democratização ao acesso a melhorias urbanas nas zonas periféricas do Rio de Janeiro.

¹⁶ Fonte: SMU (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=139749>)

Parque Pinheirinho do D'agua

No início dos anos de 1990, a região do Parque Pan-americano e Jardim Rincão, no distrito Jaraguá, à Noroeste do Município de São Paulo, começou a ser ocupada por edifícios construídos em regime de mutirão pelo Movimento de Moradias. Nesse contexto formou-se na região um mosaico social que compreende a existência de precariedade de muitas moradias, ausência de infraestrutura básica em termos de saneamento, equipamentos públicos de educação, lazer, recreação e segurança.

Contudo, na medida em que a área foi sendo ocupada pelos edifícios do conjunto Vila Verde, os novos habitantes, tomados pela bela paisagem do entorno, começaram a cultivar em seus imaginários a ideia de um parque público no terreno localizado em frente de suas moradias. Esses moradores, articulados com escolas da rede pública da região, realizaram uma parceria com técnicos da Prefeitura e integrantes da universidade para elaborar o projeto em questão do parque na área reservada para tal finalidade (LIMA; BOUCINHAS, 2013).

São então elaborados no início dos anos 2000 uma série de atividades em conjunto com os moradores, entre as quais destacam-se: estudos do meio físico da região dos córregos que permeiam o parque, aplicação de questionários para o levantamento de demandas e desejos para o espaço, realização de oficinas para elaboração do projeto e Reuniões junto ao corpo técnico da Prefeitura Municipal. Desse modo, os moradores, que também integravam o movimento de moradias, e a comunidade escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental se organizaram e realizaram, a primeira reunião com funcionários do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), para solicitar a implantação de um parque em área destinada para tal uso.

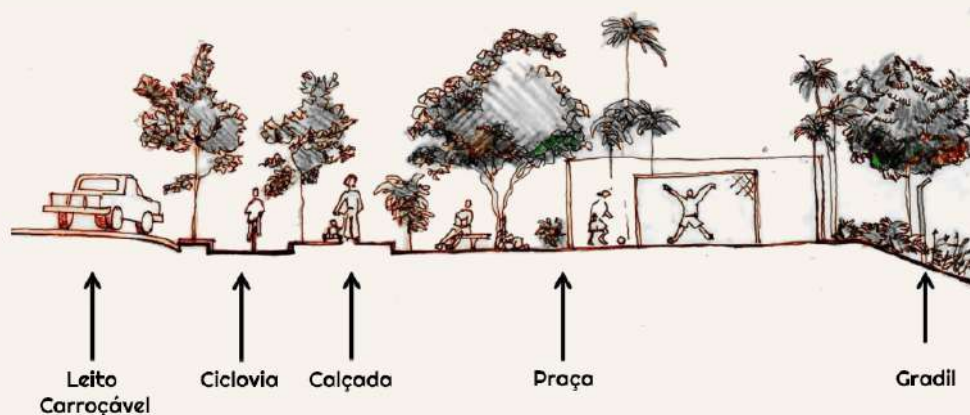


Figura 19. Proposta para calçada alternativa no Território. Fonte: LABPARC (2002).



Figura 20. Localização do Parque Pinheirão D'Água. Fonte: Acervo LABPARC.

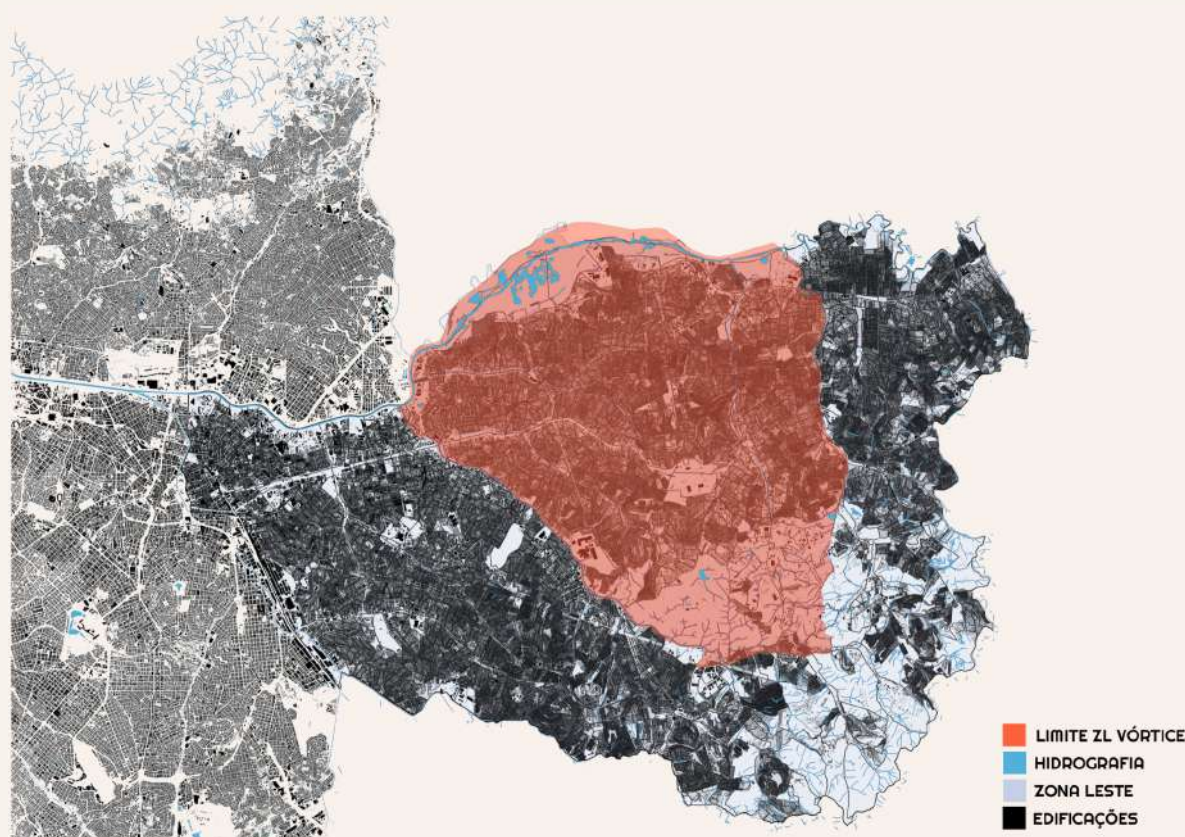
Após essa etapa, visando a implantação do projeto, o material produzido foi encaminhado para um escritório de arquitetura, para o desenvolvimento do projeto executivo, que também contou com participação de representantes sociais ao longo de sua elaboração (Figura 19). A apropriação de instrumentos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, como mapas, fotos aéreas e processos projetuais também foram elementos que despertaram o interesse de estudantes e de professores ao longo de todo o projeto, pois, naqueles momentos, eles tinham o poder de transformação do seu próprio território (Figura 21).

Todas essas etapas possibilitaram a construção de um processo de conhecimento que combinou teoria e empiria, conhecimentos técnicos e vernaculares, objetividade e sensibilidade no olhar, gerando um processo participativo de caráter dialógico, e não apenas consultivo ou tão pouco assistencialista. Como afirma Vicente & Lima (2017, p.9), a respeito do conhecimento adquirido pela comunidade através desse processo, a “produção de informações do território através da democratização dos saberes técnicos tem potencial para se tornar forte aliada política, além de ferramenta de luta por conquistas sociais importantes, equalizando relações de poder”.



Figura 21. Oficina de Projetos com estudantes e moradores. Fonte: Acervo LABPARC

ZL VÓRTICE | Várzea do Tietê



Mapa 25. Limites do Vórtice na Zona Leste de São Paulo. *Fonte: zlvortice.wordpress.com*

ZL Vórtice é um projeto de investigação e práticas urbanas experimentais que reúne pesquisadores, arquitetos, engenheiros e artistas, junto com as comunidades locais, em colaboração com instituições públicas e privadas voltadas para a urbanização, a preservação ambiental, a inovação tecnológica e a participação social.

O projeto que situa-se na várzea do Rio Tietê, no extremo leste de São Paulo, tem início por volta de 2013 por meio da promoção de seminários e visitas técnicas com a participação de entidades públicas entre as quais se destacam a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), além de uma ampla diversidade de laboratórios de pesquisa em que se destacam o FabLab SP - Laboratório de Fabricação Digital da FAU-USP; LabGeo - Laboratório de Geomorfologia da FFLCH-USP; URCA-PROURB da FAU-UFRJ; LabTIDD da PUC-SP e Estúdio Laborg (Mapa 25).¹⁷

¹⁷ Informações disponíveis em: <https://zlvortice.wordpress.com>

O ZL Vórtice buscou introduzir um importante diferencial nas políticas públicas para as periferias metropolitanas, em particular as áreas de várzea: o agenciamento de laboratórios de pesquisa para desenvolver tecnologia e materiais específicos para situações críticas. Trata-se de imprimir às propostas um caráter experimental, voltado para a inovação tecnológica, que incluía “transferência de conhecimento e capacitação técnica dos moradores, de modo a enfrentar os eventos extremos cada vez mais recorrentes nessas áreas” (PEIXOTO, 2020, p. 03).

As oficinas realizadas durante o período de formação foram dedicadas à medição do comportamento do rio e da qualidade da água, manutenção de córregos e canais de drenagem e reciclagem de resíduos sólidos. Esses momentos serviram de método para engajar os moradores em práticas de acompanhamento e alerta de enchentes, e realizar o monitoramento da qualidade da água, requerido para os projetos de restauro ambiental. Tratou-se, sobretudo, de criar uma cultura de preservação ambiental, em comunidades que têm relações conflituosas com o rio.

O programa promoveu também a localização de bota-foras e pontos de acúmulo de lixo, utilizando uma plataforma digital. Assim, a própria comunidade mobilizou o monitoramento do descarte desordenado de lixo, muitas vezes lançado nos córregos dos rios. Para isso foi utilizado o aplicativo “*Monitorando a Cidade*”, desenvolvido em parceria com o MIT (Center for Civic Media), conforme mostrado nas imagens abaixo.

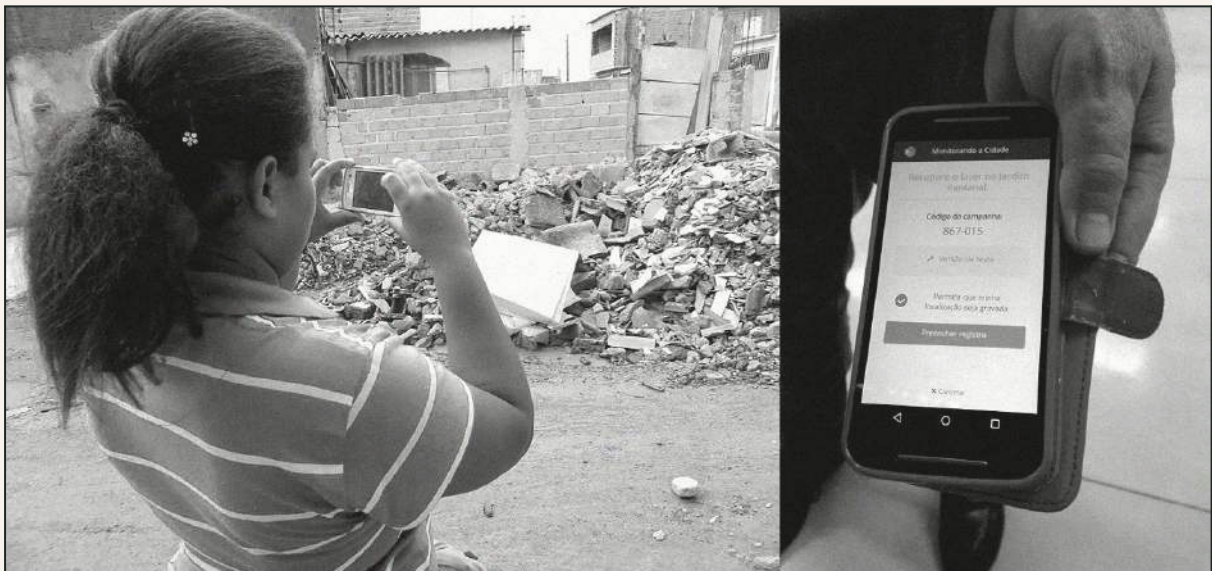


Figura 22. Oficina de Dispositivos de Monitoramento de resíduos sólidos no Jardim Helena.
Fonte: Projeto ZL Vórtice (2017).

O uso desse aplicativo e demais plataformas digitais permitiu que os moradores, com um telefone celular, coletassem dados sobre seus locais de convívio, assim como depósitos de lixo ou pontos de alagamento. Assim, as informações foram reunidas numa plataforma online, que permitia engajar outros membros da comunidade no acompanhamento da situação.

Além disso, os laboratórios universitários foram responsáveis por desenvolver uma cartografia digital georreferenciada do território, para a aferição da qualidade da água, indicando poluição por esgoto, lixo ou contaminação industrial (Figura 23). Para isso, foram conduzidas novas oficinas para monitoramento e medição da qualidade de corpos hídricos, incentivando também a inclusão dos moradores nos programas de gerenciamento da qualidade da água e de restauração ambiental.

Portanto, conclui-se que entre os principais diferenciais da iniciativa está a sua capacidade de promover sistemas inovadores de drenagem urbana e manejo de água em áreas críticas, com participação ativa da comunidade da várzea (MOSTAFAVI et al., 2019). Dessa forma, o projeto provou a possibilidade de criação de um modelo de urbanização e recuperação ambiental fundamentado em inovações, mas com amplo protagonismo dos moradores.

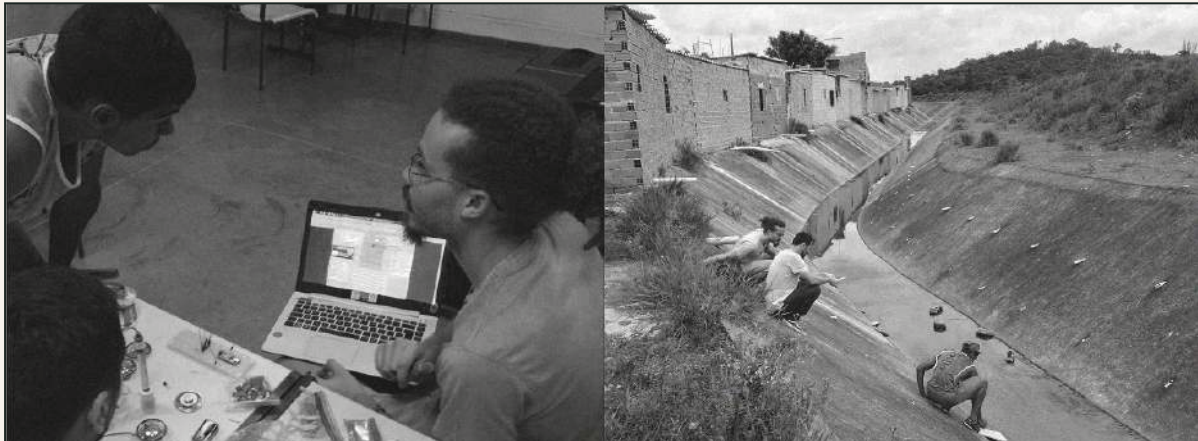


Figura 23. Oficinas de Sensores para medição de qualidade da água no Jardim Romano. Fonte: Projeto ZL Vórtice (2017).



INTERVENÇÃO

“ O planejamento pode talvez ajudar a resolver problemas sociais, mas só sob a condição de que as intenções libertadoras do planejador coincidam com a prática e o desejo real das pessoas em exercitar sua liberdade. ”

Carlos Nelson F. dos Santos

Diretrizes de Intervenção

Tendo em vista as soluções presentes nas referências descritas e compreendendo as problemáticas apresentadas nos capítulos anteriores, pretende-se aqui projetar horizontes de ação no território do PICI com base nos determinados temas: Regularização Fundiária; Geração de Renda e Fortalecimento Comunitário; Equipamentos Sociais e Espaços Livres; Infraestrutura e Saneamento Ambiental.

É importante mencionar que boa parte dessas proposições são frutos de discussões ocorridas durante oficinas e demais espaços de formação em que o autor se fez presente anteriormente no território. Contudo, devido aos limites de tempo e aos objetivos estabelecidos para a elaboração desse trabalho, tomou-se a liberdade de assumir uma postura mais autônoma na definição de determinados horizontes de ação.

Contudo, não é objetivo deste trabalho responder todo o universo de reivindicações da ZEIS PICI, nem mesmo é possível garantir que todas as demandas do território estejam aqui devidamente representadas. Para tal, seria necessário que qualquer horizonte proposto fosse coletivamente discutido com os moradores para que esses reconhecessem os benefícios ou entraves de cada proposição.

Dessa forma, o objetivo principal dessa seção é explorar possibilidades de ação que possam de alguma forma servir como base para orientar discussões sobre intervenções e investimentos futuros no território acerca dos temas determinados e posteriormente descritos.

Regularização Fundiária

A partir da discussão apresentada acerca dos entraves enfrentados na ZEIS no que se refere a situação fundiária do território, bem como as reflexões trazidas acerca das tentativas anteriores de regularização, alguns caminhos são possíveis por meio de diferentes possibilidades de promoção da dominialidade das habitações no assentamento.

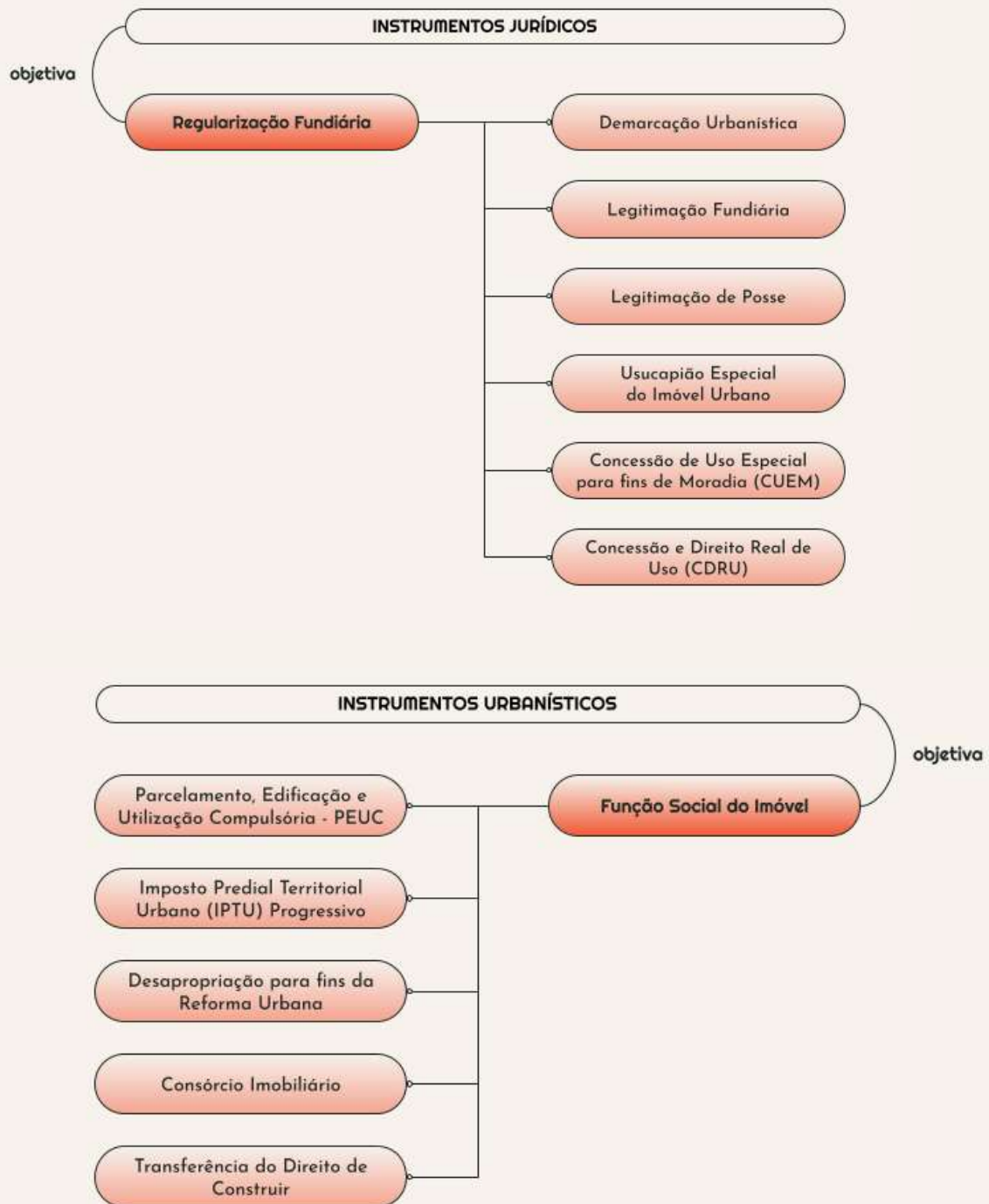
O Plano de Regularização Fundiária elaborado pelo PIRF da ZEIS Pici apresenta uma sistematização de alguma dessas propostas de regularização ao apresentar os instrumentos a serem mais apropriados ao Território, quais sejam: demarcação urbanística, legitimação fundiária, legitimação de posse, usucapião especial de imóvel urbano, concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM), autorização de uso, concessão de direito real de uso (CDRU).

Além desses instrumentos jurídicos utilizados para a regularização fundiária da área, outros instrumentos são aplicáveis a ZEIS Pici e podem ser utilizados para garantir o cumprimento da função social dos imóveis e promover a habitação de interesse social na área. Entre esses outros instrumentos estão: o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios, o imposto predial territorial urbano progressivo no tempo, a desapropriação para fins da reforma urbana, o consórcio imobiliário e a transferência do direito de construir (Diagrama 07).

Conclui-se que a regularização fundiária plena¹⁸ é importante para a comunidade inserida na ZEIS Pici, tanto para assegurar a propriedade e a posse dos imóveis, como para garantir a permanência da população de baixa renda na área, bem como levar urbanização e melhor infraestrutura para o território. Afinal, a regularização por si só apesar de representar uma grande conquista para o território não garante a devida condição de acesso aos moradores a equipamentos urbanos básicos bem como a serviços públicos essenciais.

¹⁸ A regularização fundiária plena, como previsto por Bueno e Monteiro (2006) e Dias (2008) e pela Lei Federal N° 11.977/2009, diz respeito à regulamentação dos territórios irregulares não somente prevendo a posse ou direito de uso para os moradores, como prevendo também a articulação entre as medidas sociais, jurídicas e urbanísticas necessárias para o Território.

Diagrama 07. Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos aplicáveis à ZEIS PICI
Fonte: Elaborado pelo Autor com base em PIRF (2019)

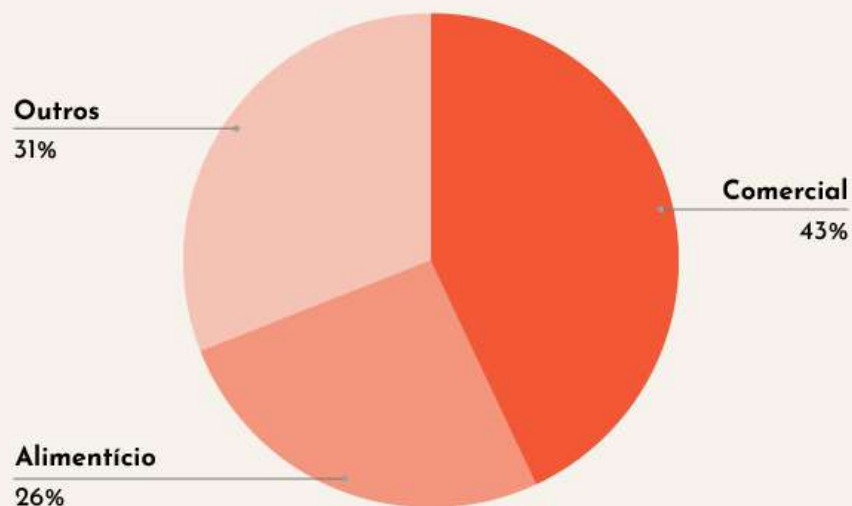


Geração de Renda e Fortalecimento Comunitário

Proposições de intervenção no territórios não devem ignorar as temáticas relacionadas à equipamentos de formas alternativas de geração de emprego e renda, tendo em vista que a urbanização de um assentamento vulnerável pode proporcionar a melhoria da circulação, das moradias, garantir o endereço e eliminar os riscos, “mas sem o acompanhamento de políticas sociais (culturais, educacionais, de saúde) e econômicas (ampliação da renda e do nível de emprego), dificilmente ele terá o efeito de alavanca que, em geral, é atribuído à simbologia urbanística” (MARICATO, 2000, p.184).

A partir disso, trabalho de Etnografia realizado pela equipe das Ciências Sociais em 2019 durante a elaboração do PIRF revelou um importante dado social sobre o caráter dos empreendimentos presentes no território, segundo os quais destacam-se principalmente os setores de comércio (43%) e alimentação (26%), enquanto os demais correspondem a outros tipos de serviço (Gráfico 04). Esse dado recente, revela um potencial para o estímulo de equipamentos relacionados diretamente ao desenvolvimento produtivo da região.

Gráfico 04. Segmentos Econômicos na ZEIS PICI. Fonte: *Etnografia Rua a Rua PIRF* (2019)



Um dos equipamentos da ZEIS que esteve por muito tempo relacionado ao fortalecimento econômico e de desenvolvimento local foi o Mercado do Produtor (Figura 24). Esse equipamento desenvolvido pelo DNOCS teve um importante papel no fornecimento de produtos como verduras, frutas, peixes e artesanato a preços bem mais em conta e de boa qualidade já que eram comprados diretamente com os produtores.



Figura 24. Mercado do Produtor. *Fonte: Google Earth (2020).*

Ao longo do processo de elaboração do diagnóstico socioeconômico dos PIRF's a reativação desse equipamento foi diversas vezes trazida à tona como uma intervenção prioritária para a população. Entre as soluções possíveis para a reabertura do Mercado do Produtor estão a vinculação do equipamento à Prefeitura Municipal de Fortaleza com Instituições do Sistema S (SENAI, SESI, SESC, SENAC) ou por meio de parcerias com a Universidade Federal do Ceará.

Além disso, durante oficinas para a elaboração do Plano Urbanístico produzido pelo PIRF foram apresentadas possibilidades para o acréscimo de espaços apropriados à realização de capacitações profissionais e cursos profissionalizantes vinculados à estrutura existente do antigo Mercado, hoje sem nenhum uso (CETREDE; UFC; IPLANFOR/ PMF, 2019).

Durante o seu funcionamento, o Mercado oferecia mais comodidade para os moradores da região que não precisavam se deslocar para pontos mais afastados de sua moradia. Além disso, a forma de operação desse equipamento também se destaca por ter funcionado com formas alternativas de produção, envolvendo trocas de produtos ou serviços como forma de pagamento, para além das formas tradicionais de compra e venda. O relato a seguir apresenta um retrato da experiência dos moradores que tiveram acesso ao Mercadão do Produtor durante o seu período de funcionamento:

“Em um dia, de 7 da manhã até 1 da tarde, foram vendidas 10 mil toneladas de produtos. Saíram de mãos vazias todos os produtores. Fizemos uma segunda, aí foi vendido 12 mil toneladas de produtos, na segunda feira que nós fizemos. E isso a gente mobilizou tanto a comunidade como o movimento cultural... as barracas montadas todinha ali, os boxes todos ocupados. 64 boxes ocupados. Uma feira de barraca do lado de fora. Nós fizemos a feira da troca, ao meio dia quando não tinha movimento não fomos para a feira da troca, o pessoal trocava um produto pelo outro... até almoço, café. Fazia a troca. Não entrava dinheiro, não circulava dinheiro, circulava a troca”

Leonardo Sampaio (2019)

Conforme o quadro social e econômico apresentado na seção anterior, entre os principais equipamentos relevantes para o fortalecimento da ZEIS está a implantação de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no território. Esse equipamento é uma unidade pública estatal de base territorial que deve estar presente em áreas de vulnerabilidade social e executar serviços de proteção social básica. Além disso, é importante destacar que a instalação desse equipamento na região da Zeis Pici foi estabelecida como prioritária de acordo com os interesses dos moradores (Plano Urbanístico, PIRF, 2019, p. 49).

Além disso, como apresentado anteriormente, a percepção do problema por parte dos planejadores condiciona diretamente suas propostas. E, tendo em vista que somente a partir de uma aproximação entre os diferentes agentes do Estado e as comunidades pode-se promover políticas de ação coerentes com a realidade, é necessário pensar em espaços onde essas interações possam ocorrer de forma plena.

As cartografias sociais realizadas durante a elaboração do PIRF apresentaram como um desejo dos moradores a construção de um Núcleo de Mediação Popular na ZEIS. A mediação comunitária tem relação direta com responsabilidade e participação da comunidade na solução dos seus conflitos, abrindo novos caminhos para uma positiva transformação sócio-cultural. Conforme consta no site do Ministério Público do Estado (MPE) do Ceará:¹⁹

“ O Núcleo de Mediação Comunitária é o instrumento implantado pelo Ministério Público do Estado do Ceará, que visa promover a pacificação social, o fortalecimento das bases comunitárias e a prevenção e solução de conflitos a partir da técnica de administração de conflitos de caráter informal, facilita a comunicação entre estas e ajuda a criar opções, para chegar a um acordo consensual e mutuamente satisfatório. ”

Apesar da criação de Núcleos de Mediação envolverem a construção de novos equipamentos propriamente ditos, é interessante também pensar em como os equipamentos do estado ou equipamentos comunitários já existentes no território poderiam fornecer um papel paralelo na gestão territorial da ZEIS.

O trabalho desenvolvido pelos Escritórios de Campo durante o processo PIRF tem uma relação direta com essa ideia. A possibilidade de regulamentação desse instrumento como uma política pública permanente nas Zonas de Interesse Social, assim como o exemplo dos POUSOs no Rio de Janeiro, poderia ser um caminho possível para um melhor atendimento e acompanhamento das demandas comunitárias do território.

¹⁹ <http://.mpce.mp.br/institucional/nucleos-de-apoio/programa-dos-nucleos-de-mediacao/nucleos-de-mediacao>.

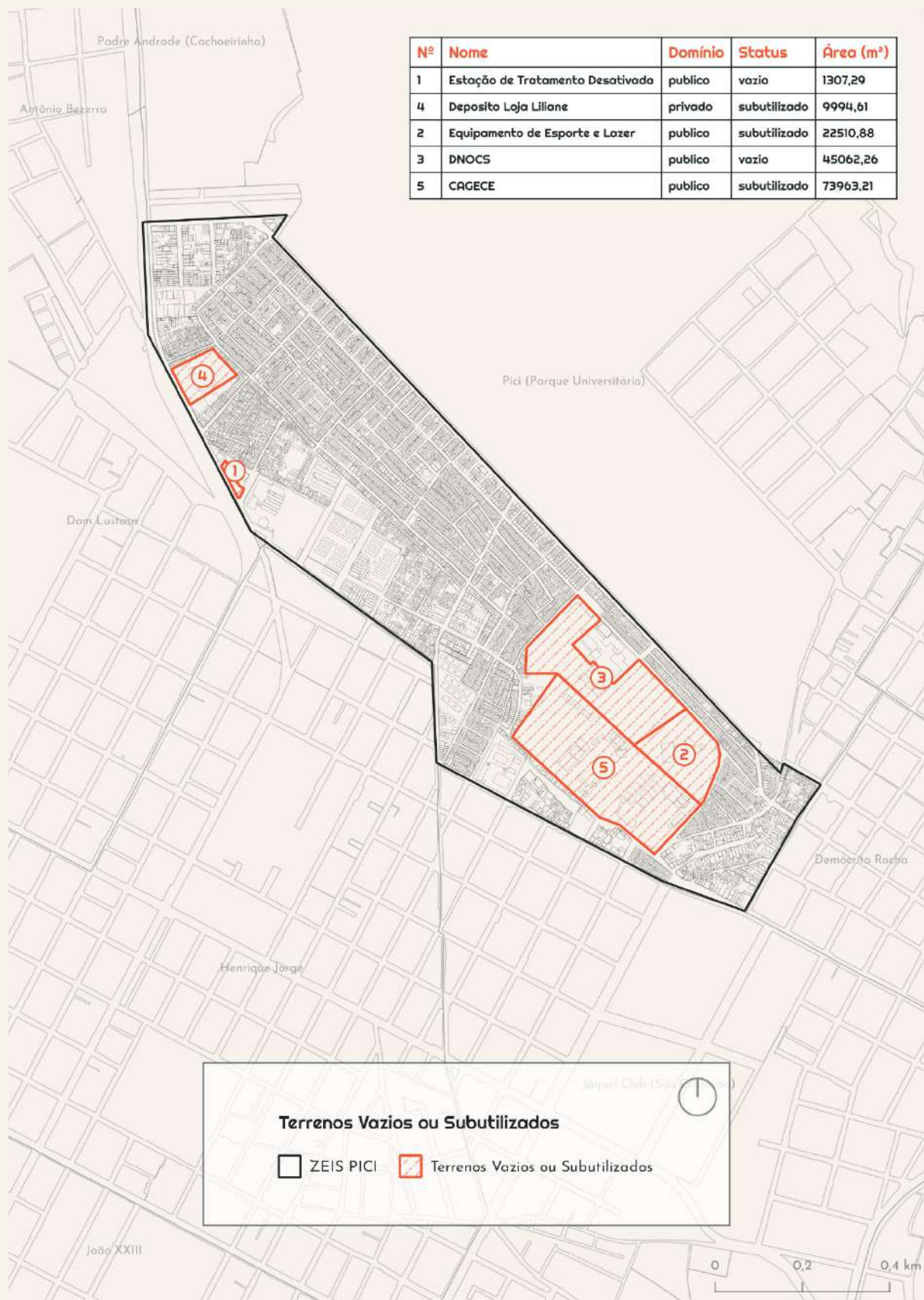
Equipamentos Sociais e Espaços Livres

O incentivo ao uso de espaços livres como equipamentos de transformação social em territórios subordinados se potencializa ao se associar “ o desempenho ambiental e econômico da região; o auxílio na redução da temperatura e dos alagamentos; a garantia de alimentos e oferta de trabalho para indivíduos que podem não ter escolaridade, mas tem conhecimento popular sobre como manejar a natureza. ” (MIRANDA; CARDOSO, 2018, pág. 103)

A partir da interpretação dos mapas apresentados no capítulo anterior pode-se afirmar que as áreas da ZEIS que possuem menor intervenção humana são aquelas localizadas dentro do imóvel utilizado pela CAGECE, já destacado anteriormente, cujo acesso é limitado. Sendo assim, reafirma-se a importância de assegurar intervenções de caráter paisagístico nas áreas verdes remanescentes na Zeis Pici como meio de mitigar novas perdas ambientais para a região.

É oportuno citar que, caso fossem adotados como referência os parâmetros sugeridos por Moretti (1997), aplicando-se a cota de 10 m² de área verde por unidade habitacional, seriam necessários 66.910 m² verdes no assentamento. Ressalta-se que apenas considerando a área dos terrenos vazios do DNOCS somada a parcela de solo referente aos equipamentos de esporte lazer no terreno na CAGECE (atualmente restritos) se teria um somatório de 67.573 m² (ver quadro dos mapas 26 a 29), o que já garantiria o atendimento aos critérios sugeridos.

O desejo da comunidade em desapropriar a parcela do terreno pertencente ao DNOCS para a construção de equipamentos de uso coletivo da população foi manifestado ao longo de todo o processo de oficinas e pactuação de prioridades de intervenção do PIRF. Entre as principais atividades que esse espaço poderia oferecer segundo a vontade dos moradores estariam: o desenvolvimento de áreas de lazer públicas, a reativação do mercado do produtor e o desenvolvimento de hortas comunitárias. Portanto, a ocupação desse espaço se revela como uma potencialidade que vai além da compreensão do próprio Estado, sobretudo reconhecendo a relevância dessa alteração de uso para os moradores de uma Zona de Interesse Social.



Mapa 26. Terrenos Vazios ou Subutilizados. Fonte: SEFIN (2016) e PIRF (2019).



Mapas 27-29. Terrenos Vazios ou Subutilizados. Fonte: PIRF (2019) e Google Earth (2020).

Infraestrutura e Saneamento Ambiental

A respeito das estratégias de melhoria do saneamento ambiental na região é preciso primeiramente reconhecer que parte dos problemas apresentados por esse trabalho estão relacionados à limitada compreensão do funcionamento e da manutenção desses sistemas básicos de infraestrutura básica, o que revela a necessidade de garantir oportunidades de formação entre técnicos e moradores a respeito de temas como drenagem urbana, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os equipamentos públicos já existentes, como creches e escolas municipais assim como espaços populares de organização comunitária do território, como o ESCUTA e o Espaço Margarida Alves onde ocorrem as reuniões do Conselho Gestor, são potenciais arenas para o fomento do debate público, seja ele no formato de formações esporádicas ou treinamentos e oficinas mais robustas, em processos semelhantes aos ocorridos nas intervenções do ZL Vórtice e das mobilizações sociais para a elaboração do Parque Pinheirinho d'água em São Paulo.

A respeito dos problemas relacionados ao escoamento e drenagem na ZEIS, o Mapa 30 desenvolvido por membros da equipe do PIRF apresenta as linhas de escoamento natural das águas pluviais na região da ZEIS. Ele revela que a localização atual do terreno do DNOCS está em uma cota mais elevada, o que fornece um forte argumento para a implantação de infraestruturas da paisagem que tratem de conter a água da chuva nas áreas elevadas, reduzindo os alagamentos em cotas mais baixas do território.

Dito isso, é estratégica a decisão de locar nessa região um espaço para receber uma Estação de Abastecimento de água, ou estação elevatória, equipamento já mencionado anteriormente como necessário para oferecer pressões adequadas na rede de distribuição de água para o atendimento de regiões com problemas de abastecimento no território.

O Plano Urbanístico do PIRF também destacou a possibilidade da construção de um Parque de Infiltração no terreno do DNOCS, na região mais central, por se caracterizar como uma região mais intensamente arborizada. Assim, a adoção desse projeto se configura como uma estratégia de maximizar a capacidade de absorção do solo, assim como de captação de água da chuva com conexão à rede de drenagem urbana (CETREDE; UFC; IPLANFOR/ PMF, 2019).







Mapa 30. Escoamento pluvial na ZEIS PÍCI. Fonte: SEFIN (2016) e PIRF (2019).

Portanto, compreende-se que a intervenção nesse espaço livre, atualmente inutilizado (Figura 25), como necessária para a promoção da qualidade ambiental da região do Pici como um todo, partindo do reconhecimento da sua relevância frente a uma diversidade de fatores já mencionados entre os quais se destacam:

- * A compreensão do Terreno como um dos últimos *espaços livres remanescentes* de uma região já altamente adensada e quase completamente impermeabilizada;
- * A importância da preservação da região enquanto área verde, frente a sua *potencialidade paisagística* e do entendimento de um possível interesse imobiliário futuro devido a sua relativa boa localização na cidade;
- * A necessidade de promoção da *função social* para um equipamento de dominialidade pública especialmente dentro de uma Zona Especial de Interesse Social;
- * A sua *localização geográfica estratégica* como potencializadora para soluções de abastecimento e drenagem não somente da região Pici como das de boa parte da periferia oeste de Fortaleza, tendo em vista estar situado em uma das cotas mais altas da região;

O quadro a seguir resume as principais ações mencionadas e correlacionadas a cada uma das temáticas estabelecidas por esta seção. Esse quadro funcionou como guia para a elaboração de um masterplan com as principais intervenções espacializáveis no Terreno do DNOCS e da CAGECE (Figura 26), além de direção para a produção de perspectivas desenvolvidas a partir da combinação de elementos atualmente existentes na região e novos equipamentos propostos.

Além disso, o quadro abaixo apresenta também horizontes de ação que não necessariamente envolvem a construção de novos equipamentos no espaço em questão, ao ser proposto também a apresentação iniciativas relacionadas à gestão urbana do território, entre outras recomendações aplicáveis à região da ZEIS.

	DIRETRIZES	NECESSIDADE	SOLUÇÃO PROPOSTA
Regularização Fundiária Plena		Regularização Fundiária das Habitações	Aplicação de Instrumentos Jurídicos (Demarcação Urbanística, Legitimação Fundiária ou de Posse, Usucapião Especial, CUEM, CDRU)
		Promoção da Função Social dos Terrenos Vazios da ZEIS	Aplicação de Instrumentos Urbanísticos (PEUC, IPTU Progressivo, Desapropriação para fins de Reforma Urbana, Transferência do Direito de Construir)
Geração de Renda e Fortalecimento Comunitário		Reativação de Imóveis Inutilizados	Reabertura do Mercado do Produtor
		Diminuição na Taxa de Desemprego	Promoção de Capacitações Profissionais e Cursos Profissionalizantes
		Equipamentos voltados a Serviços de Proteção Social Básica	Implantação de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
		Participação direta da comunidade na solução de conflitos territoriais	Instalação de Núcleos de Mediação Comunitária
Equipamentos Sociais e Espaços Livres		Incremento das Áreas Verdes Públicas	Proposição de um Parque Urbano no Pici
		Desenvolvimento de áreas de Lazer	Acesso para a comunidade das Quadras e Campinhos do terreno da CAGECE e criação de Novas áreas de Desporto
Infraestrutura e Saneamento Ambiental		Incentivo ao Monitoramento e Educação Ambiental	Promoção de Treinamentos e Oficinas voltados à comunidade local
		Estratégia para a melhoria do Abastecimento de água	Construção de uma Estação Elevatória
		Solução para problemas de drenagem	Implantação de uma Lagoa de Infiltração no terreno do DNOCS

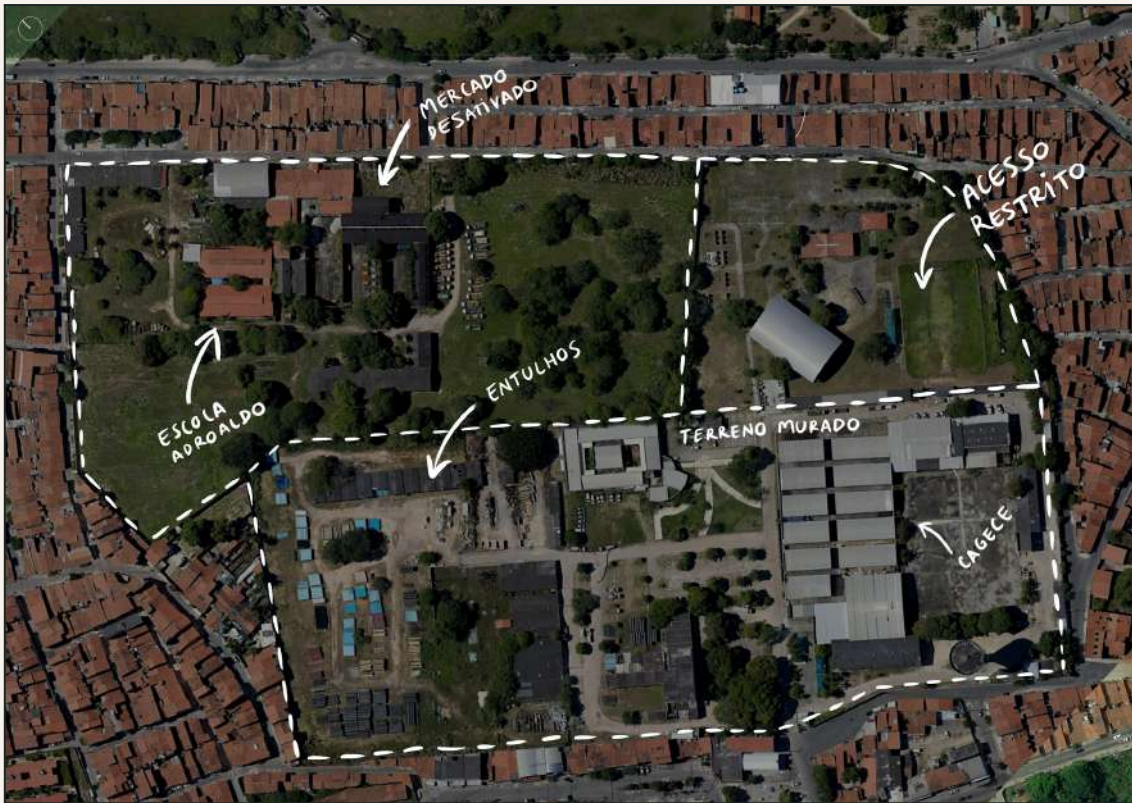


Figura 25. Situação atual do terreno do DNOCS. Fonte: elaborado pelo Autor (2022).

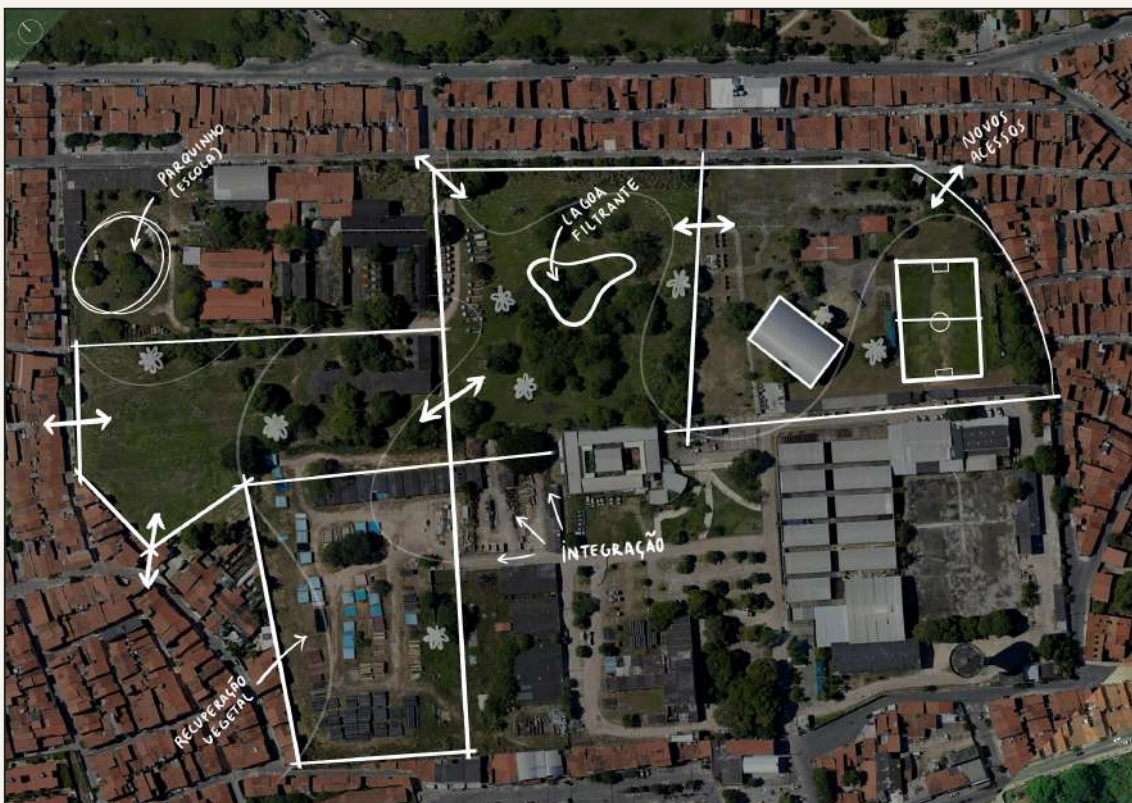


Figura 26. Propostas de intervenção no terreno do DNOCS. Fonte: elab. do Autor (2022).



EMEIF Adroaldo Teixeira

Mercadão do Produtor

Parquinho

Campinho de Futebol

Quadra de Vôlei

Lagoa de Infiltração

Estação Elevatória

Quadra Poliesportiva

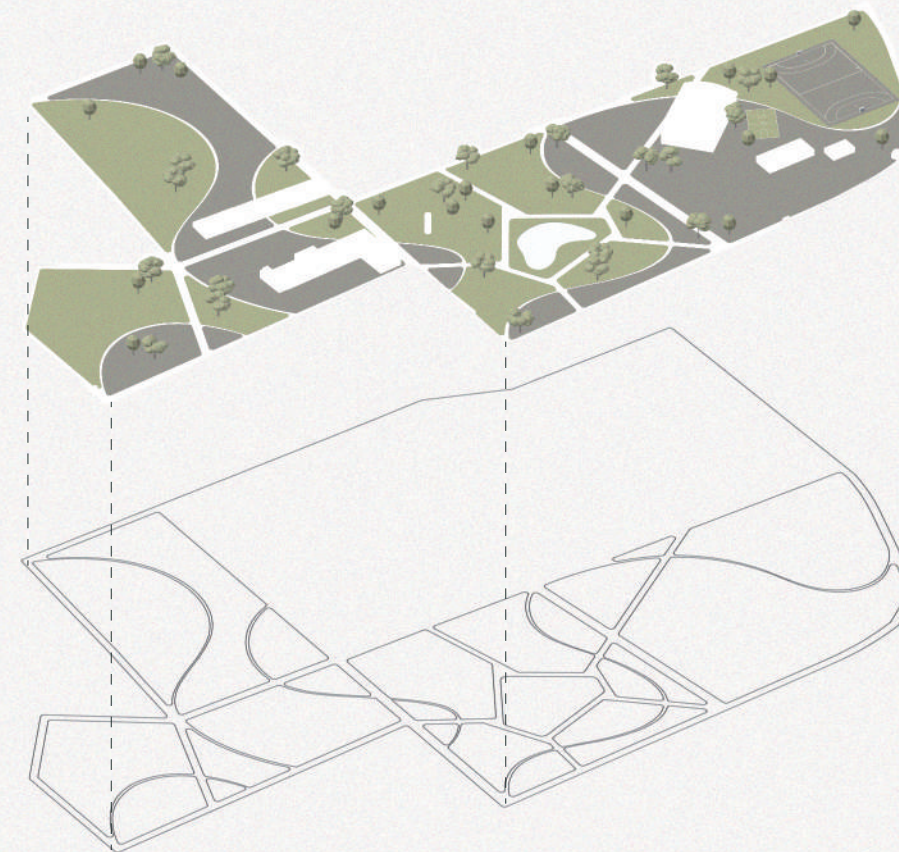
Área de Preservação

CAGECE



Parque Urbano

A proposição desse equipamento está diretamente ligada à intenção de preservar as áreas verdes remanescentes do território do Pici, bem como oferecer à uma grande área subutilizada novos usos mediante ao seu grande potencial paisagístico.



Vista para a Entrada do Parque
Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Lagoa de Infiltração

Essa solução proposta destaca-se, para além de sua função paisagística, enquanto elemento que simula um espelho d'água natural, por seu caráter infraestrutural, ao oferecer à região uma alternativa aos problemas de drenagem superficial de um território hoje altamente impermeabilizado. Dessa forma, esse equipamento de retenção funciona como uma esponja verde filtrante, evitando os alagamentos nas cotas mais baixas da região.



Mercadão do Produtor

A reativação desse edifício é uma importante ação na direção de recuperar o uso de um espaço abandonado na região. Essa intervenção parte de um desejo dos próprios moradores, que veem o mercado como um importante equipamento para o acesso a itens alimentícios frescos com baixo custo.



Horta Comunitária

A proposta desse elemento é estimulada pela sua função enquanto fonte de produtos alimentícios para a comunidade do entorno, assim como proposta estratégica para uma maior interação e envolvimento dos moradores com o próprio Parque.



CONCLUSÃO

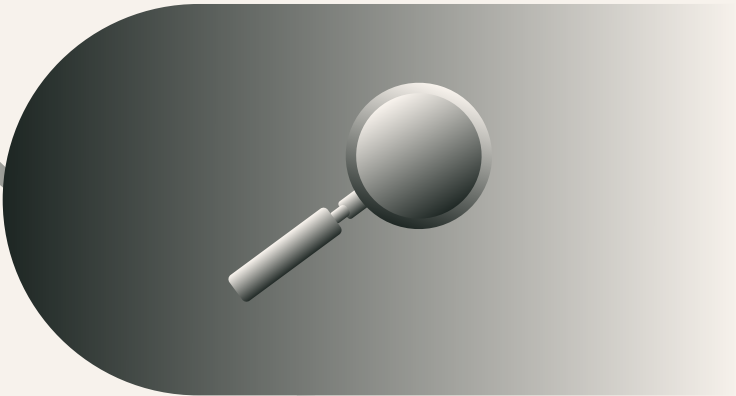
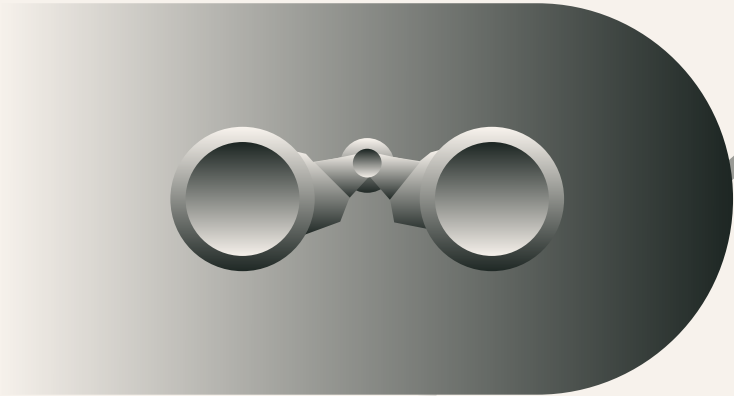
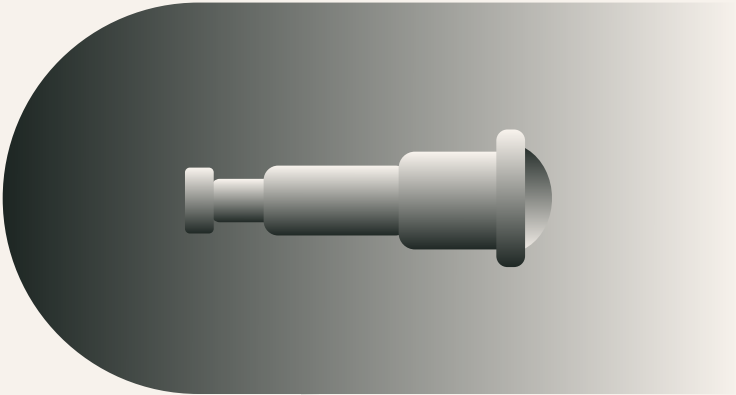
Este trabalho buscou entender como o planejamento e participação estão relacionados e como a compreensão de um território pode ser alterada a partir da experiência territorial. Para isso, o esforço de apresentar um quadro histórico das diferentes modalidades de planejamento e a sua relação com a participação social na tomada de decisão, bem como a apresentação do repertório de conceitos envolvendo o tema da invisibilidade em territórios subordinados, justificou-se como uma contribuição, sobretudo, no entendimento de como as dinâmicas do planejamento urbano afetaram a visão sobre o território estudado.

Tomando como método a produção de cartografias críticas que comparam informações oficiais sobre determinados temas e novos dados produzidos em campo, somadas a participação ativa em reuniões e oficinas na comunidade da ZEIS PICI, o trabalho conseguiu avançar no objetivo de produzir uma leitura pautada na realidade local do assentamento - o que impactou diretamente na elaboração das propostas de intervenção melhor embasadas.

Por meio da apresentação e manipulação de dados produzidos antes e durante a pesquisa, pôde-se também chegar a confirmação da hipótese de que, de fato, a distância entre Estado e Sociedade está muito além do conhecimento desatualizado que a municipalidade tem dos territórios informais, mas sobretudo é reveladora sobre as falhas na gestão territorial pública.

Os conflitos relacionados ao histórico de ocupação da ZEIS apresentados, bem como as experiências de planejamento desenvolvidas no território revelaram também a necessidade imaginar cenários futuros onde os moradores estejam diretamente envolvidos no processo de construção de ambientes ecologicamente corretos que não se esvaziem no hermetismo das suas propostas, mas, pelo contrário, facilitem sua apreensão pela sociedade.

Traçar as rotas para esse caminho, bem como construir um catálogo de metodologias e processos para alcançar esse objetivo são desafios que ainda precisam ser enfrentados pelas pesquisas na área de planejamento urbano. Além disso, é de suma importância que, mediante aos diferentes caminhos possíveis e direcionamentos futuros, essas rotas sejam construídas no coletivo, dando àqueles que serão diretamente impactados por elas o devido protagonismo



BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, P. (ED.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009.

ALFONSIN, B. de M. **O Significado do Estatuto da Cidade para os Processos de Regularização Fundiária no Brasil**. In: ROLNIK, Raquel (org.). Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ALINSKY, S. **Reveille for radicals**. Chicago, Ill.:University of Chicago Press, 1989.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. **The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy**. Bulletin of Latin American Research, v. 31, n. 2, p. 160–173, 2012.

BELEM, A. L. G.; NUCCI, J. C. **Hemerobia das Paisagens: Conceito, Classificação e Aplicação no Bairro Pici – Fortaleza/Ce**. Revista Raega: O Espaço Geográfico em análise. Curitiba, Departamento de Geografia - UFPR. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRAGA, O. R. **Autobiografização e formação de juventudes: uma reflexão sobre a produção da vida na periferia**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BRIGHENTI, Andrea. **Visuality and Visibility**. In: Visibility in Social Theory and Social Research. London: Palgrave Macmillan, 2010. p. 1–36.

BUENO, L. M. de M.; MONTEIRO, P. C. M. R. **Planos Diretores, aspectos urbanísticos e ambientais na Regularização Fundiária**. In: Rolnik, Raquel (org.). Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006, p. 191 a 223.

CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T. B. **Relações entre Invisibilidade Social, Alterações no meio físico e Produção do Espaço Subordinada em Belém (PA)**. In: II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos SIALAT, 2017, Belém. Anais do II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos SIALAT: Colonialidade, Poder e Território. Belém: NAEA, 2017. v. GT07. p. 3213-3227.

- COLIN, S. **Uma introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro, RJ; Editora UAPÊ, 2000.
- COSTA LIMA, M. Q. **Ver a cidade: modelagem da informação para a regulação de assentamentos informais**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- COSTA LIMA, M. Q.; FREITAS, C. F. S.; CARDOSO, D. R. **Modelagem da informação para a regulação urbanística dos assentamentos precários em Fortaleza**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [S.l.], v. 11, maio de 2019. ISSN 2175-3369. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/25797>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- CRUZ, A. C. de M. **Análise dos parâmetros urbanísticos para regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Engenharia Civil, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil: Estruturas e Construção Civil, Fortaleza, 2012.
- DAVIDOFF, P. **Advocacy and pluralism in planning**. Journal of the American Institute of Planners, v. 31, n. 4, p.331-338, 1965.
- DAYRELL, J. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões sobre a socialização juvenil**. In: Educ. Soc., Campinas, vol 2, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.
- DIAS, S. G. **Regularização Fundiária em Zonas de Especial interesse social**. 2008. Disponível em: <<https://www.suelourbano.org/bibliotecas/2017/09/26/regularizacao-fundiaria-em-zonas-de-especial-interesse-social/>>. Acesso em 16/08/2021.
- DOBRY, S. A. P. **Projeto participativo e criação coletiva**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2002.
- EUCLYDES, A. C. P. **A Hipótese Otimista: Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Belo Horizonte: PPGAU/UFMG, 2016
- FEITOSA, F. da F. **Big data e urban analytics à brasileira: questões inerentes a um país profundamente desigual**. Revista de Morfologia Urbana, v. 8, n. 1, 30 jun. 2020.

FERNANDES, J.B. **Além do muro: a reação como caminho para desenhar uma solução.** 2019. 251 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FORTALEZA. Instituto de Planejamento. **Termo de Referência Planos Integrados de Regularização Fundiária das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga.** 04 jun. 2019.

FORTALEZA. **Plano Diretor Participativo, 2009.** Lei Complementar nº62/2009.

_____. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza - PLHISFor, HABITAFOR - Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza.** Cód. PLHIS 343. 2010-2012a.

FREITAS, C. F. S. **Dados urbanísticos: quem controla o que sabemos sobre as favelas?** REVISTA THESIS, v. 5, p. 169-174, 2020.

FREITAS, C. F. S.; LIMA, L. **O uso das Ferramentas de SIG no processo de Regularização Fundiária.** In: 5º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano e Regional Integrado e Sustentável, 2012, Brasília, DF. Anais do 5º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano e Regional Integrado e Sustentável, 2012.

FREITAS, C. F. S.; GOMES, V. G.; BORGES, M. **Planejamento urbano com uso de sistema de informação geográfica: o caso de Feira de Santana, BA.** Universitas: Arquitetura e Comunicação Social, v. 10, p. 35-45, 2013.

FRIEDMAN, J. **The transactive style of planning practice.** Journal of the American Planning Association, v. 46, n. 3, p. 25-286, 1980.

FROTA, N. T. S.; MAFALDO, J. B.; FREITAS, C. F. S. **Planejamento e cidadania: o processo participativo do plano urbanístico da ZEIS PICI em Fortaleza.** Revista da arquitetura - cidadania e habitação, Brasília, v. 1, n. 1. p.76-87, 2021.

FUNDAÇÃO CETREDE; UFC; IPLANFOR/ PMF. **Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS PICI.** [s.l.] Iplanfor, 2020. Disponível em:
<https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/zeis>

FURTADO, L.; RENSKI, H. **A construção de dados insurgentes em assentamentos informais.** VIRUS, São Carlos, n. 19, 2019. Disponível em:
<<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/>>. Acesso em: 03 Agosto. 2021.

HALL, P. (1988). **Cities of tomorrow.** Chichester: John Wiley e Sons Blackwell, 2014.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969

LIMA, C. P. C. S. **A Natureza na Cidade**. 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA, C. P. C. S.; BOUCINHAS, C. **Parque Pinheirinho d'Água - A luta por reconhecimento e visibilidade**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 33, p. 12-34, 2013.

LIMONAD, E. **Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando?** In: Geraldo Magela Costa, Heloisa Soares de Moura Costa, Roberto Luís de Melo Monte-Mór. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. 1 ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, v. 1, p. 71-102.

MAGALHÃES, A. F. **O Direito das Favelas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MAIA, F. N. **Smart Urbanism and the Politics of Digital Visibility: Mapping Informality in the City of Rio de Janeiro (2008-2016)** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

MIRAFITAB, Faranak. **Invited and invented spaces of participation: Neoliberal citizenship and feminists' expanded notion of politics**. *Wagadu*, v. 1, 2004.

MIRANDA, T. B.; CARDOSO, A. C. D. **Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA)**. *PAISAGEM E AMBIENTE*, v. 41, p. 85-107, 2018.

MORETTI, Ricardo de Sousa. **Normas Urbanísticas para Habitação de interesse social: Recomendações para Elaboração**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, 1997.

MORORÓ, M. S. de M. **Habitação progressiva autoconstruída: caracterização morfológica com uso da gramática da forma**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil, Fortaleza, 2012.

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G.; CORREIA, M.; VALENZUELA, L.; DURÁN CALISTO, A. (ed.). **Urbanismo ecológico na América Latina**. GSD Harvard University – Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2019.

PEIXOTO, N. B. **Várzea do Tietê: restauro ambiental, urbanização e inovação tecnológica**. VIRUS, São Carlos, n. 20, 2020.

PEREIRA FILHO, N. de S.; FERREIRA, F. M. A. et al. **Diagnóstico geoambiental do açude Santo Anastácio, Campus do Pici, Fortaleza / CE**. UFC, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37094/3/2017_tcc> Acesso em: 10 ago. 2021.

QUEIROZ, R. de. *Obra Reunida* (5 vols.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

RIBEIRO, A. C. **Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades**. Redobra, Salvador, ano 3, n. 9, 2012.

SALGUEIRO, P. **Pici: dos velhos sítios à periferia**. Coleção Pajeú. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/secultfor/docs/pici_-_pedro_salgueiro> Acesso em: 26 jul. 2021.

SANDERCOCK, L. **Framing Insurgent Historiographies for planning**. In: *Making the invisible visible: A multicultural planning history*. Berkeley: University of California Press, 1998.

SILVA, Amanda Scofano de Andrade. **Trilhando a paisagem: uma abordagem de conceitos e diálogos**. Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço, v. 5, n. 2, 2016.

SANOFF, H. **Participation Design - Theory & Techniques**. Bookmasters, Inc., 1990.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico específico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008. 5.ed.

VICENTE, P. M.; LIMA, C. P. C. S. **Parque Pinheirinho d'Água: a construção coletiva do espaço público**. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. Anais XVII ENANPUR. São Paulo: Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

